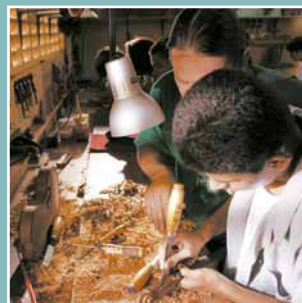


VIII – JUVENTUDE NO BRASIL





VIII – JUVENTUDE NO BRASIL



A última década no Brasil foi marcada por extraordinário crescimento demográfico da população jovem. Esse grupo etário jamais foi ou será no futuro – desde que não se revertam as tendências demográficas – tão numeroso como é hoje em termos absolutos. Em 2003, o país tinha 33,85 milhões de jovens entre 15 a 24 anos, o que representava 19,5% da população. A cada ano, a crista de uma onda demográfica (quantidade máxima de pessoas de uma determinada idade) se desloca para idades mais avançadas. Mas até essa onda passar, a preocupação com a juventude estará, ao menos demograficamente, justificada. Há outras razões, porém, para que a sociedade hoje pense mais a respeito de seus jovens.

Por inúmeras razões a juventude é percebida atualmente como uma questão prioritária e como crescente fonte de preocupação. De imediato, vale a pena diferenciar duas fontes de preocupação: uma indireta, com foco nas questões sociais que têm os jovens como vítimas ou causadores de determinados problemas; e uma outra, mais direta, cujo centro de atenção é a juventude em si.

Quando os problemas são, por exemplo, violência, desemprego, mortalidade por causas facilmente evitáveis, evasão escolar ou desenvolvimento infantil, a juventude só surge como uma fonte de preocupação à medida que estiver sofrendo mais do que outros grupos ou for a causadora desses problemas. No entanto, quando a preocupação com a juventude brota de suas características intrínsecas, então a sociedade pode reagir de diferentes maneiras. De um lado, pode sentir-se responsável pelo que acontece aos jovens; no outro extremo pode responsabilizar inteiramente a juventude.

No primeiro caso, por exemplo, enquadra-se o fato de os jovens não terem seus direitos respeitados, o que os alienaria das oportunidades necessárias para desenvolver e aproveitar suas potencialidades e capacidades. No segundo, se reconhece uma certa “desfuncionalidade” no comportamento dos jovens, que não estariam aproveitando adequadamente as oportunidades disponíveis e nem estariam comprometidos com suas famílias e comunidade ao seu redor, mantendo o famoso comportamento “desviante” da juventude. Essas fontes de preocupação coexistem e a sociedade expressa suas apreensões em relação à juventude tanto de forma indireta quanto direta.

Este capítulo está dedicado à análise das questões relativas à juventude, sem considerá-las como específicas de jovens de determinados grupos sociais, mas sim como temas que afetam a população jovem como um todo.

Investindo no futuro

Se, como diz o jargão, o futuro será construído por aqueles que hoje são jovens, cuidar da juventude e nela investir é necessário para que toda e qualquer sociedade tenha um futuro melhor.

São grandes as expectativas sobre essa faixa da população. Primeiro, porque numa sociedade em desenvolvimento como a brasileira há muito, ainda, a ser construído em termos institucionais, políticos, econômicos etc. Além disso, a maior **coorte** brasileira de todos os tempos atravessa atualmente o período da juventude exigindo que o país tenha que investir como nunca neste grupo.

Diante dos elevados graus de desigualdade e pobreza no país, a garantia de oportunidades para a juventude só poderá ser alcançada se existirem grandes e efetivos investimentos públicos. Isso significa que, para desenvolver o potencial de grande parte da população jovem brasileira, seria imprescindível poder contar com programas sociais suficientes para garantir aos mais pobres as oportunidades básicas que as famílias de renda média e alta garantem a seus filhos.

Vale lembrar que muitos jovens podem não estar conscientes e motivados para aproveitar as oportunidades disponíveis, o que pode vir a frustrar as expectativas da sociedade sobre eles. Por essa razão, tão importante como garantir oportunidades é ter muito claro quais valores e princípios andam orientando o comportamento desse grupo, o que será analisado em publicação posterior do Ipea.

Deve-se reconhecer ainda que as políticas sociais voltadas à infância e as relacionadas à juventude são complementares. Isso suscita a questão: será necessário ter uma política efetiva para a juventude que compense ou substi-

tua falhas nas políticas para a infância? Caso seja viável, o quão desejável seria perseguir essa alternativa?

Proteção

Os jovens não são apenas uma grande fonte de investimentos ou uma solução para um futuro melhor. Eles constituem, também, um importante foco de problemas sociais. De um lado, são limitados por heranças trágicas como a pobreza de suas famílias, o grau de desigualdade e a falta de serviços sociais básicos. De outro, tornam-se vítimas de problemas sociais que eles mesmos geram, como a gravidez na adolescência, as diferentes formas de violência etc. Por todos esses motivos é preciso reconhecer a necessidade de assistência e proteção a essa faixa da população.

Muitos jovens estão no mercado de trabalho e até já constituíram nova família, mas a maioria ainda vive com os pais e depende financeiramente deles. Portanto, existe um enorme espaço para a atuação das próprias famílias no que se refere à proteção. Mas é dever do Estado desenvolver ações com o objetivo de desestimular e prevenir comportamentos que sejam fontes adicionais de problemas para os próprios jovens ou para os outros segmentos da sociedade.

Incertezas e transição

A juventude é o período em que decisões fundamentais, e que terão repercussões ao longo de toda a vida, precisam ser tomadas sem que muitas vezes as preferências, os valores e as atitudes já estejam formados. Em outras palavras, o jovem experimenta a tensão de ter de decidir sobre profissão, casamento, filhos etc., justamente quando ainda está confuso a respeito de seus próprios valores e interesses.

Coorte – É um grupo de indivíduos que seguem juntos no tempo ou idade. Em geral, a coorte refere-se ao grupo que apresenta a mesma data de nascimento, o que não significa, necessariamente, o mesmo dia. É comum definir uma coorte pelo ano ou mesmo pela década de nascimento, quando estão sendo analisados eventos muito deslocados do tempo atual. Nessa situação, por exemplo, pode-se ter uma coorte dos indivíduos nascidos na década de 1950, ou na década do "milagre brasileiro" (nascidos na década de 70). Muitas vezes, define-se a coorte como o grupo de indivíduos que compartilham algum fato marcante, como a entrada no sistema escolar. Portanto, num contexto de fluxo de alunos, a coorte corresponde a um grupo que inicia o primeiro ano da educação escolar básica num determinado ano, independentemente da idade particular de cada um dos estudantes. A palavra coorte é um termo de origem militar utilizado para designar um grupo de aproximadamente 600 soldados romanos que marchavam juntos. Assim, a coorte constitui um grupo de indivíduos que, dado um determinado ponto de referência, "marcham" juntos no tempo.

Numa sociedade moderna, essa tensão é particularmente mais grave. Sem o peso da tradição, os casamentos e a profissão são cada vez menos determinados pela família e o jovem passa a lidar com um leque bem maior de opções. Não é por acaso que se assiste nos dias de hoje a adiamentos de decisões sobre casamento, profissão, filhos e mesmo sobre o momento de deixar a casa dos pais.

No Brasil, existem grandes incertezas devido às transformações de cunho social e econômico por que tem passado o país. Como fazer uma escolha profissional, por exemplo, quando as perspectivas a respeito das diversas carreiras são tão incertas e tão diferentes do passado? Mesmo que soubessem muito bem o que pretendem, os jovens não poderiam avaliar as alternativas profissionais com base na experiência de seus pais ou mesmo de seus primos e irmãos mais velhos. Assim, além do conhecimento incompleto sobre suas próprias preferências, os jovens enfrentam um ambiente novo e em constante transformação. Por todas essas razões, as políticas públicas para a juventude devem contar com um forte conteúdo informacional.

Uma política para a juventude também deve levar em consideração o fato de que, por vários motivos, o comportamento de um jovem é bastante influenciado pelo grupo com que ele se relaciona diretamente. Pode ser muito mais eficaz, portanto, atuar sobre o comportamento juvenil a partir de grupos do que a partir de indivíduos.

Estrutura do capítulo

Este capítulo trata da juventude a partir de uma dupla perspectiva, tendo em vista que os jovens não são apenas a esperança para a construção de um futuro melhor, mas se caracterizam

também como uma genuína fonte criadora e sofredora de problemas. Em termos gerais, o capítulo busca responder a duas questões: a sociedade brasileira está garantindo aos jovens as oportunidades de que eles necessitam para a construção de um futuro promissor? E quais são, hoje, os problemas específicos que atingem a juventude e que colocam em ameaça o bem-estar desse grupo?

Essas questões são analisadas nas quatro seções deste capítulo. As duas primeiras investigam se as oportunidades educativas e laborais oferecidas aos jovens são adequadas. A terceira trata de duas questões: inicialmente, investiga a importância das famílias na determinação do bem-estar dos jovens e, em seguida, se a família é determinante no futuro deles. A preocupação aqui é com a igualdade de oportunidades. A última seção aborda o tema dos jovens enquanto um grupo vulnerável causador e vítima da violência.

1. EDUCAÇÃO: OPORTUNIDADE PARA ADQUIRIR CAPACIDADES

O conhecimento é um bem valioso. Por essa razão, adquirir ou incorporar conhecimento representa, por várias razões, um aumento do bem-estar. De maneira geral, ele permite às pessoas utilizar melhor os demais recursos a que têm acesso e gerar, ganhos de produtividade no trabalho, fator determinante do crescimento econômico e da remuneração dos trabalhadores. Por essa razão, pode-se afirmar que o acesso ao conhecimento é, certamente, um dos meios mais consistentes de criar oportunidades potenciais de desenvolvimento em uma sociedade.

Apesar da revolução pela qual têm passado os meios de comunicação e o próprio ensino, a **educação formal** continua sendo a principal garantia de

Educação formal – Corresponde às várias formas de ensino regular ou à educação oferecida pelos sistemas formais e institucionalizados de ensino: escolas regulares, centros de formação técnica e tecnológicas, faculdades, universidades e outras instituições que façam parte do sistema educacional, sejam elas privadas ou públicas. É estruturada em etapas sequenciais, progressivamente mais complexas ou especializadas, e resulta em formação escolar e profissional. Deve apresentar um programa sistemático e planejado, que se desenvolve durante um período contínuo e predeterminado de tempo e segue normas e diretrizes determinadas pelo governo federal. Atualmente a educação formal é composta pelo ensino fundamental, médio e superior.

acesso ao conhecimento. Essa seção avalia em que medida a sociedade brasileira está garantindo aos jovens o acesso à educação.

É evidente que o Brasil não oferece aos jovens pleno acesso a todos os níveis educacionais. Em parte, isso ocorre por limitação de recursos. Mas em vista dos recursos existentes no país e de tantas outras carências da sociedade brasileira, devemos perguntar: o Brasil deveria, frente às demais necessidades garantir aos seus jovens maiores oportunidades educacionais? A resposta demandaria certamente a análise de todo o gasto público e de todas as necessidades da sociedade.

Como saber se a redução nos gastos com infra-estrutura, por exemplo, acompanhada do aumento nos gastos com a educação de jovens seria considerada uma melhor alocação dos recursos públicos? Em vez do enfrentamento direto com essa questão, esta seção percorre uma rota alternativa, mais simples e factível, baseada em duas comparações básicas.

Em primeiro lugar, os jovens brasileiros são comparados com os de outro país latino-americano cuja renda per capita é semelhante à nossa. Verifica-se, assim, em que medida existem diferenças significativas em termos de acesso à educação. Caso o Brasil apresente alguma desvantagem educacional, então se poderá dizer que a atenção com as oportunidades educacionais no Brasil está abaixo do que se deveria esperar. O país utilizado como comparação com o Brasil é o Chile.

Uma segunda estratégia de comparação busca estabelecer para o Brasil uma meta baseada nas oportunidades educacionais oferecidas aos jovens de grupos sociais privilegiados dentro do país, embora esses jovens não possuam o máximo de escolaridade que poderiam na sua idade. Se for desejável ga-

rantir igualdade de oportunidades nesse campo, então as políticas públicas do país deveriam ser capazes de garantir a todos os jovens o mesmo nível de escolaridade. Esta análise considera, como jovens de grupos privilegiados, aqueles que residem na região Sul e cujos pais possuem educação superior completa – esses jovens são citados aqui como “elite na região Sul”.

Essas questões serão aprofundadas a seguir com relação à escolaridade média dos jovens brasileiros e ao acesso e progresso em cada um dos níveis educacionais. A análise segue os mesmos passos lógicos: primeiro, faz-se uma avaliação da situação atual do país em relação à chilena e à da elite na região sul do país. Em seguida, examina-se o progresso ocorrido no Brasil nas últimas duas décadas e o tempo que será necessário – caso seja mantido o ritmo do avanço da década de 90 – para que o país atinja a média em que se encontram hoje os grupos de comparação. Isso dá uma medida do atraso brasileiro. Por fim, a seção descreve as disparidades existentes nas oportunidades educacionais no país e investiga em que medida elas vêm declinando.

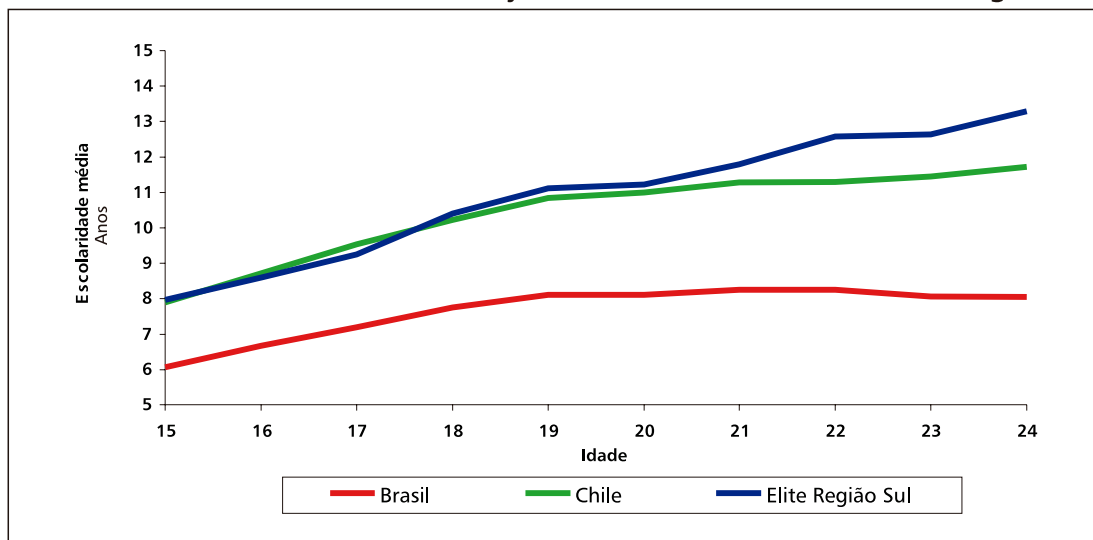
1.1. Escolaridade média: a situação atual

No Brasil, a **escolaridade média** da população entre 15 e 24 anos é inferior a oito anos de estudo. Ou seja, em média, os jovens brasileiros não completaram sequer a educação fundamental. Enquanto isso, a escolaridade média supera dez anos de estudo entre os jovens chilenos e atinge 11 anos entre jovens da elite na região sul do país. Isso indica um atraso, em média, de dois a três anos de estudo em relação aos grupos de comparação (ver gráfico 1).

Evidentemente, a escolaridade média varia de acordo com a idade dos jo-

Escolaridade média – É o indicador do grau médio de instrução de um grupo, região, população ou um grupo de referência qualquer, medido em anos completos de estudo. Assim, se a escolaridade média de um determinado grupo for calculada em 8 anos, equivale a dizer que, em média, o grupo de referência tem o primeiro grau completo. No Brasil, em 2003, a escolaridade média dos jovens de 15 a 24 anos era ligeiramente superior a 6 anos de estudos - portanto, inferior ao primeiro grau. Como todo valor médio, não traz informação sobre eventuais diferenças entre indivíduos ou grupos, em termos de escolaridade.

Gráfico 1 – Escolaridade média dos jovens no Brasil, Chile e elite na região Sul



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad, 2002) e na Caracterización Sócio Económica Nacional (Casen, 2000).

vens, pois quanto maior a idade, maior a exposição do jovem à educação. Outro fator, além desse, concorre para explicar a relação entre escolaridade média e idade. Trata-se do fato de que os jovens com idade mais avançada pertencem a coortes mais velhas, que tiveram acesso a piores oportunidades educacionais. Empiricamente, constata-se que a relação entre escolaridade média e idade apresenta a forma de um U invertido, sendo crescente até os 21 anos e depois decrescente, como mostra o gráfico 1. Isso significa que até os 21 anos o efeito predominante é o da crescente exposição à educação (efeito idade), e para as idades seguintes predomina o efeito da coorte.

Em ambos os grupos de comparação, o efeito idade domina, fazendo com que a escolaridade seja sempre crescente com a idade (ver gráfico 1). Como o **efeito coorte** é um indicador de melhorias no sistema educacional recente, sua importância maior no Brasil do que nos grupos de comparação indica que a expansão do sistema educacional brasileiro vem sendo, em anos recentes, mais acentuada. Como consequência, o atraso no Brasil em relação

ao Chile e à elite na região sul é crescente com a idade, sendo menor (da ordem de dois anos de estudo) entre os jovens de 15 anos e maior (de quatro a cinco anos de estudo) entre aqueles que hoje já chegaram aos 24 anos.

O progresso nas duas últimas décadas

Ao longo dos últimos vinte anos, a escolaridade média dos jovens brasileiros cresceu 2,3 anos de estudo. Esse progresso concentrou-se na última década, como indica a tabela 1. De fato, o avanço nos anos 90 (1,8 ano de estudo) foi mais de três vezes superior ao da década anterior (0,5 ano de estudo).

Os grupos etários que mais expandiram sua escolaridade média foram os de jovens com idade entre 18 e 21 anos. À velocidade observada na última década, seriam necessários 15 anos para que a escolaridade média brasileira alcançasse a situação chilena atual e 18 anos para que chegasse à situação atual da elite na região Sul (ver tabelas 2 e 3). Assim, para que os jovens brasileiros cheguem a ter na próxima década, em média, o ensino médio completo (11

Efeito coorte – Efeito específico a uma determinada coorte (ver coorte à pág. 288). Usualmente, refere-se a características ou efeitos observados que correspondem ou caracterizam uma determinada geração ou coorte de indivíduos. Por exemplo: análise da taxa de participação no mercado de trabalho ao longo do tempo. As gerações mais novas tendem a apresentar taxas de participação no mercado de trabalho mais elevadas devido ao aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho. Como este é um efeito característico das gerações mais novas, constitui o que se pode chamar de efeito coorte.

Tabela 1 – Evolução da escolaridade média entre jovens no Brasil nas últimas duas décadas

Idade	1982	1992	2002	Varição 1982-1992	Varição 1992-2002
15 anos	4,0	4,6	6,1	0,59	1,43
16 anos	4,4	5,0	6,7	0,63	1,62
17 anos	4,9	5,4	7,2	0,49	1,76
18 anos	5,2	5,7	7,7	0,47	2,05
19 anos	5,6	6,0	8,1	0,43	2,11
20 anos	5,7	6,1	8,1	0,42	1,96
21 anos	5,9	6,3	8,2	0,36	1,97
22 anos	5,7	6,4	8,2	0,62	1,89
23 anos	5,9	6,3	8,1	0,38	1,76
24 anos	5,7	6,5	8,0	0,78	1,54
15 a 24 anos	5,3	5,8	7,6	0,52	1,84

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (1982, 1992 e 2002).

Tabela 2 – Distância da escolaridade média de jovens brasileiros em relação aos chilenos

Idade	Brasil 2002 (em anos de estudos)	Chile 2000 (em anos de estudos)	Velocidade brasileira na última década (aumento anual no número médio de anos de estudos)	Tempo de chegada (em anos)
15 anos	6,1	7,9	0,14	13
16 anos	6,7	8,7	0,16	13
17 anos	7,2	9,5	0,18	13
18 anos	7,7	10,2	0,21	12
19 anos	8,1	10,8	0,21	13
20 anos	8,1	11,0	0,20	15
21 anos	8,2	11,3	0,20	15
22 anos	8,2	11,3	0,19	16
23 anos	8,1	11,4	0,18	19
24 anos	8,0	11,7	0,15	24
15 a 24 anos	7,6	10,3	0,18	15

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (2002) e na Casen (2000).

Tabela 3 – Distância da escolaridade média de jovens brasileiros em relação à da elite na região Sul

Idade	Brasil 2002 (em anos de estudos)	Elite região Sul - 2002 (em anos de estudos)	Velocidade brasileira na última década (aumento anual no número médio de anos de estudos)	Tempo de chegada (em anos)
15 anos	6,1	8,0	0,14	13
16 anos	6,7	8,6	0,16	12
17 anos	7,2	9,2	0,18	12
18 anos	7,7	10,4	0,21	13
19 anos	8,1	11,1	0,21	14
20 anos	8,1	11,2	0,20	16
21 anos	8,2	11,8	0,20	18
22 anos	8,2	12,6	0,19	23
23 anos	8,1	12,6	0,18	26
24 anos	8,0	13,3	0,15	34
15 a 24 anos	7,6	11,0	0,18	18

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (2002).

anos de estudo), seria necessário praticamente dobrar a velocidade de expansão dos últimos dez anos.

As disparidades educacionais

As oportunidades de acesso pleno à educação estão entre as mais importantes para assegurar ao jovem um adequado desenvolvimento e uma melhor transição à idade adulta. Assim, a igualdade de oportunidades nesse campo é central no combate à pobreza e à desigualdade de resultados e fundamental para incentivar alguma mobilidade social. Desta forma, tão ou mais importante do que a média das oportunidades educacionais é a magnitude das desigualdades existentes. Em

geral, essas desigualdades têm amplas, profundas e duradouras conseqüências, difíceis de remediar ou compensar mais tarde, na idade adulta.

No Brasil, além de a escolaridade média dos jovens ser muito baixa, existe uma enorme desigualdade educacional. Por exemplo, cerca de 12% dos jovens no país são **analfabetos funcionais**, isto é, não chegaram a completar nem ao menos a 4ª série do ensino fundamental, e apenas 6% têm acesso a alguma educação superior, como indica a tabela 4. Em termos comparativos, não apenas a escolaridade dos jovens brasileiros mostra-se bem inferior à dos chilenos e à da elite sulista, como o grau de desigualdade que existe entre eles é muito superior.

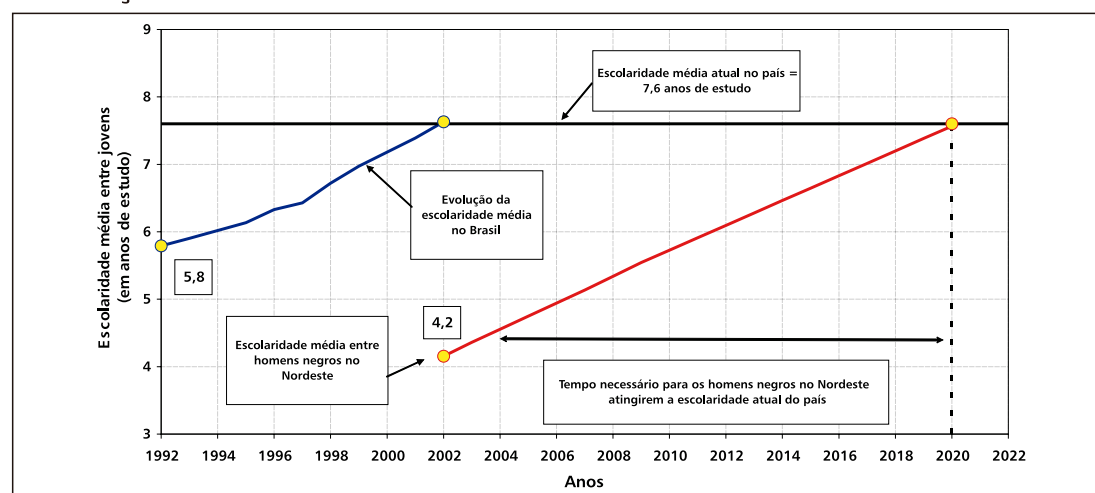
Analfabetismo funcional – Corresponde à situação educacional dos indivíduos que têm menos de quatro anos completos de estudo, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O analfabetismo funcional diz respeito à característica de indivíduos que, mesmo sabendo ler e escrever palavras e frases simples, não possuem proficiência e habilidade que lhes permitam atender satisfatoriamente demandas do dia-a-dia, como, por exemplo, compreensão de textos com algum conteúdo técnico ou mais especializado. Em casos mais extremos, o analfabetismo funcional equivale à incapacidade de redação e compreensão de texto, ainda que o indivíduo saiba escrever o nome e algumas palavras.

Tabela 4 – Distribuição dos jovens de 15 a 24 anos segundo o grau de escolaridade

Anos de estudo	1982	1992	2002
0 anos	11,6	9,2	4,4
1 a 3 anos	19,3	15,8	7,8
4 anos	18,5	14,0	6,9
5 a 7 anos	22,5	28,0	23,9
8 anos	9,6	11,3	14,0
9 a 11 anos	15,4	18,5	37,0
12 e + anos	3,1	3,1	6,0
Anos de estudo	1982	1992	2002
Total	100	100	100

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (1982, 1992 e 2002).

Gráfico 2 – Distância da escolaridade média entre jovens negros no Nordeste em relação à média nacional



Fonte: Pnad (1992 a 2002, exceto 1994 e 2000, quando a Pnad não foi a campo).

Obs.: Assumiu-se que a velocidade de progresso do Brasil seria igual à da última década.

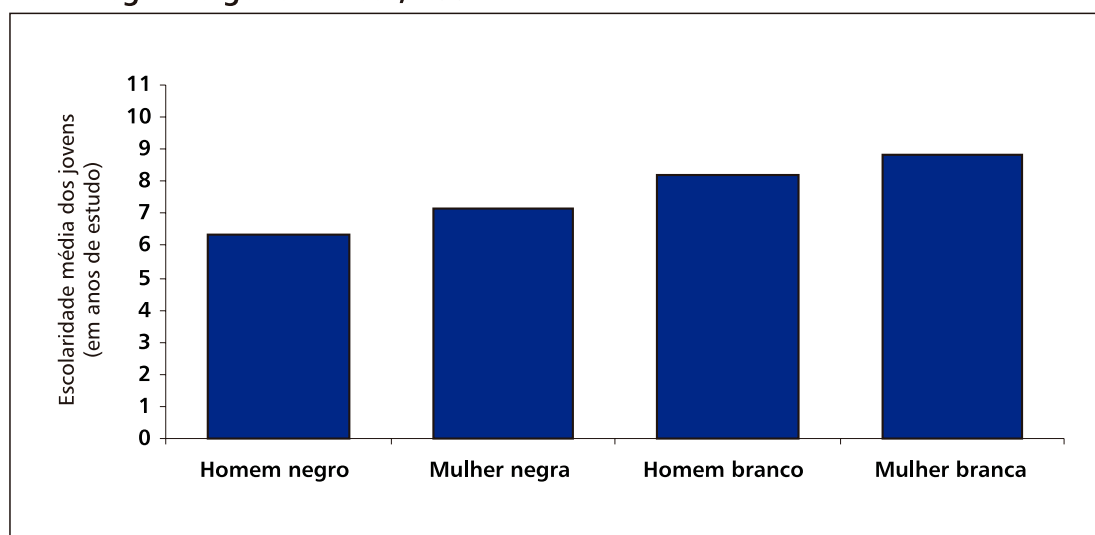
Essa enorme desigualdade não é casual; ao contrário, está fortemente associada às características pessoais dos jovens e de suas famílias. Enquanto os jovens brasileiros têm em média quase oito anos de estudo, os jovens negros na região Nordeste, por exemplo, têm cerca de 50% a menos, como mostra o gráfico 2. Desse modo, seguindo-se o mesmo ritmo nacional da última década, seriam ainda necessários vinte anos para que a escolaridade média de jo-

vens negros no Nordeste alcançasse a média nacional atual.

Os gráficos 3 a 6 mostram que, em educação, as desigualdades estão presentes ao longo de diversas dimensões, como gênero, cor, região, e escolaridade do chefe e renda familiar, sendo as duas últimas mais importantes.

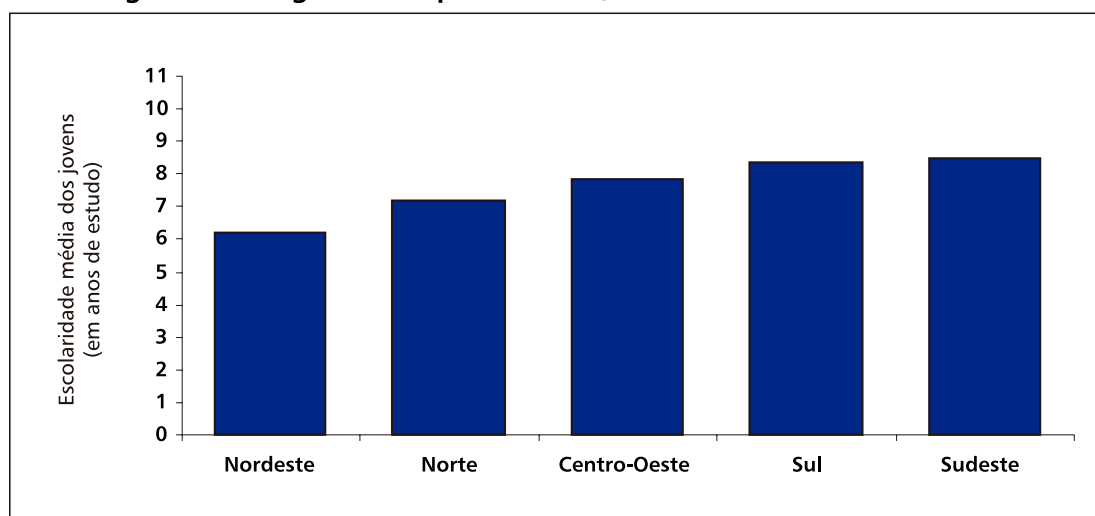
A vantagem educacional depende mais das características das famílias desses jovens do que de seus atributos pessoais, o que pode vir a reduzir a

Gráfico 3 – Diferenças em escolaridade média de jovens de 15 a 24 anos no Brasil segundo gênero e cor, 2002



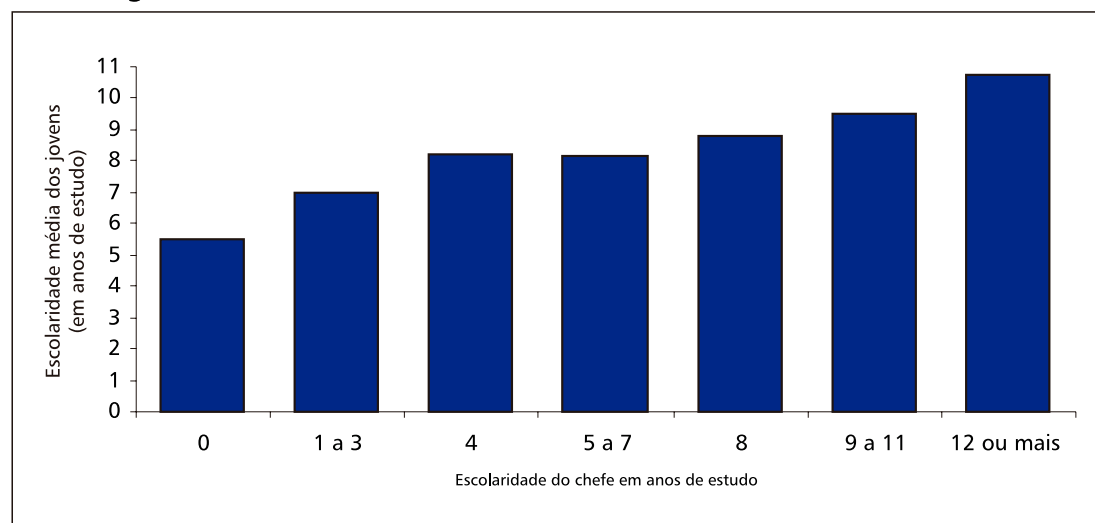
Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (2002).

Gráfico 4 – Diferenças em escolaridade média de jovens de 15 a 24 anos no Brasil segundo as regiões em que residem, 2002



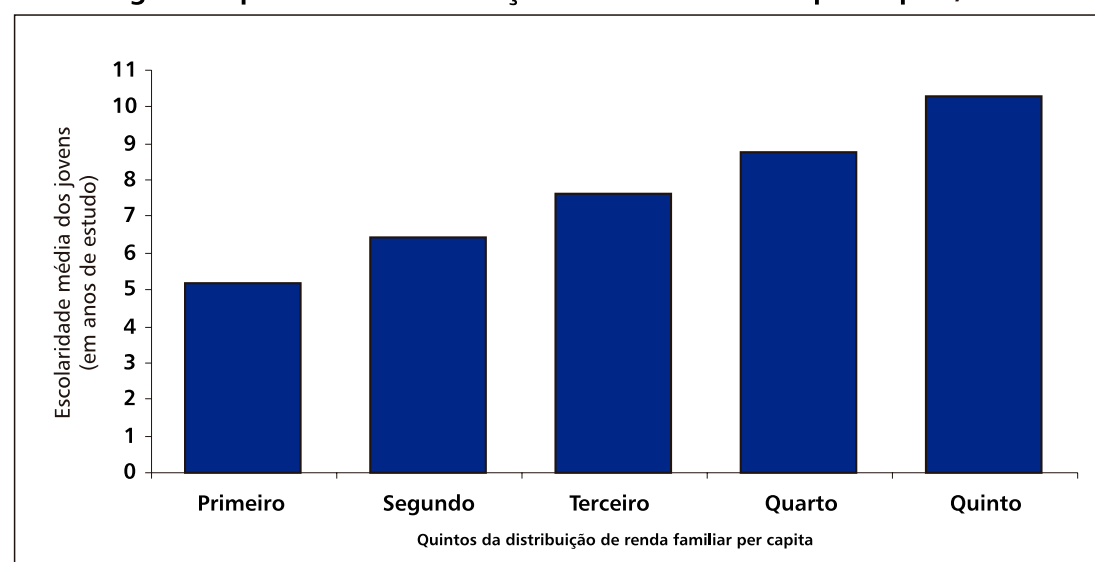
Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (2002).

Gráfico 5 – Diferenças em escolaridade média de jovens de 15 a 24 anos no Brasil segundo a escolaridade do chefe do domicílio, 2002



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (2002).

Gráfico 6 – Diferenças em escolaridade média de jovens de 15 a 24 anos no Brasil segundo quintos da distribuição de renda familiar per capita, 2002



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (2002).

Tabela 5 – Evolução nas duas últimas décadas do desvio-padrão da escolaridade de jovens de 15 a 24 anos no Brasil segundo características pessoais e familiares

Características	1982	1987	1992	2002
Gênero e cor	-	1,00	1,00	0,97
Região	0,97	0,94	0,91	1,01
Escolaridade do chefe ¹	1,93	1,83	1,77	1,58
Quintos da distribuição de renda familiar per capita	1,95	1,89	1,71	1,73

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (1982, 1987, 1992 e 2002).

Nota: ¹ Entre o universo de jovens que são filhos do chefe do domicílio.

possibilidade de mobilidade social. Essa situação tem melhorado ligeiramente ao longo das duas últimas décadas, na medida em que as disparidades educacionais entre jovens associadas à escolaridade de seus pais e à renda familiar per capita diminuíram um pouco, como pode ser visto na tabela 5.

1.2. Analfabetismo

A habilidade para ler e escrever é uma porta de acesso não apenas à escola, mas a praticamente toda forma de conhecimento. Ainda hoje cerca de 4% dos jovens, o que equivale a 1,3 milhão de pessoas, permanecem analfabetos. É um resultado bem pior do que o observado no Chile ou entre a

elite sulista, onde menos de 1% dos jovens é analfabeto.

Nas duas últimas décadas, a taxa de analfabetismo entre jovens caiu nove pontos percentuais e equivale hoje a menos de um terço do que prevalecia no início dos anos 80. Do mesmo modo que o aumento nos índices de escolaridade, o declínio do analfabetismo foi bem mais acentuado na última década do que na anterior, como indica a tabela 6. Se fosse seguido o mesmo ritmo, seriam necessários mais de quinze anos para que a taxa de analfabetismo entre jovens no país chegasse ao nível chileno (0,87%) (ver tabela 7).

Mas essa redução do analfabetismo foi muito mais intensa entre os jovens

Tabela 6 – Evolução da taxa de analfabetismo entre jovens no Brasil nas duas últimas décadas

Idade	1982 (%)	1992 (%)	2002 (%)	Varição ¹ 1982-1992	Varição ¹ 1992-2002
15 anos	13,8	8,5	2,3	0,55	1,38
16 anos	13,6	8,1	2,8	0,58	1,12
17 anos	12,8	7,9	2,7	0,53	1,12
18 anos	12,8	8,3	3,0	0,49	1,06
19 anos	11,9	8,2	3,4	0,41	0,92
20 anos	12,0	8,1	4,2	0,43	0,71
21 anos	11,2	8,4	4,0	0,31	0,80
22 anos	12,9	10,1	4,5	0,28	0,86
23 anos	12,1	9,7	5,3	0,24	0,66
24 anos	12,9	9,2	5,1	0,38	0,64
15 a 24 anos	12,6	8,6	3,7	0,43	0,90

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (1982, 1992 e 2002).

Nota: ¹ Utilizando a variação logística.

Tabela 7 – Distância da taxa de analfabetismo de jovens brasileiros em relação aos chilenos

Idade	Brasil 2002 (%)	Chile 2000 (%)	Velocidade anual brasileira na última década ¹	Tempo de chegada (em anos)
15 anos	2,27	0,62	0,14	10
16 anos	2,78	0,87	0,11	11
17 anos	2,72	0,67	0,11	13
18 anos	3,04	0,51	0,11	17
19 anos	3,44	0,75	0,09	17
20 anos	4,16	1,01	0,07	20
21 anos	3,96	0,93	0,08	18

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (2002) e na Casen (2000).

Nota: ¹ Utilizando a variação logística.

adolescentes (15-17 anos) do que entre os jovens adultos (22-24 anos), o que pode ser explicado por melhorias recentes na alfabetização no ensino regular. A tabela 8 mostra que, apesar de um substancial aumento na oferta de programas de alfabetização de jovens e adultos, apenas 5% dos jovens analfabetos (70 mil) freqüentavam em 2002 cursos desse tipo.

Também há grandes disparidades no que se refere ao analfabetismo quando se observam os distintos grupos de jovens no país. Enquanto o índice nacional de analfabetismo entre jovens é de 4%, a taxa alcança 17% entre os jovens negros do sexo masculino da região Nordeste, como mostra o gráfico 7. É um número que supera até a taxa

nacional de analfabetismo em 1982 (13%). Isso significa que, mantido o mesmo ritmo com que o país evoluiu na última década, apenas em 2020 a taxa de analfabetismo desse grupo atingiria a atual média nacional.

Essas disparidades em analfabetismo, assim como na escolaridade média, estão muito relacionadas ao ambiente familiar, apontando uma vez mais possíveis restrições à mobilidade social, como mostra a tabela 9.

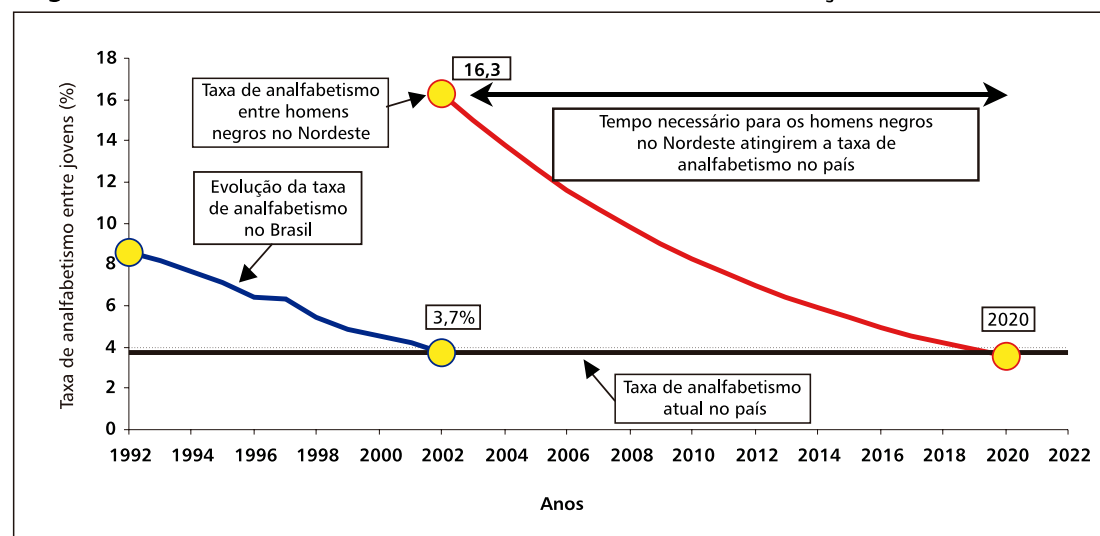
No caso das desigualdades em analfabetismo, a região onde reside o jovem também se mostrou uma variável relevante. Ao longo das últimas duas décadas, em geral, as desigualdades em analfabetismo entre jovens vêm aumentando.

Tabela 8 – Participação dos jovens de 15 a 24 anos na educação para jovens e adultos

Indicadores	1992	2002
Porcentagem do total de jovens analfabetos que freqüenta curso de alfabetização	1,54	5,42
Porcentagem do total de jovens que não completou o ensino fundamental e não está cursando o regular que freqüenta supletivo de 1º grau	1,79	6,01
Porcentagem do total de jovens que completou o ensino fundamental mas não o ensino médio e não está cursando o regular que freqüenta supletivo de 2º grau	3,73	10,97

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (1992 e 2002).

Gráfico 7 – Distância da taxa de analfabetismo entre jovens de 15 a 24 anos, negros, do sexo masculino e residentes no Nordeste em relação à média nacional



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (1992 a 2002, exceto 1994 e 2000, quando a Pnad não foi a campo).

Obs.: Para calcular o tempo necessário assumiu-se que a velocidade anual de progresso do Brasil seria igual à da última década.

Tabela 9 – Evolução ao longo das décadas do índice de dissimilaridade¹ da taxa de analfabetismo entre jovens brasileiros de 15 a 24 anos segundo características pessoais e familiares

Características	1982	1987	1992	2002
Gênero e cor	-	25,3	25,4	24,1
Região	35,9	38,0	39,9	39,4
Escolaridade do chefe ²	40,1	42,1	45,2	44,2
Quintos da distribuição de renda familiar per capita	35,4	38,8	37,6	38,7

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (1982, 1987, 1992 e 2002).

Notas: ¹ Trata-se de uma medida de desigualdade que revela a porcentagem mínima de analfabetos que deveria ser redistribuída entre as categorias para que a porcentagem de analfabetos em cada categoria fosse igual.

² Entre os jovens que são filhos do chefe do domicílio.

1.3. Analfabetismo funcional

Apesar do progresso da última década (ver gráfico 8), cerca de 4 milhões dos brasileiros jovens (12% desse grupo) ainda não completaram a 4ª série e, portanto, podem ser considerados analfabetos funcionais. No Chile e entre a elite sulista, esse percentual é inferior a 2%.

Mantendo-se o ritmo da última década, somente em 2027 a taxa de analfabetismo funcional entre jovens no país chegaria a 2% – como ilustrado no gráfico 9.

1.4. Completando o ensino fundamental

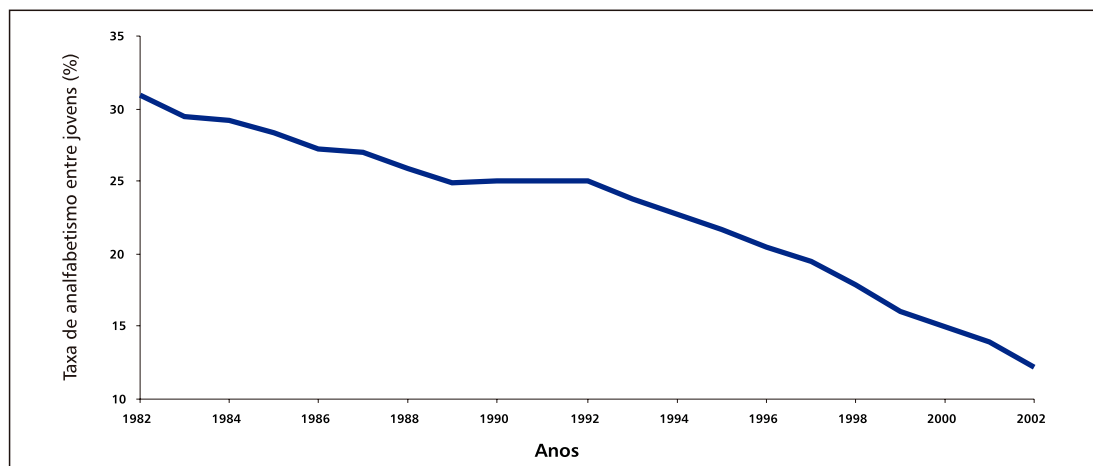
A princípio, aos 15 anos, os jovens poderiam ter completado a educação

fundamental. No Brasil, entretanto, quase 68% deles não concluíram esse ciclo, e 38% dos menores de 18 anos ainda o freqüentam. Não apenas existe enorme atraso, mas a taxa de retenção na segunda fase do ensino fundamental é elevada: apenas pouco mais de 60% dos jovens com mais de 17 anos conseguiram terminar esse nível educacional no país.

O acesso dos jovens brasileiros ao fundamental apresenta-se muito inferior ao dos jovens chilenos e ao da elite sulista do país.

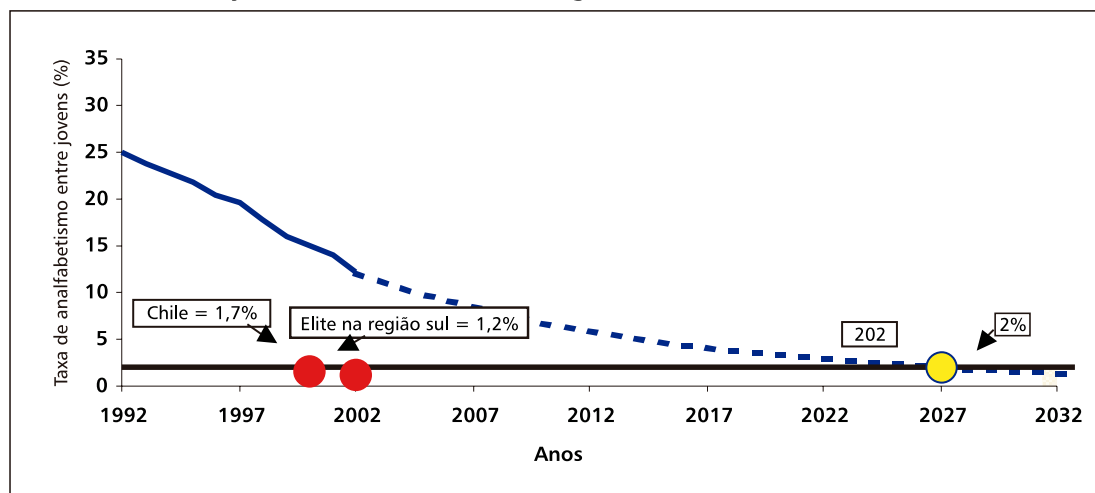
Mesmo que o acesso ao ensino fundamental se expandisse no ritmo acelerado da última década, ainda assim seriam necessários quase vinte anos para que a taxa de retenção na segunda fase do ensino fundamental decli-

Gráfico 8 – Evolução da taxa de analfabetismo funcional entre jovens brasileiros de 15 a 24 anos



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (1982 a 2002, exceto 1994 e 2000, quando a Pnad não foi a campo).

Gráfico 9 – Tempo necessário para o Brasil atingir uma taxa de analfabetismo funcional entre jovens de 15 a 24 anos igual a 2%



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (1992 a 2002, exceto 1994 e 2000, quando a Pnad não foi a campo) e na Casen (2000).

Obs.: Para calcular o tempo necessário assumiu-se que a velocidade anual de progresso do Brasil seria igual à da última década.

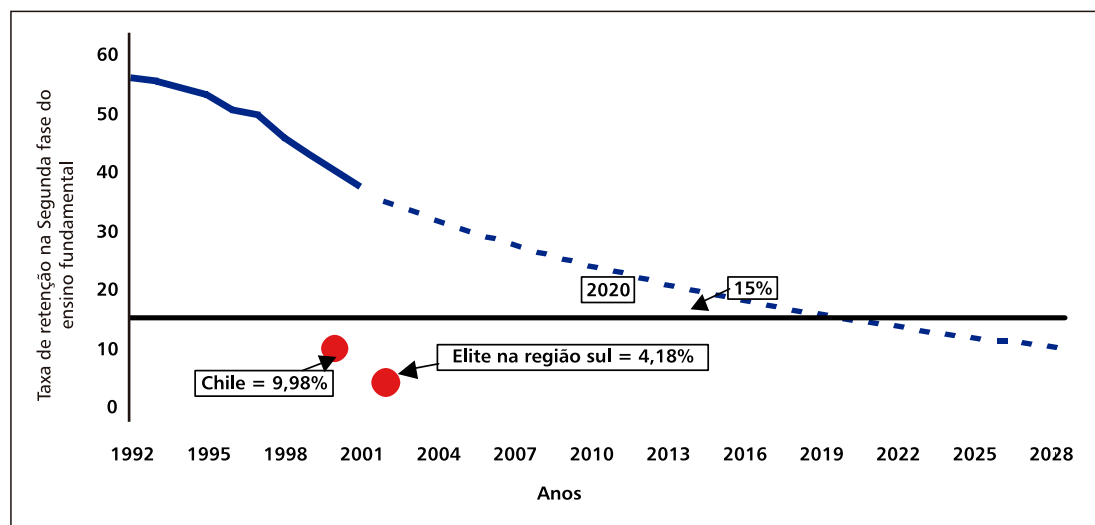
nasse para 15%. E seriam necessários cerca de dez anos para que chegasse a 85% a porcentagem de jovens de 18 a 24 anos com educação fundamental completa. Só assim o país alcançaria níveis próximos aos do Chile, e da elite da região Sul, atualmente. É o que mostram os gráficos 10 e 11.

Vale ressaltar que, mesmo com o progresso ocorrido na última década, a porcentagem de jovens com menos de 18 anos que freqüentam o ensino fun-

damental permaneceu estável e, apesar da taxa de retenção na segunda fase ter declinado, permanece elevada, em torno de 35%.

Finalmente, a PNAD 2002 mostra que cerca de um terço dos jovens brasileiros não terminou a educação fundamental regular. No entanto, a matrícula no supletivo de 1º grau representa apenas 6% da população de jovens fora da escola sem o fundamental completo, indicando que a oferta de supletivo

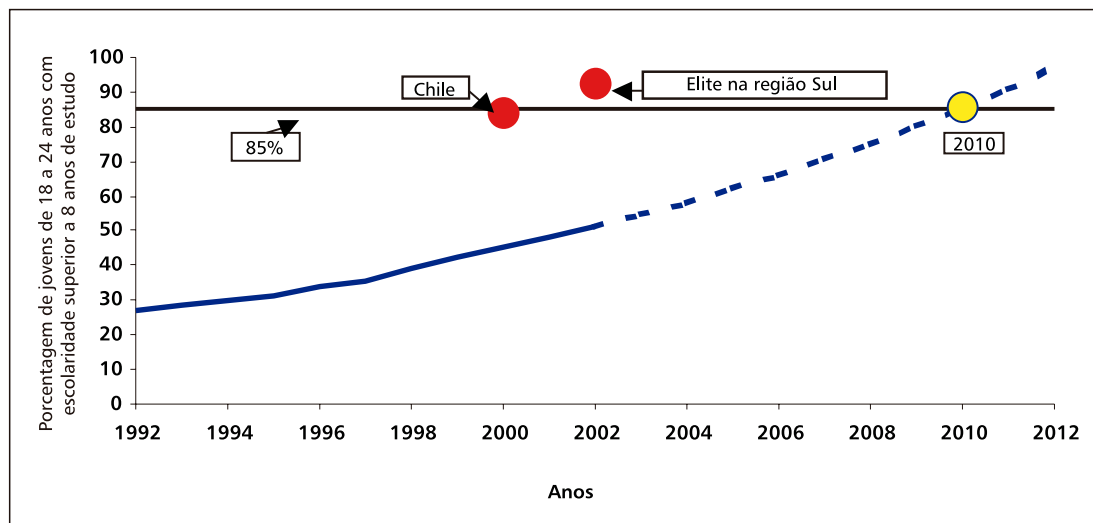
Gráfico 10 – Tempo necessário para o Brasil atingir uma taxa de retenção na 2ª fase do ensino fundamental de 15%



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (1992 a 2002, exceto 1994 e 2000, quando a Pnad não foi a campo) e na Casen (2000).

Obs.: Para calcular o tempo necessário assumiu-se que a velocidade anual de progresso do Brasil seria igual à da última década.

Gráfico 11 – Tempo necessário para que a porcentagem de jovens de 18 a 24 anos com escolaridade superior a 8 anos seja igual a 85%



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (1992 a 2002, exceto 1994 e 2000, quando a Pnad não foi a campo) e na Casen (2000).

Obs.: Para calcular o tempo necessário assumiu-se que a velocidade anual de progresso do Brasil seria igual à da última década.

encontra-se muito aquém das necessidades da população jovem do país (ver novamente tabela 8).

1.5. Acesso e progresso no ensino médio

No Brasil, nas duas últimas décadas, em especial na mais recente, um número crescente de jovens teve acesso ao ensino médio. Com todas as pressões vindas da expansão do ensino fundamental, apenas 16% dos jovens que terminam este nível deixam de ingressar no ensino médio. De fato, 60% dos jovens acabam ingressando, embora apenas 47% o façam antes dos 17 anos. Esse desempenho é bastante inferior ao dos jovens chilenos e ao da elite sulista: mais de 80% dos jovens de 16 a 17 anos freqüentam ou já terminaram o ensino médio. Mesmo com a velocidade de expansão da última década, somente em 2010 o acesso à educação média no Brasil alcançaria o nível atual vigente no Chile (ver gráfico 12).

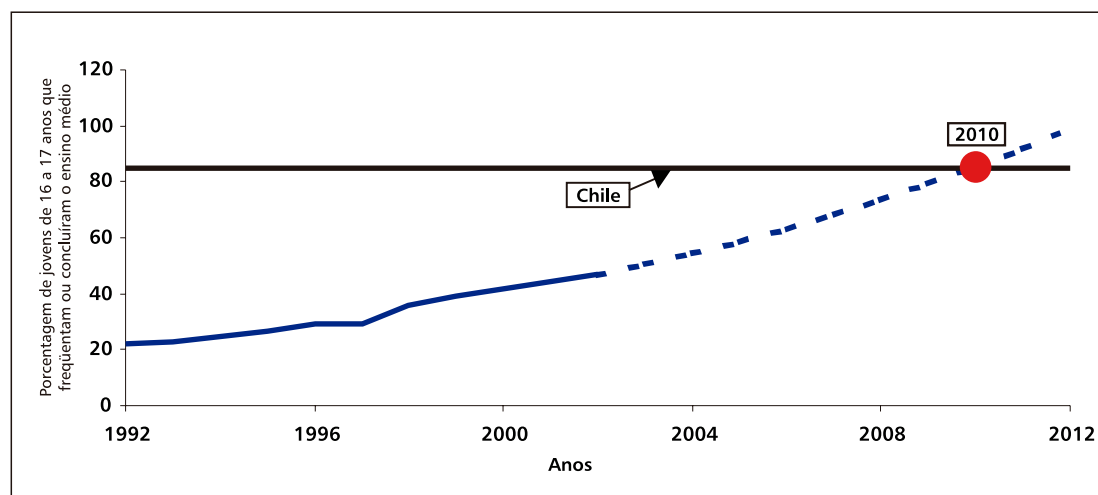
Em geral, no país, os jovens tendem a chegar atrasados ao ensino médio, principalmente devido ao acúmulo de

outros atrasos que ocorrem no fundamental. Por essa razão, em 2002 cerca de 40% dos jovens matriculados na educação média encontravam-se em idade acima da adequada para essa faixa de ensino.

Mesmo assim, cerca de 40% terminam a educação média, e a taxa de retenção é inferior a 30% neste ciclo. Ou seja, mais de 70% dos que ingressam no ensino médio o completam. Como nos outros casos, mantida a expansão da última década, seriam necessários mais de 30 anos para que a porcentagem de jovens brasileiros com idade entre 21 e 24 anos que completam o ensino médio atinja um patamar de 75%, como mostra o gráfico 13.

Também houve redução na idade média de ingresso ao ensino médio (de 17 para 16 anos), como consequência do maior acesso a ele. Declinou, ainda, a taxa de evasão durante o curso, embora a duração média do ciclo tenha aumentado. Esse aumento na duração, entretanto, não foi suficiente para reduzir a taxa de conclusão, que dobrou ao longo das duas últimas décadas, passando de 20% para 40%.

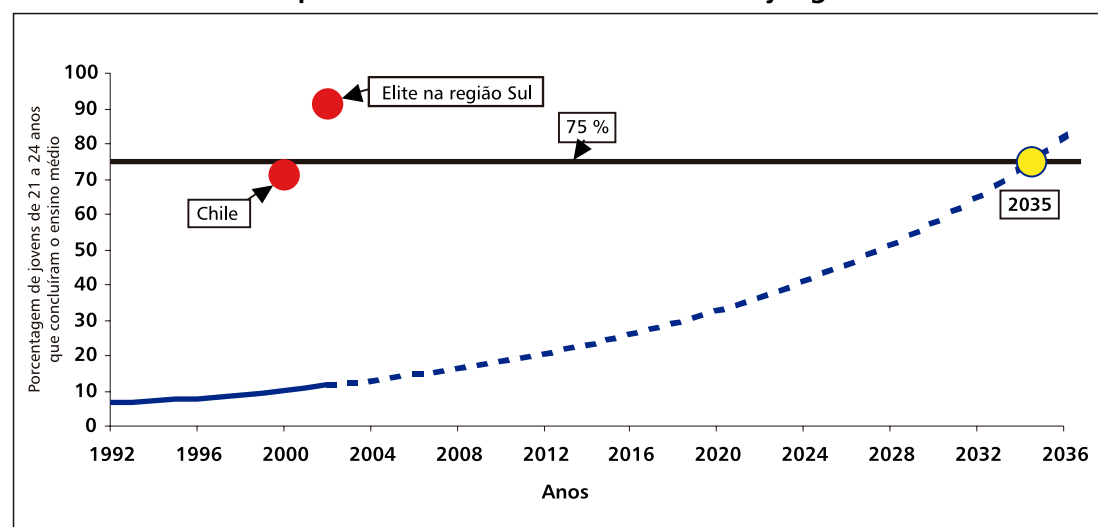
Gráfico 12 – Tempo necessário para que a porcentagem de jovens de 16 e 17 anos no Brasil que freqüentam ou concluíram o ensino médio seja igual à do Chile



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (1992 a 2002, exceto 1994 e 2000, quando a Pnad não foi a campo) e na Casen (2000).

Obs.: Para calcular o tempo necessário assumiu-se que a velocidade anual de progresso do Brasil seria igual à da última década.

Gráfico 13 – Tempo necessário para que a porcentagem de jovens de 21 a 24 anos no Brasil que concluíram o ensino médio seja igual a 75%



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (1992 a 2002, exceto 1994 e 2000, quando a Pnad não foi a campo) e na Casen (2000).

Obs.: Para calcular o tempo necessário assumiu-se que a velocidade anual de progresso do Brasil seria igual à da última década.

Maior acesso, menor evasão e aumento na duração do ciclo tiveram como resultado maior freqüência, que duplicou entre jovens de 16 e 17 anos nos últimos vinte anos. Vale ressaltar que todo o progresso em termos de acesso, freqüência e conclusão do ensino médio foi muito mais intenso na última década.

1.6. Acesso ao ensino superior

Apesar de todos os avanços da educação, mais de 70% dos jovens que terminam o ensino médio não ingressam no ensino superior. E isso piorou nas duas últimas décadas. O acesso à educação superior não acompanhou os avanços no acesso à educação básica.

Assim, se em 1982 mais de 40% dos que terminavam o ensino médio tinham acesso à educação superior, em 2002 esse número era inferior a 30%.

Devido à alta taxa de retenção ao final da educação básica, apenas 12% dos jovens de cada coorte têm acesso à educação superior no país. Mas apesar do aumento do índice de retenção ao final da educação básica, a porcentagem de jovens que ascendem à educação superior cresceu no país, embora de modo não acentuado (de 10% em 1982 a 12% em 2002).

O fato é que o atraso da educação superior no país é substancial. No Chile, por exemplo, cerca de 30% dos jovens em uma coorte têm acesso à educação superior e no caso da elite sulista, mais de 60% dos jovens. Em grande parte essa diferença resulta de taxas de retenção muito menores ao final da educação média. No Chile, aproximadamente metade dos jovens que terminam o ensino médio tem acesso à educação superior, e entre a elite sulista, cerca de 80%. Como o progresso da educação superior foi lento no país na última década, mantido o

mesmo ritmo de expansão levaria cerca de 20 anos para que a porcentagem de jovens com idade entre 21 e 24 anos com acesso à alguma educação superior chegasse ao menos a 30%, como mostrado no gráfico 14.

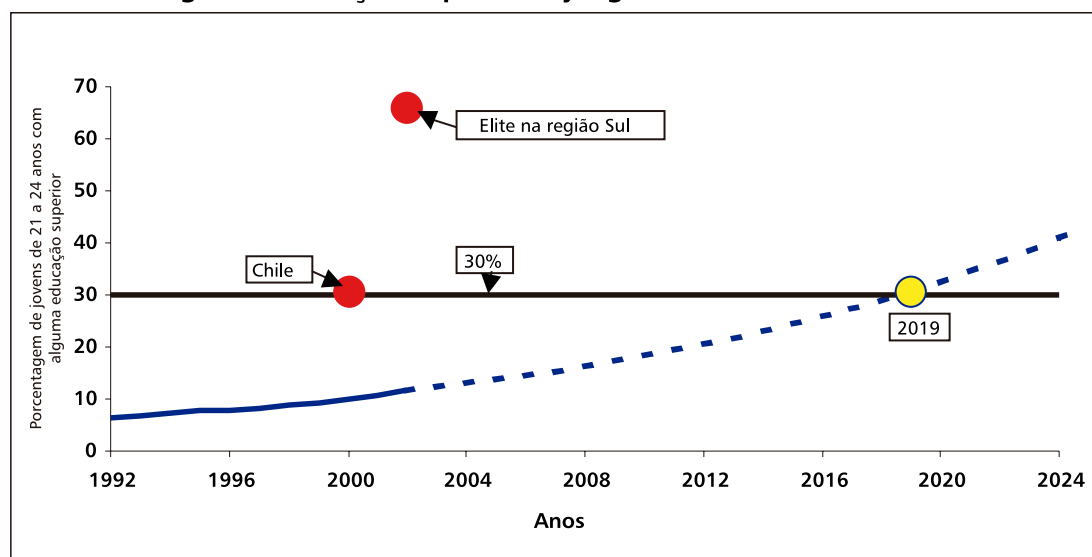
Síntese das principais conclusões

A conclusão a que se chega com base nas comparações entre Brasil, Chile e elite sulista é que, independentemente do nível de escolaridade tratado, e apesar do progresso da década de 90, o Brasil ainda não oferece a seus jovens oportunidades adequadas para que se eduquem.

Além disso, a desigualdade educacional no país permanece alta, sendo que a maior desvantagem educacional de um grupo jovem em relação a outro está mais relacionada a desvantagens no ambiente familiar dos jovens do que de características pessoais dos mesmos.

Essa conclusão, geral, é válida para todos os níveis de ensino, mas para cada um deles é possível extrair algumas conclusões básicas:

Gráfico 14 – Tempo necessário para que a porcentagem de jovens de 21 a 24 anos com alguma educação superior seja igual a 30%



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (1992 a 2002, exceto 1994 e 2000, quando a Pnad não foi a campo) e na Casen (2000).

Obs.: Para calcular o tempo necessário assumiu-se que a velocidade anual de progresso do Brasil seria igual à da última década.

- No que se refere ao analfabetismo, o problema ainda atinge 4% da população jovem. O progresso da última década revelou-se muito mais intenso entre os jovens adolescentes do que entre os jovens adultos, o que significa que o *combate ao analfabetismo entre os jovens, no período, se deveu muito mais aos avanços da educação regular* do que a um substancial aumento da oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA).
- Em termos de educação básica, no fundamental prevalece um enorme atraso e uma alta taxa de retenção na segunda fase. Mesmo com todo o avanço da última década, viu-se que um terço de todos os jovens brasileiros não completa a educação fundamental regular. Contudo, a oferta de supletivo tem se mostrado muito aquém das necessidades de nossa população jovem. Dos que ingressam, porém, mais de 70% completam o ciclo. No tocante ao ensino médio, um pouco mais da metade (55%) dos que terminam o fundamental ingressam neste nível educativo.
- Quanto à educação superior, a evolução ao longo dos últimos vinte anos não foi capaz de acompanhar os avanços no acesso à educação básica. Isso levou a que a *proporção de concluintes do ensino médio que têm acesso ao ensino superior tenha declinado ao invés de expandido, como seria desejável*. De todo modo, apesar da elevação da taxa de retenção ao final da educação básica cresceu no país o número e a porcentagem de jovens que ascendem à educação superior, ainda que de forma modesta (passou de 10% em 1982 para 12% em 2002).

O fato é que ainda há muito a percorrer para que o Brasil atinja níveis mi-

nimamente aceitáveis de garantia de oportunidades educacionais para sua população jovem. A melhoria no acesso à educação de jovens precisa ser ainda mais intensa do que o padrão da última década, sobretudo na educação superior – cujo gargalo tem aumentado, enquanto o de todos os outros níveis educacionais vem se reduzindo.

De maneira geral, pode-se dizer que são três os grandes desafios para as próximas décadas: (i) reduzir a defasagem série-idade nos ensinamentos fundamental e médio; (ii) reduzir a retenção, sobretudo no final do ensino médio; e (iii) atrair para o sistema educacional os que estão fora dele. Para tanto, é necessário desenvolver políticas capazes de tornar a escola mais atrativa e com melhor qualidade.

2. MERCADO DE TRABALHO: OPORTUNIDADE PARA O JOVEM UTILIZAR CAPACIDADES

Depois de investigar o acesso dos jovens brasileiros à educação e de avaliar se nesse campo existem oportunidades suficientes para que eles adquiram conhecimento, é importante verificar se há oportunidades para que esse conhecimento possa ser utilizado de forma plena. É necessário que a sociedade disponha de mecanismos que, além de dar oportunidade para o desenvolvimento da capacidade intelectual e a habilidade produtiva dos jovens, absorvam adequadamente as capacidades e as habilidades adquiridas.

Uma questão que sociedades em desenvolvimento enfrentam é que diante da virtual impossibilidade de garantir o máximo possível de oportunidades para adquirir habilidades e conhecimento e para utilizá-los, como balancear essas duas prioridades. A exclusividade de uma ou de outra, longe de trazer resultados positivos, poderia

Desemprego friccional – Trata-se de fricções no mercado de trabalho, o que faz a movimentação de trabalhadores entre postos de trabalho não ser instantânea. Esse tipo de desemprego surge dos custos de transação incorridos entre um emprego e outro, tais como burocracia, falta de informação, mobilidade e dificuldade de adequação entre os desejos do empregador e do empregado. Uma das principais formas de reduzi-lo é simplificar ao máximo o processo de contratação e de demissão. Outro mecanismo é criar instrumentos que auxiliem a procura mútua de trabalhadores e empregos, facilitando a adequação dos interesses de empregados e empregadores. O desemprego friccional não está associado diretamente ao nível de atividade da economia. Assim, mesmo quando o mercado está empregando ou desempregando liquidamente, ele continua presente na economia.

mesmo provocar efeitos indesejáveis: caso o acesso às oportunidades fosse restrito à aquisição de conhecimento, teríamos uma mão-de-obra capacitada, porém desocupada; na situação oposta, a mão-de-obra estaria ocupada, mas a economia apresentaria baixa produtividade.

2.1. Peculiaridades do mercado de trabalho

De maneira geral, o acesso ao trabalho apresenta uma série de singularidades que o tornam diferente do acesso a um bem ou serviço homogêneo disponível em um mercado competitivo. As peculiaridades do trabalho resultam de vários fatores, embora dois normalmente se sobressaiam e um terceiro, no caso brasileiro, ganhe relevância: o primeiro é a elevada heterogeneidade dos trabalhadores e dos postos de trabalho disponíveis, sendo parte observada antes do trabalho ser executado (*ex ante*) e parte observada após o trabalho ter sido executado (*ex post*); o segundo diz respeito à importância da experiência prévia, fator que atormenta em especial os trabalhadores mais jovens; e, em terceiro lugar, há o significativo grau de regulamentação formal e informal associado a esse mercado.

A heterogeneidade dos trabalhadores e dos postos de trabalho

A heterogeneidade faz com que nem todos os trabalhadores sejam igualmente produtivos e nem todos os postos de trabalho sejam igualmente desejáveis. Como consequência, há desigualdade em remuneração e bem-estar entre os trabalhadores.

Essa dupla heterogeneidade, mesmo quando perfeitamente observável,

pode dificultar em muito o *casamento* (*matching*) entre trabalhadores e postos de trabalho, pois é natural que tanto indivíduos quanto empresas procurem condições que se adaptem às suas respectivas necessidades. O resultado é um certo grau de **desemprego friccional**, que pode ocorrer em maior grau entre os jovens, na medida em que eles tiverem menos acesso a informações sobre alternativas disponíveis e as firmas tiverem menos informações sobre eles.

Como a qualidade dos trabalhadores e dos postos de trabalho não é algo totalmente observável, todos acabam sendo incentivados a experimentar. Esse processo de aprendizado leva a separações – e, portanto, à rotatividade –, sempre que as empresas e os empregados derem-se conta de que não encontraram o que buscavam. Quanto mais desconhecidas forem as características dos trabalhadores para as empresas e destas para os primeiros, maior será a taxa de rotatividade no mercado de trabalho e mais elevada será entre os jovens, que, com menor experiência, experimentam e são experimentados com maior frequência. Esse fenômeno repercute sobre a taxa de desemprego do grupo.

Dentro desse contexto, sempre que os trabalhadores tiverem uma visão otimista sobre os postos disponíveis, isto é, acreditarem que os postos são melhores do que são na realidade, ou sempre que as empresas tiverem uma visão otimista sobre os trabalhadores jovens, então existirá uma tendência à alta **taxa de rotatividade** e **desemprego** (ver à pág. seguinte).

A experiência prévia no mercado de trabalho

A experiência acumulada pelo trabalhador tende a torná-lo mais produtivo

e a existência de heterogeneidade em qualificação dos trabalhadores faz com que os mais experientes tenham sua reputação mais bem estabelecida no mercado.

Esses dois fatores afetam negativamente os mais jovens, criando uma espécie de círculo vicioso. Por um lado, a falta de experiência gera tendência à menor produtividade e, por outro, a falta de reputação eleva os custos de seleção e contratação de jovens, em particular pela expectativa de rotatividade. Desse modo, a expectativa por parte da empresa de maior rotatividade entre os trabalhadores mais jovens pode inibi-la a contratar membros deste grupo, o que por sua vez impede que eles acumulem experiência.

O grau de regulamentação do mercado de trabalho

A principal consequência da regulamentação dos contratos de trabalho sobre o nível de desemprego vem das restrições que esses contratos impõem à remuneração. Limitar o grau de ajuste das remunerações pode inviabilizar a garantia de emprego a todos que, em determinado mercado de trabalho, estiverem dispostos a trabalhar por certo nível de salário.

Em um mercado estilizado (tomado como referência para ilustrar uma situação) quantidades e preços se ajustam para garantir que não exista excesso de oferta nem de demanda. O acesso a este mercado não chega a ser um problema, pois todo produtor pode vender o que desejar ao preço de mercado, enquanto qualquer consumidor pode comprar o que desejar, ao preço de mercado, desde que seu orçamento permita.

Já em um mercado de trabalho típico, a falta de flexibilidade, como, por exemplo, as restrições impostas por le-

gislação que impeçam a contratação por salário inferior a determinado salário mínimo, pode favorecer a manutenção do excesso de oferta, com trabalhadores interessados em ocupar os postos de trabalho disponíveis (isto é, interessados nos níveis de remuneração propostos), porém impedidos pela regulamentação de ocupá-los. A flexibilidade faria com que o excesso de oferta reduzisse a remuneração ou outros atrativos custosos dos postos de trabalho, o que, por sua vez, aumentou a demanda por trabalhadores.

Assim, no caso do mercado de trabalho, ao contrário do que ocorre com mercados de outros bens, o acesso pode ser uma questão mais crítica porque nem todos os indivíduos que buscam trabalho têm acesso a ele, mesmo quando suas preferências e restrições são compatíveis com o que oferecem as empresas.

Constatadas as peculiaridades aqui descritas, os trabalhadores mais jovens têm três importantes questões com que se preocupar.

- **Entrada no mercado de trabalho** – Uma vez que existem incentivos para que as empresas contratem trabalhadores mais experientes como uma tentativa de reduzir a probabilidade de rotatividade, o jovem encontra muitos obstáculos para conseguir seu primeiro emprego. E como as empresas não se sentem seguras de que encontraram o trabalhador que buscavam e também sabem que o trabalhador jovem tende a estar indeciso sobre se deve continuar na empresa, preferem contratar trabalhadores mais experientes, com qualificação e reputação já estabelecidas, além de interesses mais bem delineados. Assim, a contratação de trabalhadores mais jovens dependerá do interesse da empresa em conhecer as qualidades

Desemprego aberto – Corresponde à taxa determinada enquanto a relação entre o número de pessoas desocupadas e o número de pessoas economicamente ativas num determinado período de referência (tipicamente uma semana ou 30 dias). Pessoas desocupadas são definidas como aquelas que não tinham trabalho num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais ou diretamente empresas etc.).

Taxa de rotatividade – É o medidor do percentual dos trabalhadores substituídos mensalmente em relação ao estoque vigente no primeiro dia do mês. Em geral, a taxa de rotatividade mensal é obtida pela utilização do menor valor entre o total de admissões e desligamentos sobre o total de empregos no 1º dia do mês. A rotatividade pode ocorrer tanto por vontade (e ação) do trabalhador quanto do empregador. Nos momentos de forte atividade econômica, quando há abundância de empregos, os empregadores disputam entre si os profissionais do mercado e estes, tentados por melhores oportunidades existentes, ficam mais dispostos a trocar de emprego. Nesse caso, a rotatividade ocorre por ação do empregado. Na situação oposta, quando a atividade econômica se retrai, os empregadores podem promover troca de trabalhadores mais caros por aqueles mais baratos. O resultado é um aumento da rotatividade, provocado no caso pelos empregadores. A rotatividade pode também ser resultado de existência de rigidez no mercado de trabalho.

desse grupo, mas, sobretudo, da possibilidade de ela compensar o maior risco de contratar um trabalhador jovem com uma redução da remuneração. Se a legislação trabalhista impede remunerações mais baixas ou se os jovens não as aceitam, a oferta de postos de trabalho para a juventude pode se tornar bastante limitada.

- *Acesso ao trabalho* – A segunda preocupação atinge jovens que já ingressaram no mercado de trabalho, mas têm dúvidas sobre se serão capazes de encontrar rapidamente um novo trabalho de mesma qualidade caso percam o atual. Quanto mais regulamentado o mercado de trabalho e maior a sua heterogeneidade, mais grave será o problema do acesso ao trabalho.
- *Qualidade dos postos de trabalho disponíveis para os jovens* – A regulamentação, em geral, ao buscar garantir um grau mínimo de qualidade para os postos, pode terminar por limitar o acesso ao trabalho.

Em suma, o bem-estar de um jovem e as decisões que deve tomar são afetados pelas oportunidades do presente e pela expectativa sobre as futuras. Apesar de a *entrada* no mercado de trabalho ser um problema típico da juventude, o *acesso* e a *qualidade* dos postos de trabalho são preocupações que se carregam por toda a vida. Como a análise da disponibilidade de trabalho e da qualidade dos postos de trabalho a que os jovens de hoje terão acesso ao longo de seu ciclo de vida requer previsões sobre como se comportará o mercado de trabalho no futuro, esta seção limita a sua análise às dificuldades enfrentadas pelos jovens brasileiros no presente.

2.2. Há uma idade adequada para o ingresso no mercado de trabalho?

Hoje, no Brasil, a entrada no mercado de trabalho ocorre preponderantemente durante a juventude, mas não existe nenhuma indicação de que no futuro essa situação deva se manter assim. Vale indagar, portanto: qual a idade adequada para o ingresso no mercado de trabalho?

Talvez não exista uma resposta definitiva, mas uma coisa é certa: devido ao elevado grau de desigualdade no país, a entrada no mercado de trabalho não é uma preocupação que atinge a todos os jovens com a mesma intensidade. De fato, para os mais pobres, a entrada no mercado de trabalho provavelmente ocorre antes do período da juventude, enquanto que, para os mais ricos e escolarizados, essa parece ser uma questão a ser enfrentada mais tarde.

O momento de entrada no mercado de trabalho vai depender das oportunidades disponíveis para se educar e para trabalhar e também da qualidade do ambiente familiar do jovem. No pior dos cenários, em um país sem muitas oportunidades educacionais os novos trabalhadores em famílias mais pobres, em geral, acabam ingressando no mercado de trabalho muito precocemente. Nestes casos, o acesso ao trabalho e a qualidade dos postos tornam-se preocupações prementes da juventude. Ao contrário, no caso de uma família rica, inserida num ambiente repleto de oportunidades, é comum observar que a entrada no mercado de trabalho é adiada até o final da juventude. Os jovens tendem a se tornar estudantes em tempo integral e o mercado de trabalho não os preocupa de imediato. Já para famílias com renda mediana, dependendo das oportunidades existentes, estudar em tempo integral pode não ser compatível com o orçamento

familiar, o que incentiva os jovens a arrumar uma solução que combine trabalho e estudo.

Aqui se mostra que a maioria dos jovens brasileiros se encontra nesta situação intermediária. Em seguida serão analisadas as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, os problemas enfrentados ao tentar compatibilizar o trabalho e a escola, e a qualidade dos postos de trabalho a que os jovens têm acesso.

2.3. A falta de um paradigma

Junto à questão da idade adequada para a entrada no mercado de trabalho, podemos somar várias outras que revelam também as dificuldades analíticas decorrentes da falta de um paradigma. Qual a jornada de trabalho que melhor permite compatibilizar trabalho e escola? Qual a qualidade e, em particular, qual a remuneração adequada, para os postos de trabalho ocupados por jovens, dado o grau de desenvolvimento do país?

Ter respostas a essas perguntas muito facilitaria a avaliação sobre a situação de trabalho entre os jovens brasileiros. Bastaria contrastar a situação real com uma situação ideal (um paradigma). Como não conhecemos a situação ideal, uma alternativa é utilizar como referência as informações de um país com o grau de desenvolvimento semelhante ao nosso. Na análise sobre o acesso às oportunidades educacionais, comparou-se a situação do jovem brasileiro com a chilena e a da elite sulista brasileira. Quando, porém, se avalia o trabalho na juventude, fazer uso de paradigmas é algo bem mais complicado. Em regiões mais desenvolvidas, o mercado de trabalho tende a ser mais formalizado e, por isso mesmo, mais regulamentado. São condições que não ampliam, necessariamente, as opções de

trabalho para a juventude, mas, para aqueles que conseguem acessar esse mercado, os postos de trabalho oferecidos tendem a ser melhores. Daí a questão: é possível tratar, por exemplo, o mercado de trabalho para jovens do Chile ou o da região metropolitana de São Paulo como paradigmas? De imediato, verifica-se que, em ambos os casos, a taxa de desemprego juvenil é extremamente elevada, atingindo valores superiores a 20%, o que pode ser algo não desejável para o mercado brasileiro. Contudo, a idade de entrada no mercado de trabalho, a compatibilização entre trabalho e escola e a qualidade dos postos disponíveis nessas “sociedades” podem ser metas desejáveis. Dúvidas surgem quanto à possível relação causal entre a baixa disponibilidade de trabalho e a tardia entrada no mercado, a mais fácil compatibilização entre trabalho e escola e a maior qualidade dos postos. Em que medida um mercado menos regulamentado inverteria a situação, fazendo com que os jovens passassem a entrar nele mais cedo, acirrando o conflito entre trabalho e escola e reduzindo a qualidade média dos postos de trabalho disponíveis? Em suma, a alta qualidade dos postos seria consequência do desenvolvimento econômico ou da regulamentação do mercado de trabalho que restringe a oferta de trabalho para jovens? Nessas “sociedades” a entrada tardia é uma escolha dos jovens ou resulta da falta de trabalho? Como definir paradigmas com dúvidas desse tipo?

2.4. Indicadores de resultados: indisponibilidade de trabalho versus preferências dos jovens

Toda avaliação empírica da capacidade do mercado de absorver mão-de-obra juvenil, isto é, da demanda pelo de trabalho de jovens, é dificultada

pelo fato de que, em geral, os resultados não são indicadores apenas da disponibilidade de trabalho, mas de sua interação com a propensão dos jovens para o trabalho. Como indicadores dessa situação, há a idade de entrada no mercado de trabalho e a taxa de desemprego juvenil.

A entrada tardia no mercado pode resultar tanto de uma carência de trabalho para a população jovem, quanto do interesse desse grupo em trabalhar. Do mesmo modo, uma alta taxa de desemprego pode refletir tanto a baixa demanda por trabalho juvenil, quanto jovens com alto **salário de reserva** e muito seletivos em sua escolha. Em resumo, baixa participação, entrada tardia e alta taxa de desemprego podem ser consequência tanto de oportunidades limitadas para a população jovem como de uma opção desse grupo. Na medida do possível, tenta-se aqui isolar empiricamente esses dois efeitos.

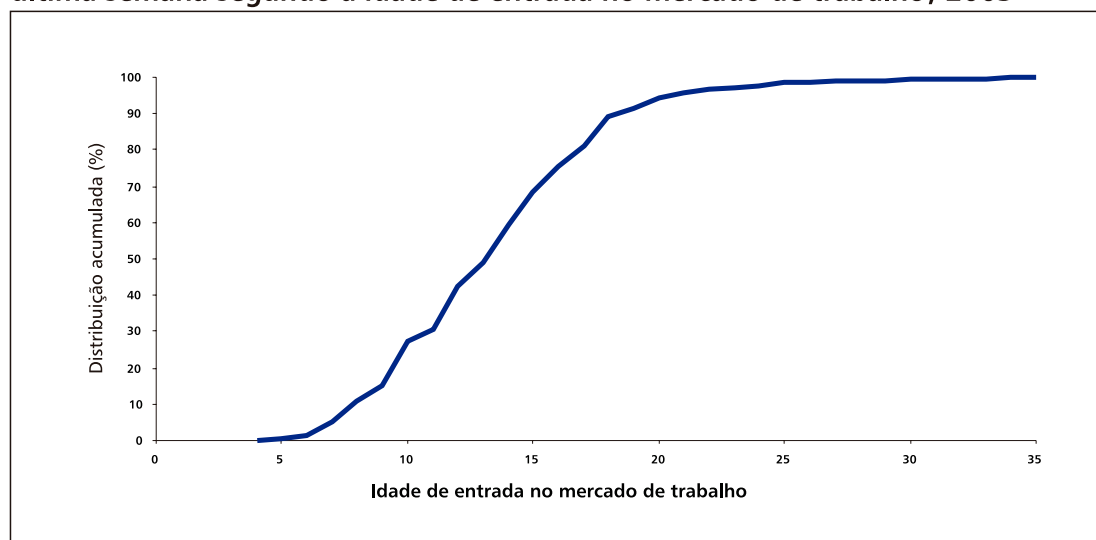
2.5. Entrada no mercado de trabalho

Entre os brasileiros com 35 anos em 2003 (que nasceram em 1968), a esmagadora maioria trabalha ou já trabalhou antes. Apenas 6% desse grupo nunca entrou para o mercado de trabalho e, provavelmente, não irá fazê-lo no futuro. Por sua vez, entre os que estão no mercado de trabalho, em média, 70% iniciaram as atividades ainda na infância (antes dos 15 anos), 30% na juventude e ninguém, praticamente, ingressou no mercado de trabalho após os 24 anos (ver gráfico 15). Apesar desse resultado médio, quando se consideram a renda atual desses indivíduos e alguns atributos familiares, verifica-se que o ingresso no mercado de trabalho ocorreu em idades distintas para cada grupo.

Sempre tomando esse grupo etário como referência, observa-se, hoje, que a idade de entrada no mercado de trabalho varia com o nível de renda familiar atual. Os mais ricos (que pertencem

Salário de reserva – É o menor salário ao qual o trabalhador está disposto a oferecer a sua mão-de-obra. Para um salário menor do que o salário de reserva, o trabalhador simplesmente prefere não trabalhar ou se retirar do mercado de trabalho. Esse valor depende de uma série de fatores: desde o nível médio de renda das famílias, à existência de salário desemprego elevado - o que desestimula o esforço pela busca de emprego - até a tolerância familiar à permanência de jovens sem trabalho. Dessa forma, quanto mais elevada a rede de proteção ao indivíduo, maior tende a ser seu salário de reserva.

Gráfico 15 – Distribuição acumulada da população com 35 anos que trabalhou na última semana segundo a idade de entrada no mercado de trabalho, 2003



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (2003).

ao último quinto da distribuição de renda) ingressaram mais tarde, enquanto que os mais pobres (que pertencem ao primeiro quinto) começaram a trabalhar precocemente. Entre os mais ricos que estão no mercado de trabalho hoje, 44% ingressaram no mercado durante a infância, enquanto cerca de 3% ingressaram na fase adulta, sendo que a maioria (53% desse total) ingressou durante a juventude (ver tabela 10). Entre os mais pobres que estão no mercado de trabalho hoje, a grande maioria (76%) começou na infância, enquanto que 22% durante a juventude. Vale ressaltar que uma parcela muito pequena da população de 35 anos, pobre ou rica, nunca participou do mercado de trabalho. Portanto, ingressar nele é uma questão relevante para praticamente todos. O que parece diferenciar os mais pobres dos mais ricos, nesse contexto, é o momento da vida em que enfrentam essa questão.

Esses resultados poderiam levar à interpretação de que os mais ricos de hoje tenderam a enfrentar maiores problemas para seu ingresso no mercado de trabalho do que os mais pobres. Ou podem revelar apenas o fato evidente

de que os ricos têm salário de reserva mais alto que os mais pobres, mas será que uma série de trabalhos eventuais que os mais pobres tenham realizado durante a infância caracteriza, de fato, seu ingresso no mercado de trabalho, mesmo quando aqueles serviços não se relacionassem ao trabalho realizado na fase adulta? ou seja, será que o trabalho infantil pode ser visto realmente como a porta de entrada dos jovens pobres no mercado de trabalho ou isso se dá mais tarde, durante a juventude?

Comparando jovens com o mesmo nível educacional e que vivem em ambientes familiares com iguais características, observa-se que aqueles que começaram a trabalhar na infância tendem a ter maior acesso ao trabalho e a conseguir remunerações médias mais elevadas do que os que ingressaram na juventude. Este resultado, visto isoladamente, poderia indicar que a entrada precoce no mercado de trabalho beneficiaria a população mais pobre. É o que mostra a tabela 11. No entanto, entre o jovem pobre a precocidade de ingresso ocorre às custas do sacrifício escolar, comprometendo sua história futura e suas chances de obter um maior nível de renda.

Tabela 10 – Participação das pessoas com 35 anos, pertencentes ao 1º e ao 5º quinto da distribuição de renda, segundo a idade de entrada no mercado de trabalho, 2003

Indicadores	Porcentagem (%)
Primeiro quinto da distribuição de renda	
Porcentagem que entrou no mercado de trabalho e trabalhou na semana:	
total	100
na infância (antes dos 15 anos)	76,6
na juventude (15 a 24 anos)	22,1
na fase adulta (25 e mais anos)	1,3
Porcentagem de pessoas com 35 anos, que ainda não entraram no mercado de trabalho:	8,5
Quinto da distribuição de renda	
Porcentagem que entrou no mercado de trabalho e trabalhou na semana:	
total	100
na infância (antes dos 15 anos)	43,8
na juventude (15 a 24 anos)	52,7
na fase adulta (25 e mais anos)	3,5
Porcentagem de pessoas com 35 anos, que ainda não entraram no mercado de trabalho:	2,9

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (2003).

Tabela 11 – Impacto da idade de entrada no mercado de trabalho sobre a remuneração média e a taxa de participação dos jovens de 15 a 24 anos¹

Indicadores	Remuneração ² média (R\$)	Redução em pontos percentuais na remuneração média em relação à entrada de 10 anos	Porcentagem que não participa
Idade que começou a trabalhar			
10 anos	3,31	...	2,43
14 anos	3,24	2,1	3,00
18 anos	3,18	3,9	3,70
22 anos	3,12	5,7	4,55

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (2003).

Notas: ¹ O impacto sobre a remuneração média foi calculado a partir de uma regressão linear, enquanto o impacto sobre a taxa de participação foi calculado a partir de uma regressão logística. Nesta tabela, os resultados referem-se a "um jovem padrão", definido como o jovem que possui oito anos de estudos, reside em área urbana do Sudeste, cujo chefe de domicílio tem quatro anos de estudos, e renda domiciliar per capita de R\$ 400,00.

² Considerou-se a remuneração por hora.

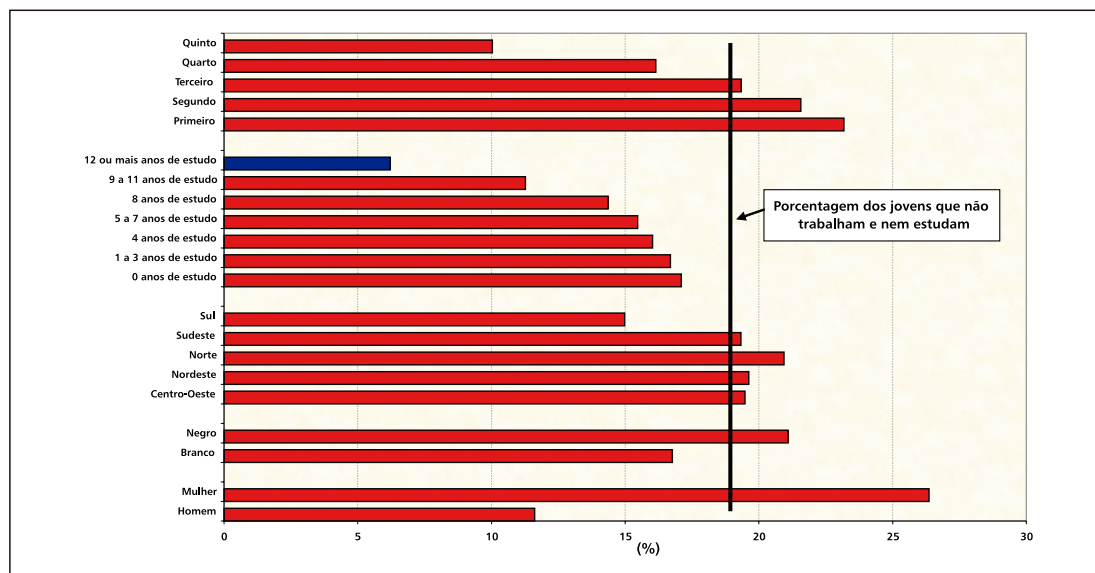
2.6. Conflito trabalho-escola

Se hoje a população jovem brasileira tem mais acesso à educação média e superior, um dos seus grandes dilemas é, cada vez mais, compatibilizar escola e trabalho. Em outras palavras, o jovem se defronta com a seguinte questão: quanto estudar e trabalhar durante o dia e ao longo do ano?

Antes de analisar como os jovens brasileiros têm resolvido esse conflito e de avaliar se a solução encontrada é adequada, é preciso ressaltar que o

conflito só existe para aqueles que têm as duas opções. Aproximadamente 19% dos jovens não trabalham nem estudam, de acordo com a tabela 12. A situação é ainda mais crítica quando se consideram determinados grupos. Por exemplo, mais de 26% das mulheres jovens não trabalham nem estudam, 21% dos jovens negros estão na mesma situação e entre os jovens do primeiro quinto da distribuição de renda a porcentagem chega a 23%, como mostra o gráfico 16. Resta saber em que medida isso é o resultado de uma

Gráfico 16 – Porcentagem de jovens brasileiros entre 15 e 24 anos que não trabalham e nem estudam, por social, 2003



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (2003).

Tabela 12 – Utilização do tempo dos jovens brasileiros com idade entre 15 a 24 anos, 2003

Indicadores	Entre o total de jovens	Entre os jovens em que os chefes de domicílios têm 0 ano de estudo	Entre os jovens em que os chefes de domicílios têm 4 anos de estudos	Entre os jovens em que os chefes de domicílios têm 8 anos de estudos	Entre os jovens em que os chefes de domicílios têm 12 ou mais anos de estudos
Porcentagem de jovens que freqüentam à escola e trabalham	18,7	23,2	19,7	21,2	21,7
Porcentagem de jovens que freqüentam a escola, mas não trabalham	30,3	26,2	31,5	39,4	61,2
Porcentagem de jovens que não freqüentam a escola, mas trabalham	32,1	33,5	32,8	25,0	11,0
Porcentagem de jovens que não freqüentam a escola nem trabalham	18,9	17,1	16,0	14,4	6,21

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (2003).

escolha ou da falta de oportunidades. Nesse sentido, a existência do conflito deve ser interpretada como um bom resultado, pois indica que os jovens estão diante de mais opções.

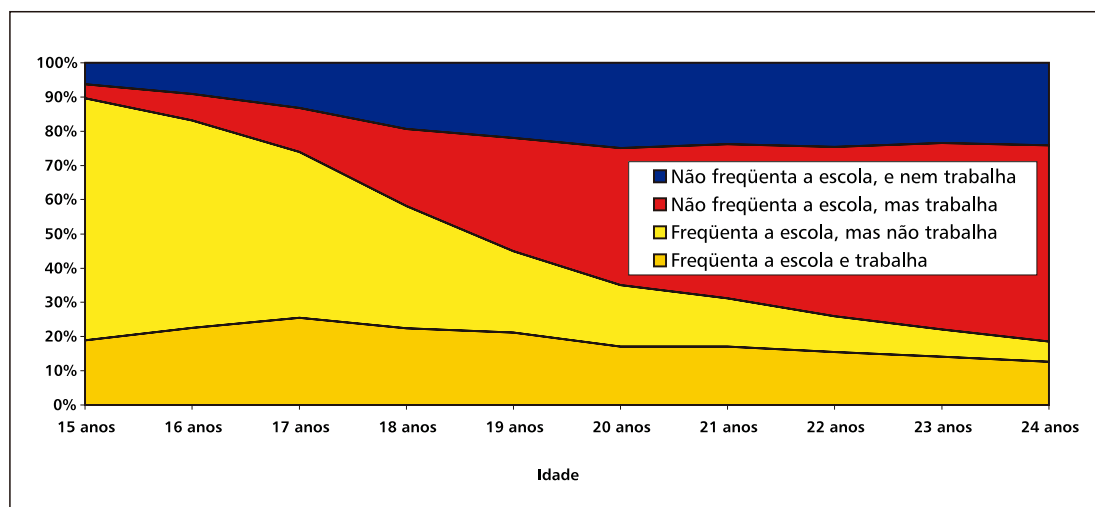
Trabalhar e estudar: quantos não vivenciam esse conflito?

Menos de 20% dos jovens brasileiros, exceto por algumas variações de idade, estudam e trabalham ao mesmo

tempo, conforme mostra o gráfico 17. Esses enfrentam, de fato, um conflito entre trabalhar e estudar. A questão é saber qual parcela dos outros 80% também tem acesso à escola e ao trabalho e, por opção própria, resolveu se concentrar em uma ou nenhuma das duas atividades.

Para responder, uma alternativa seria comparar os indicadores de acesso ao trabalho e de acesso à escola para a média dos jovens brasileiros e dos filhos

Gráfico 17 – Perfil etário da utilização do tempo dos jovens brasileiros entre 15 e 24 anos, 2003



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (2003).

de chefes de domicílio com alta escolaridade (doze anos ou mais de estudo). Espera-se, a princípio, que este último grupo tenha mais oportunidades e, com isso, possa fazer suas escolhas com mais liberdade. Observou-se aqui que um de cada cinco jovens brasileiros (19%) não trabalha nem estuda. Muito embora seja um número elevado, é possível que muitos deles estejam inativos por opção, uma vez que 6% dos que escolhem essa alternativa, como mostrou a tabela 12, são filhos de chefes com alta escolaridade. Pode-se assumir que esse contingente não trabalha nem estuda por opção, pois se espera que não lhes falte nenhuma das duas oportunidades.

Feita essa consideração, a porcentagem de jovens que não trabalha nem estuda por desejo próprio deve se restringir ao grupo de jovens que tenha plenas possibilidades de estudar e/ou trabalhar (6%). A conclusão é que ao menos 13% dos jovens brasileiros não enfrentam o conflito trabalho-escola, uma vez que não têm acesso a nenhuma das duas oportunidades.

A tabela 12 mostra ainda que enquanto 32% dos jovens brasileiros apenas trabalham, entre os filhos de pais com maior escolaridade, somente 11% se encontram nesta situação. Ao se admitir que o acesso ao trabalho não é menor para os jovens filhos de pais com menor escolaridade, conclui-se que ao menos 21% dos jovens brasileiros trabalham porque não têm oportunidades educacionais adequadas. Nesse último caso também não existe conflito entre trabalho e escola. Somando-se as duas situações, verifica-se que, no mínimo, a terça parte dos jovens brasileiros (13% + 21%) não vivencia o conflito trabalho-escola, seja por falta de oportunidades educacionais, seja pela ausência simultânea de oportunidades educacionais e de trabalho.

Resolvendo o conflito

O conflito entre escola e trabalho parece estar presente para os demais dois terços dos jovens da população brasileira. Ao assumir que os jovens filhos de pais com maior escolaridade – por terem mais opções de escolha – resolvem de forma mais adequada esse conflito, observa-se que os jovens brasileiros, em média, tendem a trabalhar mais do que deveriam. Observa-se que, por exemplo, entre os jovens em geral a porcentagem dos que trabalham e estudam (19%) aproxima-se da observada entre os filhos de pais com alta escolaridade (22%). No entanto, quando se considera a participação daqueles que só estudam, a porcentagem para o total da população jovem é muito inferior àquela observada entre os filhos de pais com alta escolaridade: mais de 60% dos jovens filhos de pais com alta escolaridade só estudam, enquanto apenas 30% dos jovens brasileiros encontram-se nessa situação, como mostrado na tabela 12.

O resultado é que, no Brasil, a principal dificuldade dos jovens, sobretudo os mais pobres, continua a ser a falta de oportunidades educacionais. Meta-de do total de jovens trabalha, ao passo que cerca de 33% dos filhos de pais com alta escolaridade se encontram nessa situação. Ao mesmo tempo, metade do total de jovens brasileiros estuda, enquanto entre os filhos de pais com alta escolaridade essa porcentagem chega a 80%. Ao tomar como modelo a situação dos filhos de pais com alta escolaridade, conclui-se que, pelo menos até o momento, a grande questão para a juventude brasileira não é a falta de oportunidades para utilizar suas capacidades, mas sim a falta de oportunidades para adquirir capacidades – a lacuna fundamental do ensino. Note-se, porém, que a falta de oportu-

nidades para adquirir capacidades não necessariamente resulta de uma insuficiente oferta de vagas no ensino médio ou superior, ou mesmo da baixa qualidade dos serviços prestados. Pode ser, primordialmente, o resultado da pobreza³.

2.7. Qualidade dos postos de trabalho

Ao travar contato com o mercado de trabalho o jovem pode se defrontar com uma ou ambas destas duas dificuldades: encontrar um trabalho, qualquer que seja ele; e encontrar um bom trabalho. No primeiro caso, há uma barreira ao seu ingresso no mercado, ou mais especificamente, um mercado fechado à juventude. O segundo caso revela uma escassez relativa de bons postos de trabalho, a serem disputados pelos jovens. Trata-se aqui desta última questão. Como essa qualidade é multidimensional, três dos mais importantes aspectos foram selecionados: remuneração, estabilidade e grau de informalidade.

Remuneração

Os trabalhadores jovens ganham menos que os adultos. A remuneração média dos jovens brasileiros (cerca de R\$ 300) é inferior à metade da média do conjunto dos trabalhadores (cerca de R\$ 620), como mostra a tabela 13.

Além disso, mais da metade dos jovens ganha menos que o salário mínimo, enquanto no conjunto dos trabalhadores, menos de 40% vivem essa situação. Entre os que têm 18 anos de idade, quase 70% recebem menos que o salário mínimo e esta porcentagem declina com a idade. A partir dos 23 anos a porcentagem de jovens que recebe abaixo do salário mínimo se iguala à média de todos os trabalhadores (ver gráfico 18). Ao analisar a posição dos jovens na distribuição de remuneração de todos os trabalhadores, constata-se que eles estão sub-representados nos quatro décimos mais bem remunerados e sobre-representados nos seis primeiros décimos piores remunerados. O que significa que cerca de dois terços dos jovens trabalhadores pertencem à metade dos trabalhadores pior remunerados, enquanto aproximadamente 6% deles encontram-se entre os 20% melhor remunerados (ver gráfico 19).

Como os trabalhadores jovens são menos experientes, é natural que sejam menos produtivos e que, por isso, ganhem menos. Mas convém saber em que medida, no Brasil, o diferencial em remuneração entre os jovens e o total de trabalhadores é maior do que em outros países. A tabela 14 apresenta uma comparação com o Chile.

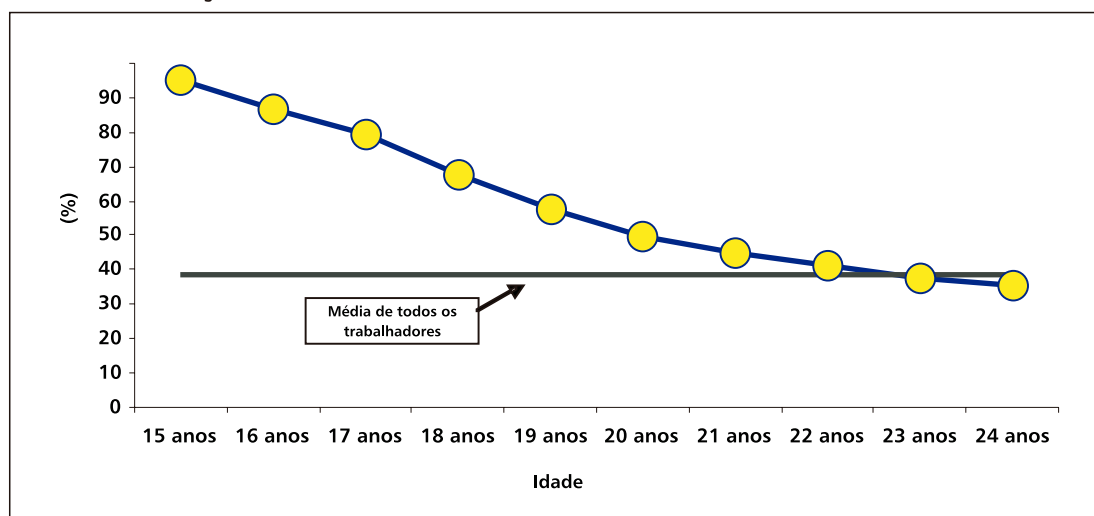
Vê-se, pela tabela, que o diferencial de salário entre os jovens e o total de trabalhadores é relativamente semelhante nos dois países, quando se con-

Tabela 13 — Evolução da remuneração mensal de jovens de 15 a 24 anos e adultos brasileiros, 1993-2003

Indicadores	Remuneração média (em R\$ ao mês)			Porcentagem com remuneração até 1 salário mínimo (%)		
	1993	2003	Diferencial (1993-2003)	1993	2003	Diferencial (1993-2003)
Total de jovens	265,8	298,7	32,9	64,2	53,8	10,4
Total de trabalhadores	599,9	624,2	24,3	46,6	38,5	8,06

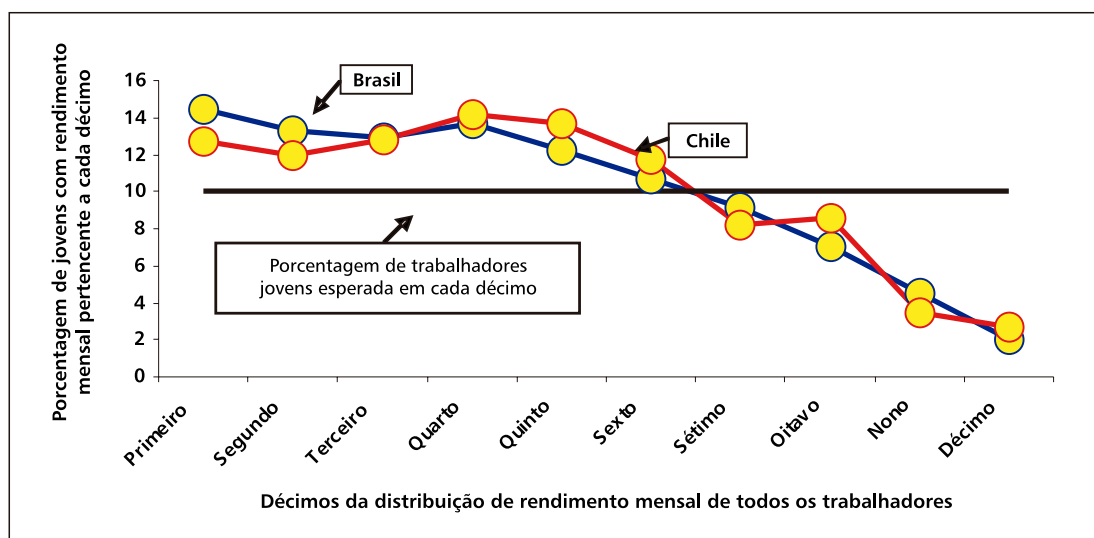
Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (2003).

Gráfico 18 – Perfil etário da porcentagem de jovens brasileiros entre 15 e 24 anos com remuneração até um salário mínimo, 2003



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (2003).

Gráfico 19 – Distribuição de rendimento mensal dos trabalhadores jovens com idade entre 15 a 24 anos segundo os décimos da distribuição de rendimento de todos os trabalhadores – Chile e Brasil



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad, 2003) e na Caracterización Sócio Económica Nacional (CASEN, 2000).

Tabela 14 – Diferencial em remuneração do trabalho entre jovens e o total de trabalhadores no Brasil e no Chile

Indicadores	Brasil	Chile
Diferencial como % da remuneração média de todos os trabalhadores		
Trabalhadores jovens x todos os trabalhadores	58,4	61,3
Trabalhadores jovens de 15 a 17 anos x todos os trabalhadores	80,4	77,1
Trabalhadores jovens de 18 a 21 anos x todos os trabalhadores	55,6	63,5
Trabalhadores jovens de 22 a 24 anos x todos os trabalhadores	34,5	52,5

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (2003) e Casen (2000).

sideram todos os jovens e todos os adultos. O mesmo acontece quando se compara a remuneração dos jovens “muito jovens”, de 15 a 17 anos, com a da média dos trabalhadores. No entanto, ao se considerar tanto o grupo dos jovens de 18 a 21 anos, quanto o dos “jovens adultos” (22 a 24 anos), o diferencial de salários entre eles e o total de trabalhadores é bem menor no Brasil do que no Chile. Quanto mais velhos são os jovens, maior é a vantagem no Brasil.

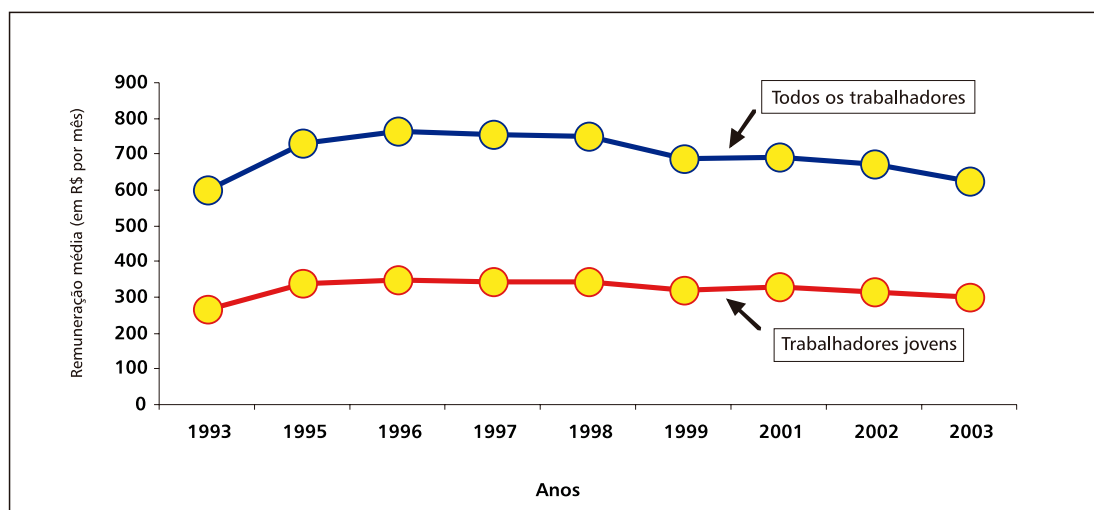
Esses resultados indicam que, em relação aos chilenos, os jovens brasileiros têm acesso a postos de trabalho mais parecidos com os ocupados pelos adultos. Além disso, há evidências de que a remuneração dos jovens no Brasil aumenta com a idade de forma mais intensa do que no Chile, o que indica que a qualidade dos postos de trabalho abertos para os muito jovens brasileiros é pior do que a chilena. Ao longo da última década, houve flutuações na remuneração média do total de trabalhadores e também na dos jovens. No entanto, ao final, os níveis de remuneração eram praticamente iguais aos do

início da década e, portanto, o diferencial de remuneração entre jovens e o total de trabalhadores é praticamente o mesmo em 1993 e em 2003, como evidencia o gráfico 20.

Estabilidade

Trabalhadores convivem permanentemente com o risco da desocupação: para o empregado, há sempre o risco de ser demitido; para quem trabalha por conta-própria, o problema é não encontrar demanda por seus serviços. Tudo isso tem influência direta e indireta sobre o bem-estar dos trabalhadores, seja porque eles são avessos ao risco seja porque há conseqüências sobre os investimentos neles realizados. Quanto mais se acredita que a relação de trabalho é efêmera, menos propenso estará o empregador a investir nos empregados – em treinamento, por exemplo – e estes, por sua vez, também estarão menos propensos a desenvolver habilidades específicas. O fato é que quanto menos investimentos são realizados, menor é a produtividade do trabalhador e pior a sua remuneração.

Gráfico 20 – Evolução da remuneração média mensal de jovens de 15 a 24 anos e do total de trabalhadores brasileiros na última década



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (1993 a 2003, exceto para os anos de 1994 e 2000, quando a Pnad não foi a campo) e na Casen (2000).

A estabilidade no emprego, assim como outros indicadores da qualidade de postos de trabalho, não é observada de forma direta. O que se pode observar diretamente são medidas de rotatividade como, por exemplo, a duração do emprego atual e o número de trabalhos que um trabalhador teve no último ano. A rotatividade, porém, não é uma medida adequada da estabilidade, uma vez que cada separação pode ocorrer não apenas por vontade da empresa, mas por vontade do próprio trabalhador. Assim, a alta rotatividade não indica, necessariamente, pouca estabilidade no emprego.

De todo modo, quando se comparam os indicadores de rotatividade entre trabalhadores jovens com os do conjunto de trabalhadores, vê-se que entre os jovens o problema tende a ser mais grave. Enquanto 10% do conjunto dos trabalhadores trocaram ao menos uma vez de trabalho no último ano, para os jovens esta porcentagem chega a quase 17% (ver tabela 15).

No que se refere à duração do emprego atual, enquanto para um trabalhador brasileiro a média é de oito anos no mesmo serviço, para os jovens é inferior a três anos (ver tabela 15). É claro que parte dessa diferença vem do fato de que os jovens entraram no mercado de trabalho mais recentemente e, as-

sim, ainda não puderam acumular tanto tempo quanto os adultos. Mas, se esse efeito dominasse, o tempo médio no trabalho atual deveria crescer consideravelmente com a idade. O que se observa, entretanto, é o contrário. A duração média no trabalho atual para jovens de 24 anos é menos de um ano maior do que entre jovens de 15 anos, isso apesar do primeiro grupo ser nove anos mais velho do que o segundo (ver gráfico 21).

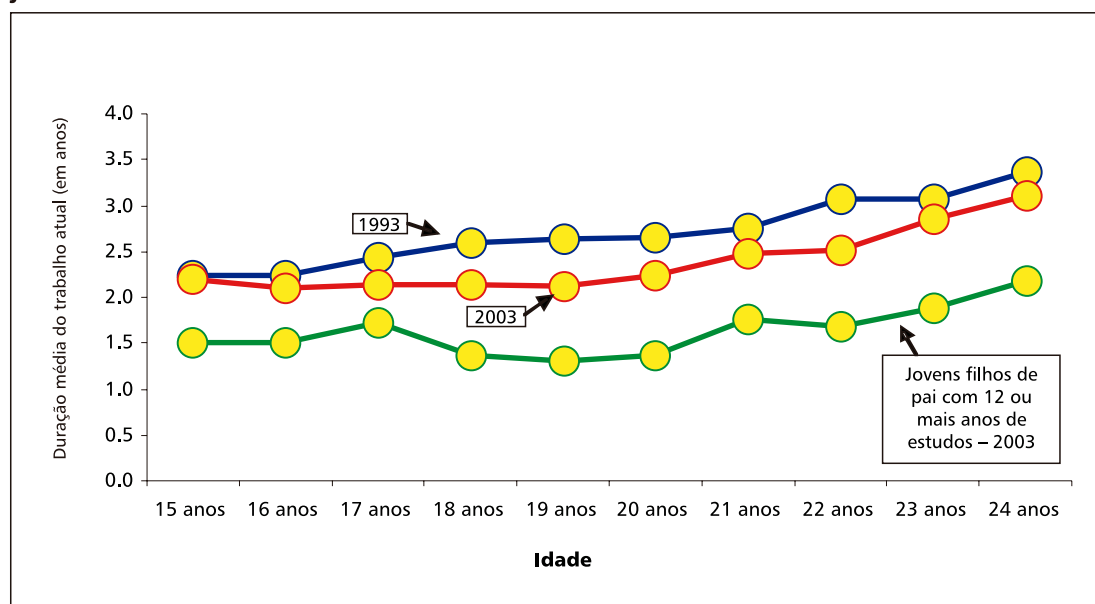
Há evidências, entretanto, de que a elevada rotatividade dos mais jovens resulta, em grande parte, de sua vontade própria, talvez para melhor conhecer suas possibilidades e experimentar mais. É possível verificar que a duração média no trabalho atual de jovens filhos de pais com alta escolaridade é inferior à média para todos os jovens (ver gráfico 21). Esse resultado pode indicar que a baixa duração no emprego se deve mais a uma escolha do que à falta de oportunidades. Além disso, a porcentagem de jovens que trabalham e ao mesmo tempo buscam um novo trabalho no último mês (22%) é quase duas vezes maior do que os 14% observados para o conjunto dos trabalhadores (ver tabela 15). Por fim, a porcentagem de rompimentos de contratos de trabalho por iniciativa do próprio trabalhador (pedido de de-

Tabela 15 – Indicadores de estabilidade no trabalho para trabalhadores jovens e para o total de trabalhadores, 2003

Indicadores	Entre trabalhadores jovens (15 a 24 anos)	Entre o total de trabalhadores (15 e mais anos)
Porcentagem de trabalhadores que trocaram de trabalho ao menos uma vez no último ano	16,8	10,6
Duração média do trabalho atual (em anos)	2,45	7,77
Porcentagem daqueles que trabalham e buscaram trabalho no último mês	22,1	14,3
Porcentagem de separações que resultaram de pedidos de demissões	20,4	14,4

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (2003).

Gráfico 21 – Evolução do perfil etário da duração média do trabalho atual de jovens brasileiros na última década



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (1993 e 2003).

missão) é muito maior entre os jovens (20%) do que entre o conjunto de todos os trabalhadores (14%).

Pode-se concluir, portanto, que a taxa de rotatividade entre jovens é maior do que a que se observa para o conjunto dos trabalhadores, embora não seja possível assegurar que os primeiros sofram mais com o problema de falta de estabilidade no trabalho. Existem evidências de que essa maior rotatividade vem de escolhas feitas pelos próprios jovens.

Informalidade

No Brasil, assim como em outros países, trabalhadores com o mesmo potencial de produtividade acabam recebendo remunerações distintas a depender do segmento do mercado em que se inserem. Mesmo quando não existe diferencial de remuneração entre jovens e adultos que pertencem a um mesmo segmento, o salário médio dos jovens poderá ser inferior caso eles estejam sobre-representados naqueles segmentos de menor remuneração.

Para verificar em que medida a menor remuneração média dos jovens resulta da maior presença desse grupo em segmentos que oferecem piores remunerações, as tabelas 16, 17 e 18 apontam a predominância do grupo jovem e do conjunto dos trabalhadores em diversos segmentos do mercado de trabalho e a remuneração média em cada um deles. Os jovens estão divididos em três subgrupos etários: entre 15 e 17 anos (“muito jovens”), entre 18 e 21 e entre 22 e 24 anos (jovens “maduros”).

Os jovens, em relação ao total de trabalhadores, tendem a estar empregados em empresas menores e a não ser sindicalizados, sendo esta última característica mais acentuada entre o grupo de menor idade, como mostra a tabela 16. A maior presença dos jovens em firmas menores explica cerca de 6% de sua menor remuneração com relação ao total de trabalhadores e 20% do diferencial entre os “muito jovens” e os “jovens maduros” (ver tabela 20 adiante). Vale ressaltar que a significativa presença dos muito jovens (15 a 16 anos) em empresas pequenas sinaliza o

Tabela 16 – Participação dos trabalhadores em pequenas empresas e grau de sindicalização por faixa etária

Indicadores	Pequenas empresas	Sindicalizados
Participação dos trabalhadores no segmento (%)		
15 a 17 anos	65,8	1,92
18 a 21 anos	16,4	7,89
22 a 24 anos	40,0	12,7
15 a 24 anos	47,6	8,64
Total de trabalhadores	38,0	18,1
Remuneração média entre todos os ocupados no segmento (R\$/ mês)	415	936
Remuneração média dos jovens nos segmentos (R\$/ mês)	298	474

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (2003).

Tabela 17 – Distribuição de trabalhadores entre os setores agrícola e não-agrícola por faixa etária

Indicadores	Setor agrícola	Setor não-agrícola
Participação dos trabalhadores no segmento (%)		
15 a 17 anos	33,3	66,7
18 a 21 anos	19,4	80,6
22 a 24 anos	14,5	85,5
15 a 24 anos	20,1	79,9
Total de trabalhadores	19,7	80,3
Remuneração média entre todos os ocupados no segmento (R\$/mês)	218	693

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (2003).

Tabela 18 – Distribuição dos trabalhadores em atividades agrícolas por posição na ocupação segundo faixa etária

Indicadores	Empregados permanentes	Empregados temporários	Trabalhadores por conta própria	Empregadores	Trabalho familiar não remunerado	Trabalhadores não remunerados	Trabalho para autoconsumo
Participação dos trabalhadores no segmento (%)							
15 a 17 anos	8,0	16,4	3,3	0,0	58,1	0,27	13,9
18 a 21 anos	16,5	23,5	7,9	0,2	38,8	0,27	12,8
22 a 24 anos	21,6	22,5	13,2	0,6	28,5	0,35	13,3
15 a 24 anos	15,3	21,1	8,0	0,3	41,8	0,29	13,3
Total de trabalhadores	14,3	14,5	27,0	3,1	20,4	0,13	20,6
Remuneração média entre todos os ocupados no segmento (R\$/mês)	320	201	312	1962	0	0	0
Remuneração média dos jovens nos segmentos (R\$/mês)	276	185	179	620	0	0	0

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (2003).

quanto elas são importantes como porta de entrada no mercado de trabalho.

Os jovens, em geral, participam das atividades agrícolas, na mesma proporção que os demais trabalhadores (20,1% contra 19,7%), exceto quando se trata do segmento de menor idade: nesse grupo, 1 de cada três jovens está ocupado em atividade agrícola (ver tabela 17). Assim, a menor remuneração dos jovens não decorre de maior participação desse grupo etário na agricultura, embora 20% do diferencial de rendimento entre os “muito jovens” e os jovens “maduros” possam ser explicados pela presença expressiva dos primeiros neste setor (ver tabela 20 adiante). Mas como verificado, um terço dos trabalhadores “muito jovens” encontra-se neste setor, o que sinaliza que a agricultura no Brasil representa outra importante porta de entrada para o mercado de trabalho.

Entre os jovens engajados em atividades agrícolas, há sobre-representação dos trabalhadores familiares não-remunerados e dos empregados temporários, ao mesmo tempo em que há sub-representação dos que trabalham por conta-própria e para autoconsumo. Quanto menores as idades, mais sobre-representados estão os jovens no grupo de trabalhadores não-remunerados, e mais sub-representados no grupo dos que trabalham por conta-própria (ver tabela 18). Essas diferenças explicam uma parte importante (30%) da defasagem de remuneração entre os jovens e o total de trabalhadores que se dedicam a atividades agrícolas e são também as principais responsáveis (80%) pela diferença de remuneração entre os trabalhadores agrícolas “muito jovens” e os “jovens maduros”, como se observa na tabela 20. O trabalho familiar não-remunerado também representa uma importante porta de entrada no mercado de trabalho, uma vez

que mais de 50% dos jovens de até 17 anos ocupam-se em atividades familiares não-remuneradas.

Com relação ao trabalho não-agrícola observa-se, igualmente, que os trabalhadores jovens estão sobre-representados entre os não-remunerados e sub-representados tanto no setor público como entre os que trabalham por conta-própria. Há uma grande participação de jovens entre os empregados sem carteira no setor privado. Do mesmo modo que no setor agropecuário, também nas atividades não-agrícolas os jovens inserem-se prioritariamente nos piores segmentos, particularmente os de menor idade. Daí se conclui que o **setor informal** não-agrícola é outra porta de entrada fundamental no mercado de trabalho. Vale ressaltar que na categoria dos trabalhadores por conta-própria existe uma generalizada sub-representação dos jovens de todas as idades: portanto não é essa uma modalidade de ingresso no mercado de trabalho (ver tabela 19).

Essas informações consolidadas mostram que os jovens, quando comparados aos adultos, têm pior inserção no mercado de trabalho. E isso é mais acentuado entre os “muito jovens”. Essa particularidade de inserção é responsável pelas diferenças de remuneração entre eles e o conjunto dos trabalhadores, e também com relação aos jovens de maior idade.

Síntese das principais conclusões

Conforme foi mostrado aqui, os trabalhadores mais jovens têm três importantes questões com que se preocupar: a entrada no mercado de trabalho, o acesso ao trabalho e a qualidade dos postos de trabalho ocupados. Mas qual dessas questões é mais importante para os jovens brasileiros é difícil saber. Ao mesmo tempo, tomar

Setor informal – Corresponde ao setor da economia que não se sujeita ao sistema de leis, regulamentações, legislações e instituições oficiais e legais. Esta não-sujeição pode ser total ou parcial. Uma firma pode ser formal do ponto de vista de seu registro (possui CNPJ), mas informal do ponto de vista da legislação trabalhista - pois contrata seus trabalhadores sem carteira de trabalho assinada. A definição prática de setor informal pode variar consideravelmente de estudo para estudo, mas as definições mais comuns são: população de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, conjunto de trabalhadores sem carteira e por conta própria, e todos os trabalhadores que não contribuem para a Previdência Social.

Tabela 19 – Distribuição dos trabalhadores em atividades não-agrícolas por posição na ocupação segundo faixa etária

Indicadores	Com carteira no setor privado	Sem carteira no setor privado	Setor Público	Trabalhadores domésticos	Trabalhadores por conta própria	Empregadores	Trabalhadores não remunerados	Trabalho para auto-consumo
Participação dos trabalhadores no segmento (%)								
15 a 17 anos	14,4	41,8	4,7	14,7	9,8	0,2	14,0	0,3
18 a 21 anos	39,2	29,7	6,9	9,7	9,5	0,7	4,2	0,2
22 a 24 anos	45,9	20,7	9,5	8,6	11,3	1,5	2,4	0,2
15 a 24 anos	38,1	27,9	7,6	10,0	10,3	0,9	5,0	0,2
Total de trabalhadores	33,0	14,7	14,0	9,6	21,5	4,6	2,4	0,2
Remuneração média entre todos os ocupados no segmento (R\$/mês)	731	419	974	231	623	2186	0	0
Remuneração média dos jovens nos segmentos (R\$/mês)	454	275	428	169	347	1132	0	0

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (2003).

Tabela 20 – Contribuição do diferencial de inserção no mercado de trabalho para explicar diferenças de remunerações médias

Indicadores	Entre os jovens de 15 a 24 anos e o total de trabalhadores	Entre os jovens de 15 a 17 anos e os jovens de 22 a 24 anos
Contribuição de diferenças na composição por tamanho da empresa	5,91	19,6
Contribuição de diferenças na composição por associação a sindicato	6,04	6,26
Contribuição de diferenças na composição agrícola x não-agrícola	0,32	20,2
Contribuição de diferenças na composição por posição na ocupação agrícola ¹	29,9	80,8
Contribuição de diferenças na composição por posição na ocupação não-agrícola ²	13,6	41,9

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (2003).

Notas: ¹ Para explicar diferenças de remuneração entre os trabalhadores agrícolas.

² Para explicar diferenças de remuneração entre os trabalhadores não-agrícolas.

paradigmas para responder pode ser complicado. Regiões mais desenvolvidas do país apresentam mercados mais regulamentados. Isso, porém, não significa que as opções de trabalho para a juventude sejam, de fato, mais amplas, embora

seja verdadeiro que, para aqueles que conseguem acessar o mercado de trabalho, os postos oferecidos costumam ser melhores. Em que medida um mercado menos regulamentado alteraria tal situação é uma questão ainda por responder.

A entrada no mercado de trabalho é fator relevante para praticamente todos os jovens, independentemente do nível de renda da família a que pertencem. O que parece diferenciar os mais pobres dos mais ricos é o momento da vida em que enfrentam essa questão – os mais pobres, mais precocemente e os mais ricos, mais tardiamente. Existem evidências de que a entrada precoce no mercado de trabalho beneficiaria a população mais pobre se não ocorresse às custas do sacrifício escolar, que compromete sua história futura e suas possibilidades de obtenção de um maior nível de renda.

E a respeito de quanto estudar e quanto trabalhar? Esta é mais uma das questões para a juventude, sobretudo com os avanços na oferta de educação média e superior. Apesar de ainda circunscrito, posto que sofrido apenas por aqueles jovens que possuem ambas as oportunidades, o conflito entre trabalhar e estudar é real e pode se agravar caso haja a desejável ampliação do acesso da juventude aos níveis mais elevados de educação. Argumentamos que o principal problema da juventude como um todo permanece sendo a falta de oportunidades educativas, mais do que a falta de oportunidades para o trabalho.

É certo que a entrada e a permanência no mercado de trabalho preocupam os jovens. Outro problema é saber com qual remuneração vão se deparar enquanto estiverem no mercado de trabalho, ou seja, qual a qualidade dos postos de trabalho, que por ser algo multidimensional, foi apresentada sob três diferentes e importantes aspectos: remuneração, estabilidade e grau de informalidade.

Como os trabalhadores jovens são menos experientes do que os adultos, é natural que sejam menos produtivos e que recebam menores remunerações.

Mas no geral a disparidade entre jovens e adultos nesse aspecto não se mostrou especialmente problemática exceto para os muito jovens.

Apesar de a taxa de rotatividade entre jovens ser maior do que para o conjunto de todos os trabalhadores, as evidências indicam que essa maior rotatividade entre os jovens vem de escolhas feitas pelos próprios.

Observou-se ainda que mesmo quando não existe diferencial de remuneração entre jovens e adultos que pertencem a um mesmo segmento, a remuneração média dos jovens poderá ser inferior dependendo do grau de inserção desse grupo nos segmentos do mercado de trabalho que oferecem pior remuneração. Nesse aspecto, viu-se que os jovens tendem a estar empregados em empresas menores e a não ser sindicalizados. Entre os ocupados na agricultura, os jovens tendem a estar sobre-representados entre os trabalhadores familiares não-remunerados e os empregados temporários, ao mesmo tempo em que estão sub-representados entre os que trabalham por conta-própria e para o autoconsumo. Da mesma forma, quando se analisam as atividades não-agrícolas, também os jovens se inserem prioritariamente nos piores segmentos.

Esta pior inserção é ainda mais marcante para o grupo dos “muito jovens”.

Por fim, os resultados sinalizam ainda que as empresas pequenas e a agricultura são as mais relevantes portas de entrada no mercado de trabalho para a população jovem. Com relação às atividades não-agrícolas, esse ingresso se dá majoritariamente pelo setor informal, concentrado nas categorias de trabalhadores sem carteira no setor privado e também dos sem remuneração e dos trabalhadores domésticos.

3. CONDIÇÕES DE VIDA

A juventude pode ser vista como um período especial no que se refere a consumo. Ao contrário dos adultos, que, em geral, dependem da própria renda, os jovens têm seu bem-estar bastante afetado pela renda de outros membros da família, embora não tanto quanto as crianças. De fato, como mostra a tabela 21, 75% deles têm renda própria inferior à renda per capita da família à qual pertencem, de modo que seu bem-estar depende, em grande medida, de transferências dentro da família. Além disso, mais da metade dos jovens não têm renda própria e, portanto, dependem completamente de seus familiares.

Essa dependência declina com a idade: entre os muito jovens (15 anos), mais de 95% têm renda pessoal inferior à de sua família e mais de 80% não têm qualquer fonte de renda. Já entre os jovens maduros (24 anos), cerca de 60% têm renda pessoal inferior à de sua família, enquanto entre os adultos (maiores de 25 anos), o índice é de 53%. No que se refere à ausência de qualquer

renda pessoal, 32% dos jovens maduros estão nessa situação, ao passo que entre os adultos são apenas 20%.

Não apenas a renda com que contam os jovens vem em grande parte dos familiares, como também a moradia e o acesso a bens duráveis. É compreensível que os jovens ainda não tenham condições de arcar com esses custos. Vale assinalar que embora 18% deles, em média, sejam chefes ou cônjuges dos chefes de domicílio, mais de 70% são filhos do chefe do domicílio onde vivem, como aponta a tabela 22. Ainda sob a mesma perspectiva, a dependência declina com a idade: 87% dos mais jovens vivem em domicílios chefiados por seus pais, enquanto menos da metade (47%) dos jovens maduros, de 24 anos, encontra-se nessa situação.

Avaliar portanto, o nível de consumo e bem-estar de um jovem inclui considerar os recursos de sua família. Nesse sentido, a situação desse grupo etário não deve diferir muito do que se observa com o restante da população brasileira.

Procura-se descrever nessa seção as condições atuais de vida dos jovens

Tabela 21 – Dependência dos jovens para financiar seu consumo corrente, 2003

Idade	Porcentagem com renda pessoal igual a zero	Porcentagem com renda pessoal menor que a renda familiar per capita
15 anos	80,8	93,9
16 anos	74,5	90,4
17 anos	68,2	85,3
18 anos	60,3	80,8
19 anos	50,2	73,9
20 anos	45,8	70,9
21 anos	40,8	67,1
22 anos	37,3	63,8
23 anos	33,8	59,7
24 anos	31,5	58,0
15 a 24 anos	52,9	74,8
25 anos e mais	20,5	52,7

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (2003).

Tabela 22 – Importância relativa dos jovens chefes do domicílio e dos jovens filhos do chefe do domicílio, 2003

Idade	Chefe do domicílio ou cônjuge	Filho do chefe do domicílio
15 anos	1,34	86,8
16 anos	2,77	84,4
17 anos	5,36	82,1
18 anos	8,32	78,3
19 anos	13,3	73,8
20 anos	18,1	68,0
21 anos	23,8	63,3
22 anos	30,3	58,1
23 anos	35,6	53,0
24 anos	42,8	46,6
15 a 24 anos	17,7	69,9
25 anos e mais	82,8	11,1

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (2003).

brasileiros e investigar em que medida eles vivem em piores condições que os outros grupos. Também é apresentada na evolução dos principais indicadores da última década, para que se tenha um panorama de como essas circunstâncias vêm se alterando de uma geração a outra.

A principal dificuldade para se tratar das condições de vida dos jovens ou de qualquer outro grupo etário vem da multidimensionalidade intrínseca ao conceito. Afinal, se os jovens são mais privilegiados do que os adultos em termos de educação, porém não em termos de renda, quem possui melhores condições de vida? A resposta dependerá do peso ou valor atribuído a cada dimensão e isso será visto na seqüência.

Nesta seção, se discute: a insuficiência de renda e outras medidas de carência entre os jovens; suas condições de habitação e seu acesso a bens duráveis; a evolução das condições de vida deste grupo na última década; e o impacto do ambiente familiar sobre as oportunidades para os jovens, em especial as educacionais.

3.1. Medidas generalizadas de carência

Pelo fato de a situação dos jovens estar inexoravelmente ligada à de seus familiares, os indicadores utilizados aqui se referem à família na qual se insere o jovem ou ao chefe do domicílio. Para verificar se a situação dos jovens é particularmente precária, ela é contrastada com a da população adulta.

A primeira medida utilizada é a pobreza, entendida como **insuficiência de renda**. Em seguida, estuda-se o acesso dos familiares ao conhecimento. Ao final, é utilizada uma medida abrangente de carência – o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)⁴. O IDF incorpora 48 medidas organizadas em seis dimensões: vulnerabilidade, acesso da população adulta ao conhecimento, acesso ao mercado de trabalho e remuneração do trabalho, disponibilidade de renda, desenvolvimento infantil, e condições habitacionais. Não apenas o indicador agregado para jovens e adultos é contrastado, mas também cada uma das dimensões que o compõe.

Insuficiência de renda – É a medida da distância entre a renda dos indivíduos que estão abaixo da linha de pobreza e o valor monetário definido como a linha de pobreza. Portanto, é uma medida que depende de como se estabelece tal linha de pobreza – parâmetro de valor equivalente ao custo de atendimento de todas as necessidades básicas de um indivíduo em determinado lugar e tempo. O valor que define a linha de pobreza é, por definição, superior ao que pode ser associado a uma linha de indigência, que leva em consideração apenas o custo de atendimento das necessidades alimentares do indivíduo (ver definições de linha de pobreza e de indigência no capítulo *Pobreza e Exclusão Social*). A medida de insuficiência de renda é particularmente relevante na definição da alocação de recursos para políticas públicas voltadas para combater a pobreza. Uma sociedade, por exemplo, pode ter 20% de seus cidadãos abaixo da linha de pobreza, porém, com renda muito próxima a esse limite. Nesse caso, a insuficiência de renda é relativamente pequena. Essa mesma sociedade pode ter apenas 10% de cidadãos com renda inferior à linha de pobreza, mas são tão pobres que se encontram distantes desse limite. É possível que, mesmo havendo um menor número de pobres, o montante de recursos necessários para eliminar a pobreza seja maior no segundo do que no primeiro caso.

Insuficiência de renda

Os dados da tabela 23 revelam que os jovens vivem em domicílios cuja renda per capita é bem inferior à dos domicílios em que vivem os adultos. Assim, enquanto a renda domiciliar per capita dos jovens é de R\$ 367, a dos adultos é 44% maior (R\$ 527). Como conseqüência, a porcentagem de jovens que vivem em domicílios com renda per capita abaixo da linha de pobreza é bem maior do que a de adultos nessa situação (34,5% no primeiro caso, contra 25% no segundo). Os jovens, contudo, não são o grupo de maior pobreza: entre as crianças, a porcentagem de pobres chega a 51%. Ao todo são 11,7 milhões de jovens em famílias sem os recursos necessários para satisfazer suas necessidades básicas.

No que se refere à extrema pobreza, cerca de 14% dos jovens estão nessa condição, contra apenas 10% dos adultos.

Existe, contudo, bastante heterogeneidade entre os jovens e uma relação inversa entre idade do jovem e grau de pobreza. A incidência de pobreza entre quem tinha 15 anos em 2003 (44%) era

bem maior do que entre aqueles que tinham 24 anos (28%), porcentagem que se aproxima da média dos adultos (25%).

O maior grau de pobreza dos jovens é em parte o resultado das características demográficas de suas famílias. A idade média do chefe da família nas quais os jovens estão presentes chega a ser cinco anos menor do que a idade média das famílias dos adultos, como mostra a tabela 24. Como a renda dos indivíduos está associada à idade – quando as demais variáveis são mantidas constantes –, quanto menor a idade média da família, menor deve ser sua renda média.

Isso pode ocorrer por duas razões: tanto os jovens comparados com os adultos costumam viver em famílias com membros mais jovens, como também, pelo fato da família dos jovens comparada com a dos adultos ser relativamente menor, composta pelo jovem, isoladamente, ou por um casal de jovens.

Determinantes da pobreza enquanto insuficiência de renda

A fim de identificar os aspectos mais relevantes para explicar a maior pobre-

Tabela 23 – Renda familiar per capita e pobreza, 2003

Idade	Renda familiar per capita (R\$ por mês)	Porcentagem de pobres ¹	Porcentagem de extremamente pobres ¹
15 anos	300	43,5	18,2
16 anos	321	40,6	17,2
17 anos	327	38,4	14,9
18 anos	346	35,6	14,1
19 anos	359	34,4	13,7
20 anos	381	32,2	11,9
21 anos	401	30,5	11,1
22 anos	416	30,7	11,3
23 anos	403	29,9	11,4
24 anos	434	28,0	11,1
0 a 14 anos	258	51,5	24,7
15 a 24 anos	367	34,5	13,6
25 anos e mais	527	25,0	10,6

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (2003).

Nota: ¹ Utilizam-se linhas de pobreza e extrema pobreza regionalizadas. A linha média nacional para a pobreza é igual R\$ 146,01 por pessoa ao mês e para a de extrema é igual a R\$ 73 por pessoa ao mês. Ambos os valores estão expressos a preços de setembro de 2003.

Tabela 24 – Dependência demográfica dos jovens e adultos, 2003

Idade	Idade média do chefe da família (em anos completos)	Tamanho da família (número médio de pessoas) ¹	Porcentagem de adultos (25 e mais anos) na família
15 anos	44,8	4,75	41,1
16 anos	45,1	4,67	40,5
17 anos	45,0	4,52	39,3
18 anos	44,7	4,41	38,7
19 anos	43,3	4,27	37,0
20 anos	42,7	4,10	36,0
21 anos	41,6	4,00	35,1
22 anos	40,7	3,88	34,1
23 anos	39,8	3,79	33,2
24 anos	39,2	3,70	32,4
15 a 24 anos	42,8	4,22	36,8
25 anos e mais	48,6	3,59	66,6

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (2003).

Nota:¹ Número médio de membros da família, exclusive empregados.

za entre os jovens, considera-se que a renda das famílias é resultante de cinco fatores. O primeiro é a porcentagem de membros em idade ativa na família: quanto maior o número de membros dependentes menor será a renda familiar per capita e, assim, maior a probabilidade de a família ser pobre. O segundo fator refere-se ao rendimento não-laboral que inclui o rendimento proveniente de ativos, que expressa qual o estoque de riqueza da família, e também o rendimento proveniente de transferências do governo ou entre famílias. Como os jovens, em geral, ainda não acumularam estoque de riqueza, esse fator para eles corresponde quase exclusivamente à renda de transferências.

Os outros fatores relacionam-se com o trabalho. Para que exista um rendimento do trabalho, é preciso antes que os membros da família em idade ativa estejam ocupados – o terceiro fator é justamente este, o grau de utilização da força de trabalho dentro da família. Mas para garantir que a família tenha renda do trabalho suficiente que a mantenha fora da pobreza, não basta que os membros adultos estejam ocupados, é preciso que tenham certo nível de remuneração. Esta, por sua

vez, depende da qualificação do trabalhador – que é o quarto fator – e da qualidade dos postos de trabalho disponíveis na economia – o quinto fator.

Portanto, segundo esse modelo simples, para que uma família tenha renda suficiente para garantir uma vida fora da pobreza, é preciso que: não tenha muitos membros dependentes; disponha de algum estoque de riqueza, ou seja, protegida, quando necessário, pelo Estado ou por outros familiares e amigos; mantenha os membros em idade ativa ocupados e que essa ocupação lhe garanta remuneração adequada – o que exige padrões mínimos de produtividade do trabalho – que, por sua vez, depende da qualificação do trabalhador e da qualidade dos postos de trabalho.

A tabela 25 ilustra a importância relativa de cada um desses fatores para explicar as diferenças em pobreza e em extrema pobreza entre jovens e adultos. Note-se que tanto a porcentagem de membros em idade ativa na família quanto a qualidade dos postos de trabalho são fatores sem relevância alguma para explicar a maior pobreza entre a juventude. Caso a família com jovens tivesse a mesma estrutura demográfica da família dos adultos, a pobreza entre os jovens aumentaria. Se tivessem

Tabela 25 – Determinantes da maior pobreza entre os jovens em relação aos adultos

(em %)

Indicadores	Porcentagem de pobres ¹	Porcentagem de extremamente pobres ¹
Distribuição original		
Jovens ²	37,5	15,5
Adultos ²	33,7	14,2
Grau de pobreza entre os jovens caso fossem eliminadas as seguintes diferenças com relação aos adultos		
Diferenças na proporção de adultos em famílias de jovens e em famílias de adultos (<i>d</i>)	40,7	18,7
Diferenças de remuneração de outras fontes por pessoas de 15 anos ou mais na família (<i>o</i>)	34,9	14,4
Diferenças de remuneração do trabalho por pessoa de 15 anos ou mais na família (<i>t</i>)	35,3	15,7
Diferenças na porcentagem de pessoas de 15 anos ou mais na família que estão ocupadas (<i>p</i>)	37,5	16,5
Diferenças na remuneração média dos ocupados de 15 anos ou mais (<i>s</i>)	37,2	17,0
Diferenças em qualificação média dos ocupados de 15 anos ou mais (<i>q_t</i>)	36,3	15,2
Diferenças na qualidade média dos postos de trabalho acessados pelos membros ocupados de 15 anos ou mais (<i>q_p</i>)	39,0	17,4

Fonte: Pnad (1992 e 2003).

Nota: ¹ Utilizaram-se linhas de pobreza e extrema pobreza regionalizadas. A linha média nacional para a pobreza é igual R\$ 146,01 por pessoa ao mês e para a de extrema é igual a R\$ 73 por pessoa ao mês. Ambos os valores estão expressos a preços de setembro de 2003.

Obs.: Nesta tabela a renda foi construída de maneira levemente distinta das anteriores devido a requisitos da metodologia para cálculo dos determinantes. Dessa forma, a pobreza indicada nesta tabela também deverá ser levemente distinta da que aparece em tabelas anteriores.

acesso aos mesmos postos que ocupam os adultos, a pobreza entre eles também aumentaria.

O único fator que parece diferenciar as famílias de jovens e de adultos é que esse último grupo tem maior acesso à renda de outras fontes distintas do trabalho, seja de ativos ou de transferências. Caso as famílias dos jovens contassem com o mesmo nível de renda não proveniente do trabalho com que contam as famílias dos adultos, a pobreza entre a juventude seria reduzida em cerca de 2,5 pontos percentuais.

Escolaridade dos demais membros da família

Existe uma forte relação entre o nível de escolaridade no ambiente familiar e o bem-estar dos jovens. Quanto mais elevada é a escolaridade dos familiares, maior é o bem-estar dos jovens, seja porque a escolaridade aumenta a renda permanente, seja porque a educação tem impacto em outras dimensões do bem-estar. Por exemplo,

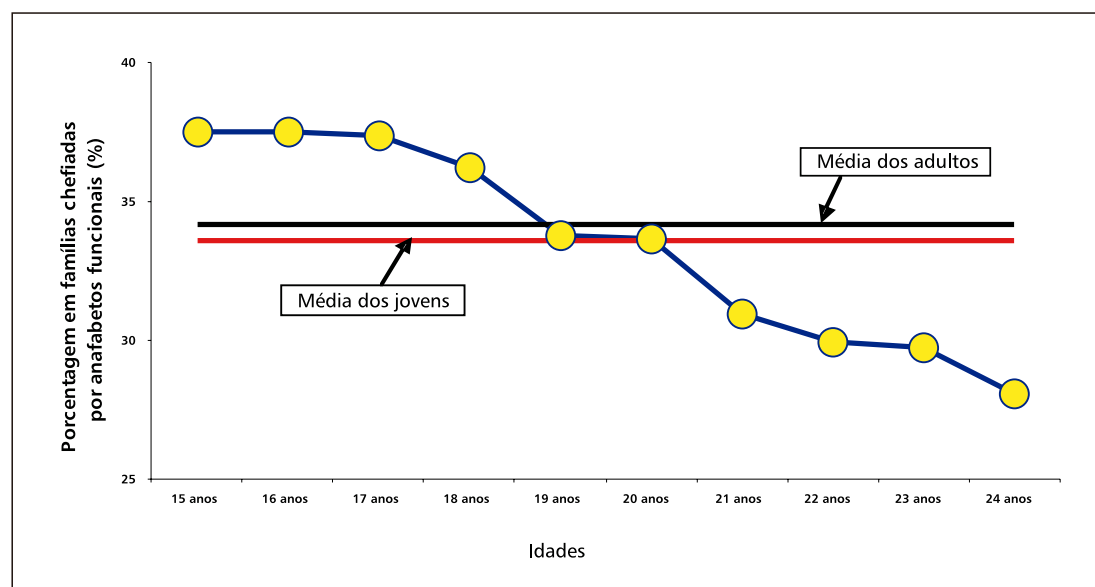
quando se comparam famílias que dispõem do mesmo nível de renda per capita, as condições de saúde tendem a ser melhores entre aquelas mais escolarizadas.

O gráfico 22 mostra que não existem diferenças entre a porcentagem de jovens e de adultos que vivem em domicílios chefiados por analfabetos funcionais, em torno de 34%. No entanto, isso não é homogêneo: observa-se que 37,5% dos jovens de 15 anos vivem em famílias chefiadas por analfabetos funcionais, enquanto para os jovens de 24 anos o índice é de apenas 28%.

Índice de Desenvolvimento da Família

O IDF é uma medida multidimensional das condições de vida que varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de zero, piores são as condições de vida das famílias. A tabela 26 mostra que o IDF de jovens e adultos é praticamente o mesmo e tem seu valor próximo a 0,77, indicando que 77% das 48 condições

Gráfico 22 – Porcentagem de jovens brasileiros por faixa etária em famílias chefiadas por analfabetos funcionais, 2003



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (2003).

Tabela 26 – Índice de Desenvolvimento das Famílias (IDF) brasileiras de jovens e adultos, 2003

Idade	IDF	IDF vulnerabilidade	IDF acesso a conhecimento	IDF acesso ao trabalho	IDF disponibilidade de recursos	IDF desenvolvimento infantil	IDF condições habitacionais	Porcentagem com IDF < 2/3
15 anos	0,75	0,80	0,61	0,67	0,75	0,88	0,81	18,3
16 anos	0,76	0,79	0,61	0,68	0,76	0,90	0,82	16,8
17 anos	0,76	0,80	0,61	0,67	0,77	0,89	0,82	17,0
18 anos	0,77	0,81	0,62	0,68	0,78	0,91	0,82	15,8
19 anos	0,77	0,81	0,63	0,68	0,79	0,91	0,82	14,0
20 anos	0,78	0,80	0,63	0,68	0,80	0,91	0,83	13,5
21 anos	0,78	0,80	0,64	0,69	0,81	0,92	0,83	12,6
22 anos	0,78	0,79	0,65	0,68	0,81	0,92	0,83	12,6
23 anos	0,78	0,78	0,65	0,68	0,81	0,92	0,83	13,0
24 anos	0,78	0,77	0,65	0,68	0,81	0,92	0,83	12,5
15 a 24 anos	0,77	0,79	0,63	0,68	0,79	0,91	0,82	14,7
25 anos e mais	0,77	0,76	0,64	0,65	0,81	0,92	0,85	17,5

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (2003).

de bem-estar descritas pelo indicador sintético são satisfeitas⁵. Apesar dessa semelhança, a pobreza em termos de IDF entre os jovens (porcentagem de jovens que vivem em famílias com IDF abaixo de dois terços) é levemente inferior (15%) à dos adultos (17,5%).

A tabela 26 traz ainda uma comparação de cada uma das seis dimensões do IDF entre jovens e adultos: vulnerabilidade, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho com remuneração, acesso a renda, desenvolvimento infantil e condições habitacionais. Os dados

revelam que, é semelhança do indicador agregado, não existem diferenças significativas entre jovens e adultos em nenhuma das dimensões.

Fica também claro que as condições de vida dos jovens melhoram com a idade, embora não tão drasticamente quanto ocorre com a pobreza em termos de insuficiência de renda. Mas no geral, os jovens têm condições de vida inferiores às dos adultos?

Aqui se observa que, embora o grau de pobreza enquanto insuficiência de renda seja maior entre as famílias dos jovens do que entre a dos adultos, no que se refere ao acesso à educação, as famílias com jovens não parecem ser menos privilegiadas. Quando medidas ainda mais amplas das condições de vida (como o IDF) são utilizadas, as diferenças se mostram praticamente inexistentes.

Os mais jovens tendem a ter piores condições de vida que os jovens maduros, ainda que essa diferença seja tênue.

3.2. Desigualdade de renda

A pobreza entre os jovens, assim como em qualquer outro grupo, depende tanto da disponibilidade de recursos do grupo quanto do grau de desigualdade em sua repartição. Um determinado segmento da população vive em pobreza ou porque existe uma escassez agregada de recursos ou porque, apesar de eles existirem, são apropriados majoritariamente por um segmento em detrimento de outro.

Interessa saber qual desses dois fatores – insuficiência agregada de recursos, aqui chamada de insuficiência de renda familiar per capita, ou má distribuição dos recursos, tratada como grau de desigualdade – é o principal determinante da pobreza entre os jovens.

A tabela 27 mostra que 34,5% dos jovens brasileiros vivem em famílias com renda per capita inferior à linha de pobreza. Isso significa que mais da metade (65%) vive em famílias com renda per capita superior à linha de pobreza. Mas quanto acima da linha de pobreza? Os dados revelam que 37% desses jovens vivem em famílias com renda per capita mais de duas vezes superior a essa linha. Além disso, a renda familiar per capita dos jovens que pertencem ao quinto mais rico da distribuição é 19,5 vezes maior do que a dos jovens que pertencem ao quinto mais pobre. Ou seja, a renda familiar per capita dos jovens que pertencem às famílias mais pobres equivale a apenas 5% da renda média dos jovens mais ricos.

É certo que a desigualdade entre os jovens não é uma característica peculiar desse grupo, e sim uma marca da sociedade brasileira. Falta investigar se entre os jovens a desigualdade é ainda mais elevada do que para a sociedade como um todo. Para tanto, são adotadas, aqui, medidas comparáveis da desigualdade entre os jovens e os adultos⁶.

As estimativas obtidas encontram-se na tabela 27. Vale assinalar que, mesmo tomando medidas comparáveis, o grau de desigualdade tende a ser ligeiramente menor entre os jovens do que entre os adultos. No caso dos adultos, os 10% mais ricos detêm 45% da renda total, e os 50% mais pobres, 14%. Quanto aos jovens, os 10% mais ricos detêm 42%, e os 50% mais pobres, 15%. A razão entre a renda dos jovens vinte por cento mais ricos e a dos vinte por cento mais pobres é 19. Já entre os adultos, a razão chega a 23, o que reflete um grau mais elevado de desigualdade nesse último grupo.

Uma vez que a desigualdade entre os jovens é menor do que entre os adultos, a maior pobreza entre eles não pode vir da desigualdade, mas apenas

Tabela 27 – Indicadores de desigualdade de renda familiar per capita, 2003

Idade	Porcentagem dos jovens em famílias com renda per capita maior que 2 vezes a linha de pobreza	Razão 20+/20-	Porcentagem da renda apropriada pelos 10% mais ricos	Porcentagem da renda apropriada pelos 50% mais pobres
15 anos	1,67	20,0	43,7	14,9
16 anos	4,40	20,3	44,3	14,8
17 anos	7,58	18,8	42,5	15,4
18 anos	13,8	18,5	41,8	15,6
19 anos	21,7	18,5	41,0	15,5
20 anos	27,3	18,4	41,3	15,5
21 anos	32,3	18,6	41,0	15,4
22 anos	35,8	19,8	42,1	14,8
23 anos	40,5	18,6	40,5	15,6
24 anos	43,6	20,0	41,8	15,0
15 a 24 anos	22,4	19,5	42,2	15,0
25 anos e mais	58,2	23,1	45,3	13,8

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (2003).

Obs.: Utilizaram-se linhas de pobreza regionalizadas, sendo que a linha média nacional de pobreza é igual R\$ 146,01 por pessoa ao mês a valores de setembro de 2003.

da menor renda média do grupo. Na verdade, caso o grau de desigualdade entre os jovens fosse igual ao que se observa entre os adultos, o grau de pobreza da juventude seria ainda mais elevado, passando de 34,5% para 37,6%, como indica a tabela 28a. Se, no entanto, os jovens tivessem a mesma renda média dos adultos – que é maior – e mantivessem o seu grau atual

de desigualdade, a incidência de jovens pobres cairia de 34,5% para 22,4%.

A pobreza maior entre os jovens em relação aos adultos decorre, portanto, exclusivamente da insuficiência de renda agregada, dado que a desigualdade entre eles é ligeiramente menor do que entre adultos. Isso também é verdadeiro no que se refere à extrema pobreza, apontada na tabela 28b.

Tabela 28a – A importância das diferenças entre jovens e adultos em termos de renda familiar per capita e desigualdade para explicar a maior pobreza entre os jovens

Indicadores		Grau de pobreza com a renda média de		Diferencial
		Jovens	Adultos	
Grau de pobreza com a desigualdade de	Jovens	34,5	22,4	12,1
	Adultos	37,6	25,0	12,6
Diferencial		-3,09	-2,63	9,52

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (2003).

Obs.: Utilizaram-se linhas de pobreza regionalizadas, sendo que a linha média nacional de pobreza é igual R\$ 146,01 por pessoa ao mês a valores de setembro de 2003.

Tabela 28b – A importância das diferenças entre jovens e adultos em termos de renda familiar per capita e desigualdade para explicar a maior extrema pobreza entre os jovens

Indicadores		Grau de pobreza com a renda média de		Diferencial
		Jovens	Adultos	
Grau de pobreza com a desigualdade de	Jovens	8,78	5,25	3,53
	Adultos	10,3	6,40	3,94
Diferencial		-1,56	-1,15	2,38

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (2003).

Obs.: Utilizaram-se linhas de extrema pobreza regionalizadas, sendo que a linha média nacional para a extrema pobreza é igual R\$ 73 por pessoa ao mês a valores de setembro de 2003.

3.3. Condições habitacionais e acesso a bens duráveis

Como os jovens ainda não têm renda suficiente, nem tampouco acumularam riquezas, é comum que vivam em habitação de seus pais e não adquiram determinados bens duráveis. Nesta seção serão analisadas as condições habitacionais em que vivem os jovens e, em seguida, como os arranjos familiares determinam que certos bens duráveis estejam intrinsecamente ligados aos jovens enquanto outros “pertencem” ao espaço familiar.

Condições habitacionais

A tabela 29 apresenta estimativas do acesso das famílias dos jovens a uma série de serviços habitacionais básicos como água, saneamento e coleta de lixo. Independentemente do indicador utilizado, o acesso é sempre pior para as famílias dos jovens do que para a dos adultos. A desvantagem habitacional dos jovens é particularmente acentuada no que se refere ao acesso ao esgoto sanitário: enquanto 35% deles

têm acesso a condições inadequadas de esgoto, esse percentual cai para 31% para os adultos.

A mesma tabela traz outra medida relevante das condições habitacionais: o congestionamento de moradores dentro do domicílio. Trata-se da densidade inadequada, isto é, a porcentagem de pessoas que vivem em domicílios com densidade de mais de duas pessoas por cômodo (excluindo cozinha e banheiro). A questão é se os domicílios em que vivem os jovens são mais ou menos congestionados do que os que vivem apenas adultos. Isso envolve desde a privacidade que têm hoje os jovens até a decisão de saída da casa dos pais. Os resultados mostram que os jovens vivem em domicílios mais congestionados do que os que vivem só adultos.

Em geral, as condições habitacionais dos jovens não só são piores que a dos adultos, mas os mais jovens são ainda mais desprivilegiados do que os jovens maduros. Assim, os mais jovens tendem a sofrer mais com o menor acesso a água, esgoto ou coleta de lixo, e também com casas mais congestionadas de gente.

Tabela 29 – Condições habitacionais das famílias de jovens e adultos brasileiros, 2003

Idade	Porcentagem em domicílios com acesso inadequado a			Porcentagem em domicílios com densidade inadequada ¹
	Água	Esgotamento	Coleta de lixo	
15 anos	25,0	38,8	19,0	19,4
16 anos	23,1	36,6	17,9	19,4
17 anos	23,5	37,5	18,0	18,1
18 anos	23,4	36,3	17,6	17,7
19 anos	22,5	35,2	16,1	18,3
20 anos	21,0	33,9	15,3	17,4
21 anos	21,2	33,0	15,3	16,5
22 anos	20,6	33,6	14,4	17,7
23 anos	21,3	32,3	14,5	17,1
24 anos	20,4	32,1	13,7	16,5
15 a 24 anos	22,2	35,0	16,2	17,8
25 anos e mais	19,8	30,6	14,4	11,6

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (2003).

Nota ¹ A densidade inadequada corresponde a mais de duas pessoas por cômodo, excluídos cozinha e banheiro.

Acesso a bens duráveis

O curioso da comparação do acesso a bens duráveis de jovens e adultos é que os primeiros têm menos acesso aos bens mais tradicionais, como telefone fixo, televisão e geladeira, e tanto ou mais acesso a bens mais modernos como telefone celular, microcomputador e internet (ver tabela 30). A maior desvantagem dos jovens se dá no acesso ao telefone fixo (cerca de seis pontos percentuais de desvantagem com relação aos adultos), o que parece ser compensado por pequena vantagem em termos de acesso ao celular (um ponto percentual de vantagem com relação aos adultos).

Também, os mais jovens têm desvantagens em relação aos jovens maduros, sendo que as menores diferenças encontradas estão no acesso a telefone fixo, a microcomputador e à internet.

Em resumo, os jovens, em parte por pertencerem a famílias mais jovens, mais extensas e com maior razão de dependência demográfica, acabam por viver em domicílios com pior acesso

aos serviços básicos, em particular ao esgotamento sanitário. Também, em média, vivem em domicílios com maior densidade e têm menor acesso a bens duráveis, exceto por pequena vantagem com o telefone celular. Toda desvantagem é mais acentuada entre os mais jovens do que entre os jovens maduros.

3.4. Progresso na década

Uma vez retratada a evolução das condições de vida de jovens e adultos ao longo do tempo, a questão é: o quadro atual foi construído durante a última década ou esta apenas veio reforçar um traço ou característica já existente?

Os dados da tabela 31 revelam que entre os jovens a renda per capita cresceu mais lentamente, ao mesmo tempo em que o grau de pobreza declinou de modo menos intenso. Por essa razão, o diferencial de pobreza entre jovens e adultos passou de 7 pontos percentuais, em 1992, para 9,5 pontos percentuais em 2003. Também cresceu o diferencial de renda per capita entre os dois grupos. Portanto, o hiato de pobreza e de

Tabela 30 – Acesso a bens de consumo duráveis das famílias de jovens e adultos, 2003

Idade	Porcentagem em domicílios com					
	Telefone fixo	Geladeira	TV a cores	Telefone celular	Computador	Acesso à internet
15 anos	47,3	85,0	84,9	37,2	15,1	10,7
16 anos	49,1	86,1	85,5	38,2	16,3	12,2
17 anos	48,8	85,0	85,1	39,0	16,9	12,4
18 anos	49,1	85,1	85,6	40,0	16,6	12,4
19 anos	49,4	85,3	85,2	41,5	17,1	12,7
20 anos	49,7	86,1	85,9	42,9	16,9	12,5
21 anos	49,7	86,4	86,2	44,7	17,8	12,9
22 anos	49,1	86,3	86,7	45,0	17,0	12,6
23 anos	48,5	87,0	86,4	44,5	17,0	13,0
24 anos	47,8	87,6	87,0	45,1	16,0	12,1
15 a 24 anos	48,9	86,0	85,8	41,7	16,7	12,3
25 anos e mais	55,0	89,3	87,9	40,8	16,9	12,7

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (2003).

Tabela 31 – Evolução da renda per capita e da pobreza das famílias dos jovens e dos adultos brasileiros, 1992-2003

Idade	Renda per capita (R\$ por mês)	Porcentagem de pobres ¹	Porcentagem de extremamente pobres ¹	Porcentagem de famílias chefiadas por analfabetos funcionais	IDF	Porcentagem com IDF < 2/3
Jovens (15 a 24 anos)						
1992	309	38,8	38,8	48,4	0,70	38,8
2003	367	34,5	13,6	33,6	0,77	24,1
Diferencial (1992-2003) ²	18,8	4,27	2,94	14,8	-0,07	14,7
Adultos (25 e mais anos)						
1992	429	31,7	13,6	45,1	0,71	37,1
2003	527	25,0	9,59	34,2	0,77	24,2
Diferencial (1992-2003) ²	23,0	6,69	4,04	10,9	-0,06	12,9

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (1992 e 2003).

Nota: ¹ Utilizaram-se linhas de pobreza e extrema pobreza regionalizadas. A linha média nacional para a pobreza é igual R\$ 146,01 por pessoa ao mês e para a de extrema é igual a R\$ 73 por pessoa ao mês. Ambos os valores estão expressos a preços de setembro de 2003.

renda per capita entre jovens e adultos que já existia em 1992 foi ampliado em 2003.

Já com relação ao IDF, a melhora dos jovens no período foi mais acelerada do que a dos adultos. De fato, em 1992, a porcentagem de jovens em famílias com IDF abaixo de dois terços era de 39%, desempenho pouco inferior ao dos adultos (37%). Em 2003, ambos apresentavam porcentagens em torno de 24%. O mesmo ocorreu com o indicador da escolaridade do chefe do domicílio: eram 48% de jovens em famílias chefiadas por um analfabeto funcional em 1992, contra 45% no caso dos adultos. Em 2003, eram 33,6% e

34,2%, respectivamente. Nos dois casos (IDF e analfabetismo funcional do chefe), a atual semelhança entre jovens e adultos foi construída ao longo da década. A situação dos adultos sempre foi, nesses aspectos, mais privilegiada, no entanto uma década especialmente mais favorável aos jovens eliminou as diferenças.

No caso dos indicadores habitacionais e de acesso a bens duráveis, tanto no início como ao final da década, a situação dos jovens era pior, como indicam as tabelas 32 e 33.

O progresso na década foi, porém, mais intenso entre os jovens, o que serviu para reduzir o atraso em relação

Tabela 32 – Evolução das condições habitacionais das famílias dos jovens e dos adultos brasileiros, 1992-2003

Idades	Porcentagem em domicílios com acesso inadequado a			Porcentagem em domicílios com densidade inadequada ¹
	Água	Esgotamento	Coleta de lixo	
Jovens (15 a 24 anos)				
1992	33,7	48,3	35,9	28,0
2003	22,2	35,0	16,2	17,8
Diferencial (1992-2003)	-11,5	-13,3	-19,7	10,2
Adultos (25 e mais anos)				
1992	30,0	42,9	32,4	19,8
2003	19,8	30,6	14,4	11,6

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (1992 e 2003).

Nota: ¹ A densidade inadequada corresponde a mais de duas pessoas por cômodos, excluídos cozinha e banheiro.

Tabela 33 – Evolução do acesso a bens duráveis das famílias dos jovens e dos adultos brasileiros, 1992-2003

Idades	Porcentagem em domicílios sem acesso a		
	Telefone fixo	Geladeira	TV a cores
Jovens (15 a 24 anos)			
1992	84,2	30,4	57,9
2003	51,1	14,0	14,2
Diferencial (1992-2003)	33,0	16,3	43,7
Adultos (25 e mais anos)			
1992	78,5	25,4	49,9
2003	45,0	10,7	12,1
Diferencial (1992-2003)	33,6	14,7	37,8

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (1992 e 2003).

aos adultos. A única exceção é o acesso ao telefone fixo, cujo progresso ocorreu para os dois grupos em igual intensidade. A pequena diferença atual também não reflete nenhuma característica histórica, mas sim o resultado de um progresso habitacional maior para os jovens em relação aos adultos.

Enfim, em todas as dimensões analisadas percebe-se forte redução no grau de carência dos jovens. No caso da insuficiência de renda, entretanto, o progresso foi mais lento que o dos adultos, resultando em uma ampliação dos hiatos em pobreza e em renda per capita entre os dois grupos. Dessa maneira, os adultos, que já apresentavam menor grau de pobreza, agora têm vantagem ainda maior. Já quando se utilizam dados de condições habitacionais, de acesso a bens duráveis e outras medidas mais abrangentes de carência, como o IDF, observa-se progresso mais acelerado entre os jovens e, por conta disso, um encurtamento ou mesmo a eliminação do hiato em relação aos adultos.

3.5. Ambiente familiar e oportunidades educacionais

O consumo corrente dos jovens, suas condições habitacionais e seu acesso a bens duráveis são fortemente influenciados pelo ambiente familiar.

Esse mesmo ambiente é também de extraordinária relevância para definir as oportunidades que se abrem para os jovens e a maneira como eles irão aproveitá-las. Ainda hoje, mesmo com todo o progresso educacional da última década, sua escolaridade é bastante correlacionada com a dos pais.

São diversas as razões para que o ambiente familiar tenha tamanho peso. Em primeiro lugar, as famílias mais ricas dispõem de mais recursos para investir na educação dos filhos, garantir-lhes capacitação para o ingresso no mercado de trabalho ou ainda fornecer o capital necessário caso o jovem prefira trabalhar por conta-própria. Em segundo, pais mais escolarizados encontram menos dificuldades para apoiar o aprendizado dos filhos, seja devido à sua maior disponibilidade de informação e conhecimento, seja porque os ajudam diretamente com os estudos e o trabalho. Por fim, o capital social dos pais pode ser vital para garantir aos filhos acesso privilegiado ao mercado de trabalho, e por vezes também à educação.

Por essas razões, a análise sobre igualdade de oportunidades numa sociedade não pode ser feita exclusivamente a partir da escolaridade média ou da desigualdade educacional. É imprescindível saber se o sistema educacional reforça ou diminui a relação

entre a escolaridade dos pais e a de seus filhos. A exemplo do que foi feito em educação e trabalho, nesta seção compara-se a importância que o ambiente familiar tem na determinação da educação dos jovens no Brasil e no Chile.

Apesar do progresso da última década, o sistema educacional brasileiro ainda gera um grau de desigualdade em educação mais de 20% superior ao verificado no Chile, como indica a tabela 34. Entre a população jovem brasileira, o desvio-padrão da escolaridade declinou de 3,4 em 1992 para 3,2

anos de estudo em 2003, enquanto no Chile o desvio atual é de 2,7. Com o ritmo atual de retração, a desigualdade educacional entre os jovens brasileiros levaria mais de trinta anos para atingir o nível que o Chile experimenta hoje.

Isso é explicado em grande parte pelo maior peso que, no Brasil, tem o ambiente familiar para determinar a escolaridade dos filhos. A tabela 35 mostra que a escolaridade do chefe é 15% mais importante no Brasil do que no Chile na determinação da escolaridade dos filhos, e a renda familiar é

Tabela 34 – Desvio-padrão da escolaridade de jovens no Brasil e no Chile

Idade	Brasil		Chile 2000
	1992	2003	
15 anos	2,44	2,09	1,33
16 anos	2,68	2,34	1,55
17 anos	2,96	2,67	1,65
18 anos	3,20	2,91	1,95
19 anos	3,43	3,08	2,15
20 anos	3,56	3,34	2,48
21 anos	3,75	3,51	2,69
22 anos	3,93	3,71	3,00
23 anos	3,98	3,81	3,14
24 anos	4,04	4,00	3,30
15 a 24 anos	3,42	3,25	2,66

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (1992 e 2003) e Casen (2000).

Tabela 35 – Impacto do ambiente familiar sobre a escolaridade dos filhos

Indicadores	Brasil		Chile 2000
	1992	2003	
Intercepto	-13,4	-20,0	-24,7
Idade	1,14	2,04	2,57
Idade ao quadrado	-0,03	-0,05	-0,06
Sexo (homem)	-0,54	-0,54	-0,07
Escolaridade do chefe (em anos de estudo)	0,23	0,16	0,14
Log da renda domiciliar per capita	1,21	1,13	0,48
R2	0,362	0,345	0,344
Variância da escolaridade	11,7	10,5	7,10
Variância da escolaridade predita	4,24	3,64	2,44

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (1992 e 2003) e Casen (2000).

quase 2,5 vezes mais importante. Se o ambiente familiar no Brasil tivesse o mesmo peso que no Chile, nossa desigualdade educacional seria 18% menor, o que por si só explica 57% da maior desigualdade educacional no Brasil (ver tabela 36).

Por fim, há evidências de que a última década também foi favorável à redução da desigualdade de oportunidades no Brasil. A importância da escolaridade do chefe declinou mais de 40%, enquanto a importância da renda familiar caiu apenas 7%.

Tabela 36 – Impacto do ambiente familiar na desigualdade educacional – Brasil e Chile

Indicadores	Variâncias
Desigualdade educacional	
Brasil	10,5
Chile	7,1
Diferença entre Brasil e Chile	3,4
Desigualdade educacional no Brasil caso o peso do ambiente familiar fosse igual ao chileno	8,6
Redução percentual da desigualdade educacional no Brasil quando o peso do ambiente familiar é igual ao chileno	19%
Contribuição das diferenças no peso do ambiente familiar para explicar as diferenças em desigualdade educacional entre Brasil e Chile	57%

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad (2003) e na Casen (2000).

4. VIOLÊNCIA

Ações e comportamentos típicos dos jovens, em muitos casos, podem causar danos irreparáveis a eles próprios e a outras pessoas. O mesmo potencial para construir pode ser transformado em práticas destrutivas para si e, eventualmente, comprometer o futuro de uma geração. Entre os comportamentos preocupantes, ressaltam-se as atitudes relacionadas com a violência. Este é o tema desta seção.

Para além dos investimentos e da promoção de oferta de oportunidades, existe também uma preocupação com a restrição a determinados comportamentos inadequados e indesejáveis, porém comuns à juventude. Afinal, eles não são apenas uma fonte promissora; constituem também um grupo que gera problemas e/ou é vítima deles. Em geral, estão sobre-representados tanto entre as vítimas da violência como entre os infratores.

Como comportamentos violentos podem levar à morte ou trazer seqüelas duradouras para os jovens e para aqueles por eles atingidos, esse tema não pode estar ausente da agenda de políticas para a juventude. Além disso, a violência sofrida e praticada por jovens pode reduzir ou mesmo anular o efeito dos investimentos para esse grupo. Por essa razão, será investigado em que medida o comportamento dos jovens frente à violência, de fato, os distingue dos demais grupos etários, reduzindo o nível de seu bem-estar e impedindo que usufruam plenamente das oportunidades que lhes estão sendo oferecidas.

A estratégia aqui utilizada consiste em comparar os jovens e o total da população em termos de **morbidade** e mortalidade provenientes de causas externas. Sempre que o motivo do adoecimento ou da morte não for um agente patogênico ou um fator congênito, será considerado causa externa.

Morbidade – Corresponde ao comprometimento provocado por determinada doença à saúde do paciente. Ela pode ser expressa por vários indicadores, entre eles, o número de consultas médicas, de hospitalizações, de dias ausentes do trabalho etc. Por exemplo, em relação ao tabagismo, leva-se em consideração a morbidade das doenças relacionadas ao hábito de fumar.

Portanto, as causas externas refletem, em grande medida, atitudes e comportamentos da população (ver quadro 1).

Ao longo das próximas subseções será apresentado um panorama geral da morbidade e da mortalidade entre jovens e, em seguida, serão analisadas três importantes causas externas que mais afetam ambos os registros: acidentes de trânsito ou transporte – aí incluído o urbano, o rodoviário e o aquaviário –, suicídio e agressões.

4.1. Morbidade por causas externas

Se a violência que hoje atinge os jovens gera, de fato, maior morbidade

dentro desse grupo, isso deve se refletir em uma das mais difundidas medidas de morbidade: o número de internações.

O gráfico 23 mostra a porcentagem das internações que decorrem de causas externas. Como se pode observar, as causas externas representam entre 6 e 7% das internações, tanto entre os jovens quanto entre a população como um todo, e, portanto, não são tão relevantes para explicar a morbidade em nenhum dos dois grupos.

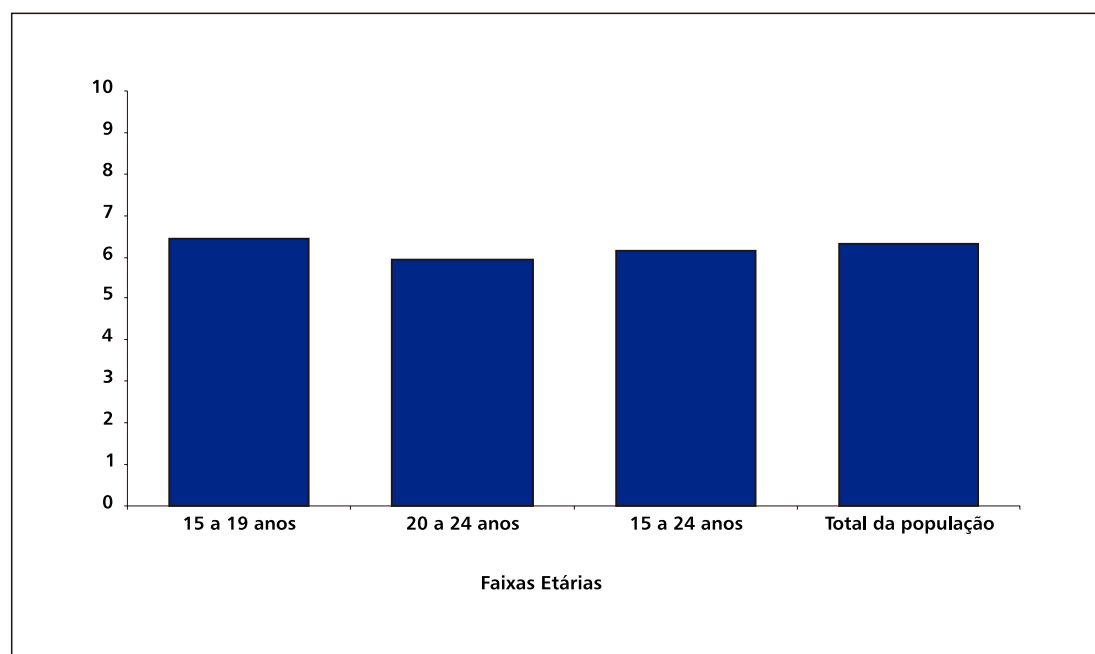
Entretanto, como o número total de internações de jovens costuma ser relativamente menor comparado aos demais grupos etários, as internações de

QUADRO 1 – Classificação das causas externas

Sempre que o motivo do adoecimento ou da morte não for um agente patogênico ou um fator congênito, dizemos que a causa foi externa. Portanto, as causas externas refletem, em grande medida, atitudes e comportamentos da população. Segundo informações do DataSUS, as causas externas são classificadas em sete categorias. A primeira delas refere-se aos acidentes de transporte, que incluem atropelamentos, colisão com ciclistas ou motociclistas, de automóveis, de veículos pesados, de ônibus, acidentes com embarcações etc. A segunda categoria inclui quedas, desde escorregões até as do alto de edifícios ou penhascos. A terceira diz respeito aos afogamentos e submersões acidentais que não tenham sido causados por acidentes com embarcações. Em quarto lugar estão as exposições ao fumo, ao fogo e às chamas. Em quinto, os envenenamentos e as intoxicações. A sexta categoria está associada às lesões autoprovocadas voluntariamente, que costumam estar identificadas com os suicídios. Em último lugar estão as agressões, que podem ocorrer por meio de drogas e substâncias nocivas, enforcamento, disparo de armas de fogo, outras armas, força física etc.

De posse das informações sobre morbidade e mortalidade por causas externas é possível ter um bom retrato da vitimização no país e no grupo jovem. Esses dados, porém, nada revelam sobre a prática da violência. E como as fontes aqui utilizadas circunscrevem-se a informações ligadas somente à saúde, não será investigado o problema da juventude enquanto praticante da violência.

Gráfico 23 – Porcentagem das internações no Brasil por faixa etária que decorrem de causas externas, 2003



Fonte: Ministério da Saúde – Sistema de Informações Hospitalares (SHI) do Sistema Único de Saúde (SUS).

jovens por causa internas, representam cerca de 20% do total. Esta porcentagem é bastante semelhante à participação do grupo no total da população. Portanto, os jovens não estão adoecendo

por causas externas mais do que o esperado e, entre os mais jovens, a participação nas internações por causas externas chega a ser inferior a sua participação na população (ver tabela 37).

Tabela 37 – Participação dos jovens brasileiros no total da população e no total das internações por causas externas

Indicadores	Total
Nº de internações por causas externas (em milhares) ¹	
Total	734
15 a 19 anos	64,5
20 a 24 anos	80,3
15 a 24 anos	145
Participação das internações de jovens por causas externas no total de internações por causas externas (%) ¹	
15 a 19 anos	8,79
20 a 24 anos	10,9
15 a 24 anos	19,7
Distribuição da população brasileira (em milhões) ²	
População total	174
População jovem (15 a 19)	17,3
População jovem (20 a 24)	16,6
População jovem (15 a 24)	33,9
Participação da população jovem no total da população (%) ²	
15 a 19 anos	9,92
20 a 24 anos	9,54
15 a 24 anos	19,5

Fonte: Ministério da Saúde (2003) – SHI/SUS. Estimativas produzidas com base na Pnad (2003).

4.2. Mortalidade por causas externas

Se quanto à morbidade por causas externas a juventude brasileira não está destoante do restante da população, o mesmo não se pode afirmar da mortalidade. O índice de mortalidade por causas externas; é extremamente elevado entre os jovens no Brasil, seja em comparação com outros grupos etários da sociedade, seja em relação ao resto do mundo.

O gráfico 24 traz informações sobre a mortalidade proporcional no Brasil por causas externas. Vê-se que cerca de 70% dos óbitos entre os jovens se devem a causas externas. No entanto, entre a população como um todo, elas respondem por somente 13% dos óbitos, o que indica, sem dúvida, que a mortalidade por causas externas afeta muito mais a juventude do que os demais grupos.

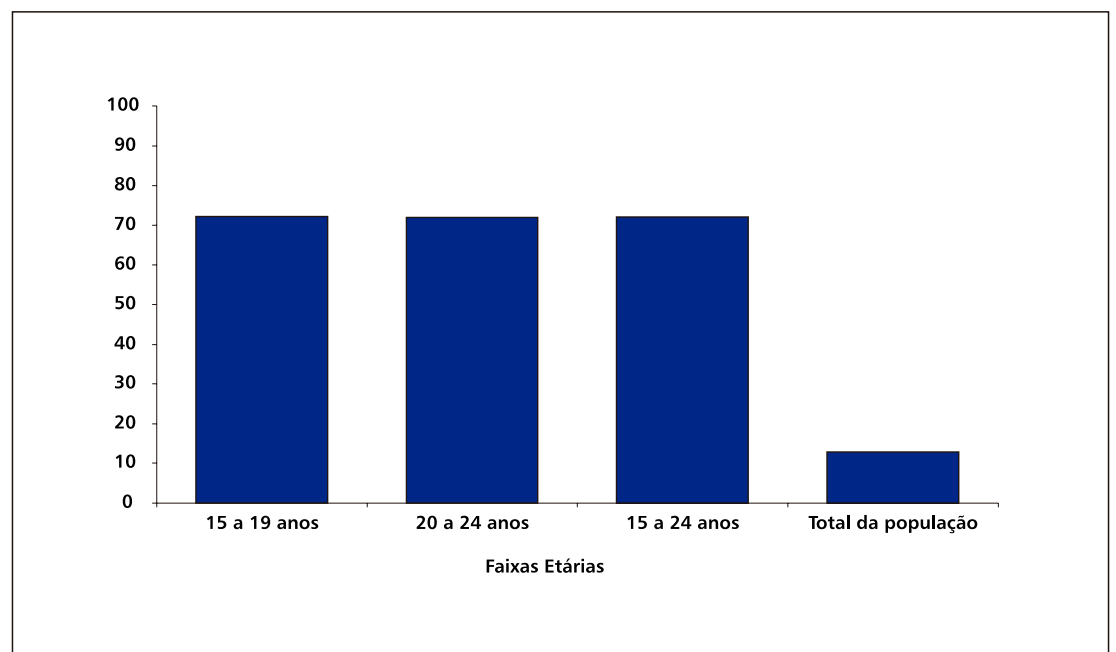
Como a mortalidade total entre os jovens é menor do que entre a média

da população, se poderia supor que a maior participação deles nos óbitos gerados por causas externas fosse resultado do fato de que eles ficam muito menos doentes do que os demais grupos da sociedade e, portanto, estão menos sujeitos às demais modalidades de mortalidade. No entanto, a tabela 38 revela que não é isso o que ocorre.

A taxa de mortalidade por causas externas entre os jovens é, de fato, elevada. Enquanto na população como um todo contam-se por ano 67 óbitos por 100 mil pessoas, entre a população de 20 a 29 anos⁷ são 104 óbitos por 100 mil pessoas. Vale ressaltar que esse índice é bem inferior entre os jovens com idade entre 10 e 19 anos: 45 óbitos por 100 mil pessoas.

A confirmar a percepção intuitiva das pessoas, a mortalidade por causas externas, que tanto afeta a juventude, não é neutra do ponto de vista de gênero. Entre os jovens de 10 a 29 anos, apenas 12% dos óbitos são de mulhe-

Gráfico 24 – Porcentagem dos óbitos no Brasil por faixa etária que se devem a causas externas, 2003



Fonte: Ministério da Saúde – Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Tabela 38 – Taxa de mortalidade entre jovens e adultos brasileiros por causas externas, 1999

Indicadores	Taxa de mortalidade (óbitos por 100 mil pessoas)
População 10-19 anos	45
População 20-29 anos	104
População Total	67

Fonte: Dados extraídos do site <http://www.claves.fiocruz.br/cenepi.htm>, em janeiro de 2005

Tabela 39 – Estimativas internacionais da taxa de mortalidade entre jovens, devido a causas externas, segundo gênero

(nº de óbitos por mil jovens)

Países	Homens	Mulheres	Razão H/M
Brasil	217	31	7,11
Chile	113	21	5,44
Argentina	143	33	4,39
Colômbia	328	46	7,10
México	130	27	4,80
Uruguai	145	28	5,13
Canadá	95	33	2,84
EUA	144	46	3,16
França	109	32	3,40

Fonte: WHO Statistical Information System (Whosis). Dados extraídos do site <http://www3.who.int/whosis/mort>, em janeiro de 2005. Obs.: Anos de referência dos dados: Colômbia, 1999; Brasil, Uruguai, Canadá, EUA e França, 2000; Chile, Argentina e México, 2001.

res, o que revela que a taxa de mortalidade masculina é cerca de sete vezes maior do que a feminina. A tabela 39 mostra que no Brasil, enquanto a taxa de mortalidade feminina por causa externa é de 31 por 100 mil jovens, a masculina supera 200 óbitos por 100 mil jovens, número inferior apenas ao da Colômbia, entre os países latino-americanos. Também é muito maior que a dos Estados Unidos (144 por 100 mil) e apresenta um padrão duas vezes superior ao francês ou canadense. A taxa feminina de mortalidade por causas externas no Brasil, por sua vez, que é de apenas 30 óbitos por 100 mil jovens, é inferior aos índices argentino, norte-americano, canadense e francês. Objetivamente, a questão da violência no Brasil, do ponto de vista das vítimas, está absolutamente concentrada em jovens do sexo masculino.

Em síntese, a taxa de mortalidade por causas externas não apenas é muito elevada entre os jovens brasileiros,

mas também o hiato de mortalidade segundo o gênero é muito maior do que em outros países. Enquanto no Brasil a taxa masculina de mortalidade por causas externas é sete vezes maior do que a feminina, no Canadá, nos Estados Unidos e na França essa taxa é de cerca de três. E, na maioria dos países latino-americanos, com exceção da Colômbia, a taxa masculina de mortalidade por causas externas tende a ser no máximo cinco vezes maior do que a feminina.

4.3. Uma análise das principais causas externas

Acidentes de transporte

Em qualquer sociedade é muito comum encontrar uma forte associação entre acidentes de transporte e juventude. Vários são os fatores que contribuem para isso. Os jovens podem utilizar, com maior frequência, os meios de

transportes para o desempenho de tarefas cotidianas, como estudar, trabalhar e se entreter, normalmente realizadas durante o dia. Ou utilizar mais os meios de transporte no período noturno, quando há maior risco de acidentes. Acima de tudo, essa associação pode resultar do fato de que os jovens são condutores de veículos que zelam menos pela segurança.

É impossível definir, a partir dos dados utilizados, qual das razões citadas é a mais importante. Mas é possível saber quais os graus de morbidade e mortalidade, entre os jovens, devido a acidentes de transporte.

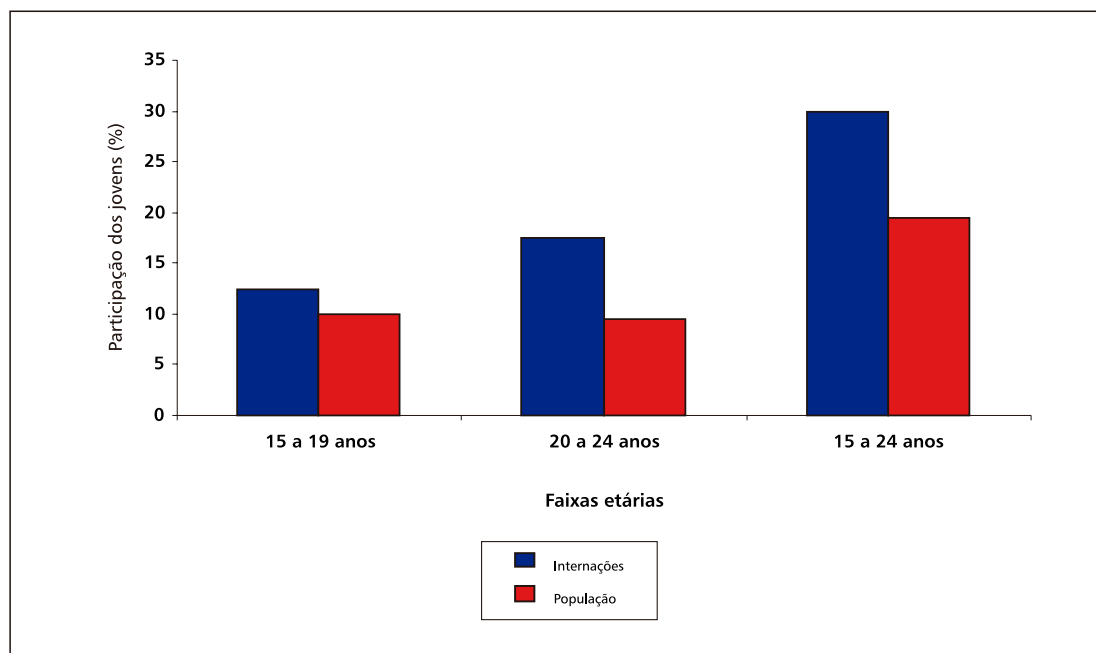
Morbidade por acidentes de transporte – Embora os jovens representem 20% da população, sua participação no total de internações por acidentes de trânsito é superior a 25%. Os jovens mais maduros são os que mais contribuem para que a morbidade no grupo causada por acidentes de transporte seja tão alta, como indica o gráfico 25.

De fato, os jovens entre 20 e 24 anos são responsáveis por quase 20% das internações por acidentes de transporte, apesar de representarem menos de 10% da população.

Dessas internações, uma parte termina em morte. Entre as vítimas não fatais dos acidentes de transporte, 25% são jovens, embora o grupo represente um pouco menos de 20% da população (veja gráfico 26). Portanto, apesar de haver menos internações entre os jovens, elas são em grande parte causadas por acidentes de transporte.

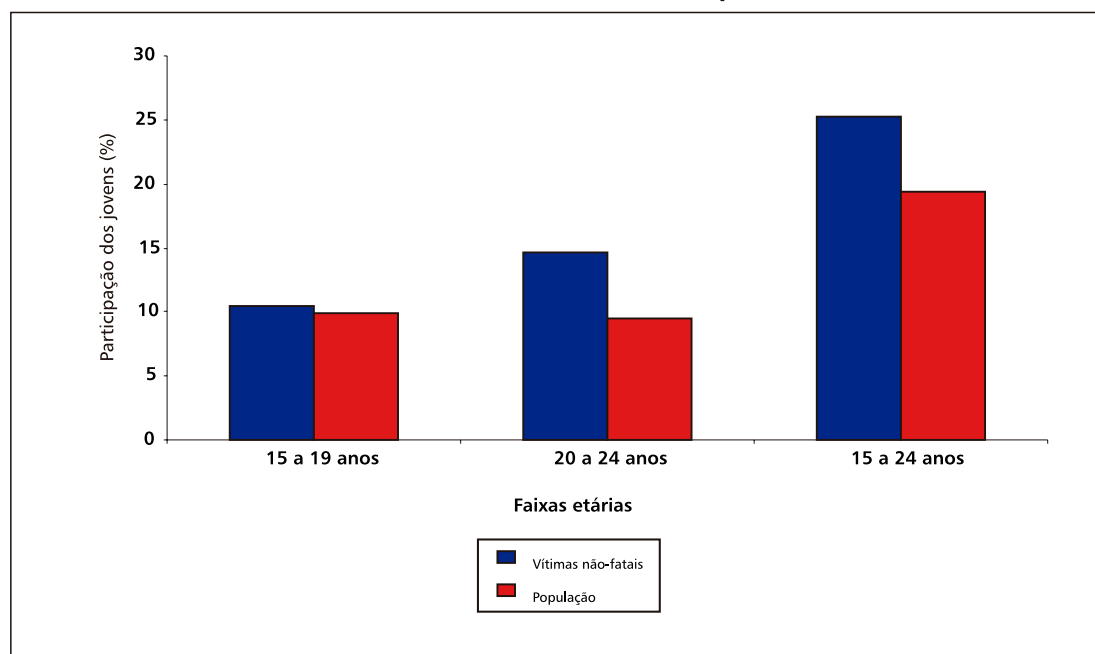
Mortalidade por acidentes de transporte – Os resultados revelam que os jovens morrem em maior proporção de acidentes de transporte do que outros grupos etários. De fato, enquanto 16% dos óbitos dos que têm entre 15 e 24 anos se devem a acidentes de transporte, na população como um todo, este tipo de causa responde por apenas 3% da mortalidade (ver gráfico 27). Entre os jovens, portanto, essa causa

Gráfico 25 – Participação dos jovens brasileiros no total da população e no total das internações por acidentes de transporte, 2003



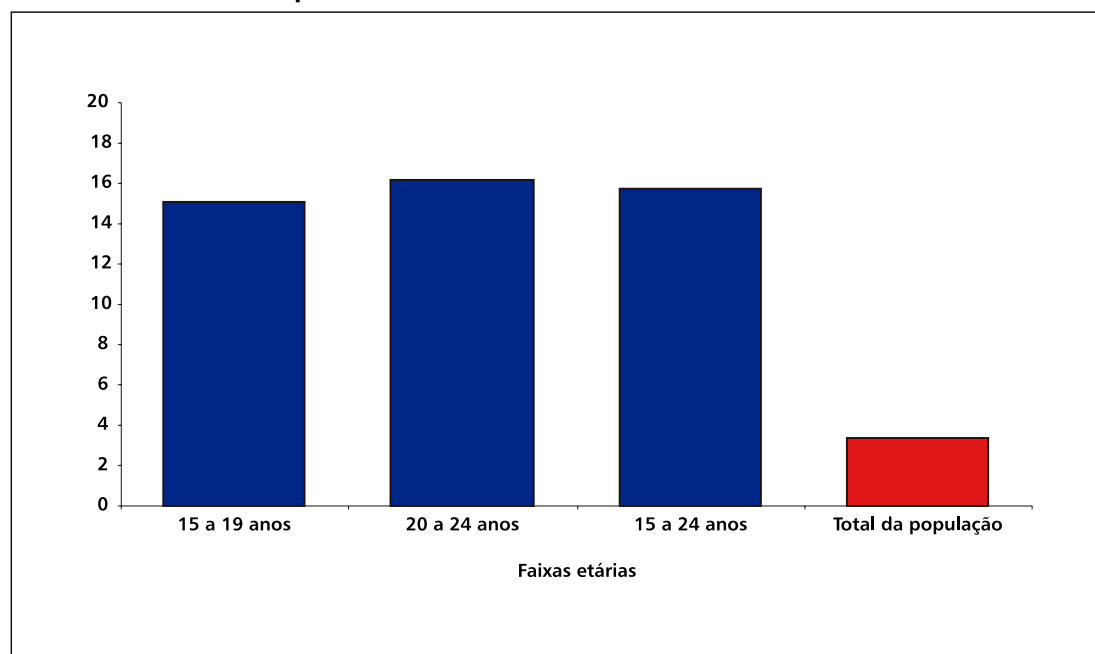
Fonte: Ministério da Saúde – SHI/SUS.

Gráfico 26 – Participação dos jovens brasileiros no total da população e no total das vítimas não fatais dos acidentes de transporte, 2003



Fonte: Ministério da Saúde – SHI/SUS.

Gráfico 27 – Porcentagem dos óbitos no Brasil por faixa etária que se devem a acidentes de transporte, 2002



Fonte: Ministério da Saúde – SHI/SUS.

de morte é cerca de cinco vezes mais importante do que para a população como um todo.

Mais uma vez, essa diferença poderia resultar do fato de que não existem muitas outras causas de morte para os

jovens e, portanto, a sobre-representação de óbitos devidos a acidentes de transporte apenas refletiria a não ocorrência de outras causas de morte entre jovens. Entretanto, segundo estimativas da Fiocruz, a taxa de mortalidade entre

um todo (17 óbitos por 100 mil pessoas). As estimativas indicam que a taxa de mortalidade por acidente de transporte é bem menor entre os jovens de 10 a 19 anos (11 óbitos por 100 mil pessoas). É o que mostra o gráfico 28.

Suicídio

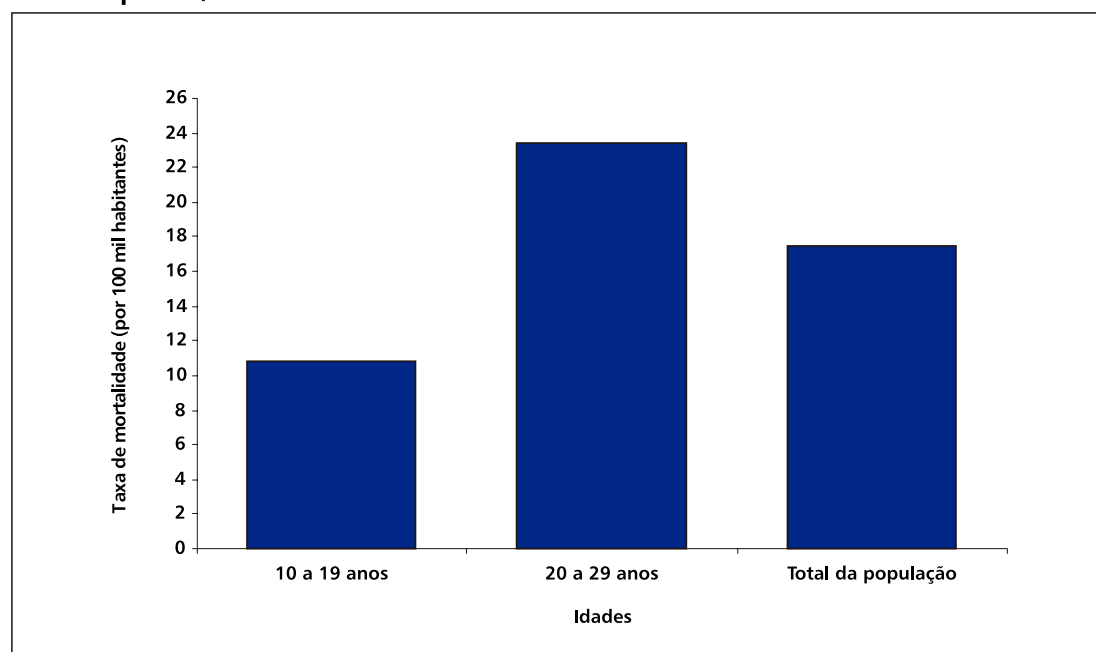
Conceitualmente, é dúbia, em princípio, a relação entre suicídio e juventude. Afinal, ser jovem para a quase totalidade de nós é um bem precioso e desejado, um ideal em termos de saúde, de qualidade de vida, de liberdade, de disponibilidade de tempo etc. Nesse sentido, o suicídio na juventude parece incompreensível. Entretanto, como é uma fase também associada a grandes decisões, num ambiente de enorme incerteza sobre o futuro, podem ocorrer situações de profundo estresse, depressão etc., que eventualmente e em casos mais extremos podem provocar o suicídio. Esta subseção investiga se o suicídio é hoje, um problema importante para a juventude brasileira.

Internações por lesões autoprovocadas voluntariamente – Apesar de representarem 20% da população, quase 25% das internações por lesões autoprovocadas voluntariamente são de jovens. Este problema afeta majoritariamente o grupo de jovens mais maduros (20 a 24 anos) que representam menos de 10% da população, mas participam com cerca de 13% do total das internações por esta causa (ver gráfico 29). Portanto, há evidência de que a morbidade por lesões autoprovocadas voluntariamente é mais elevada entre os jovens.

Mortalidade por lesões autoprovocadas voluntariamente – Existem evidências de que os jovens se suicidam relativamente mais do que o restante da população. Enquanto mais de 3% dos óbitos entre jovens resultam dessa causa, na população como um todo eles são menos de 1%, como aponta o gráfico 30.

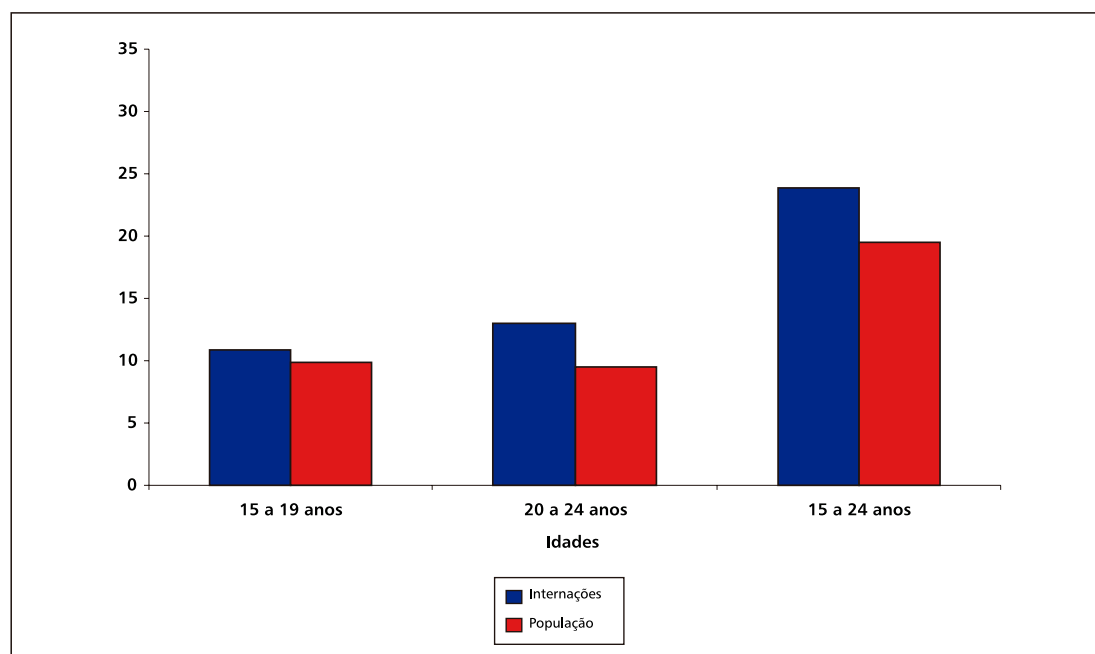
Mais uma vez essa desvantagem dos jovens poderia ser atribuída a uma menor incidência de outras *causas mortis*

Gráfico 28 – Taxa de mortalidade de jovens e adultos brasileiros por acidente de transporte, 1999



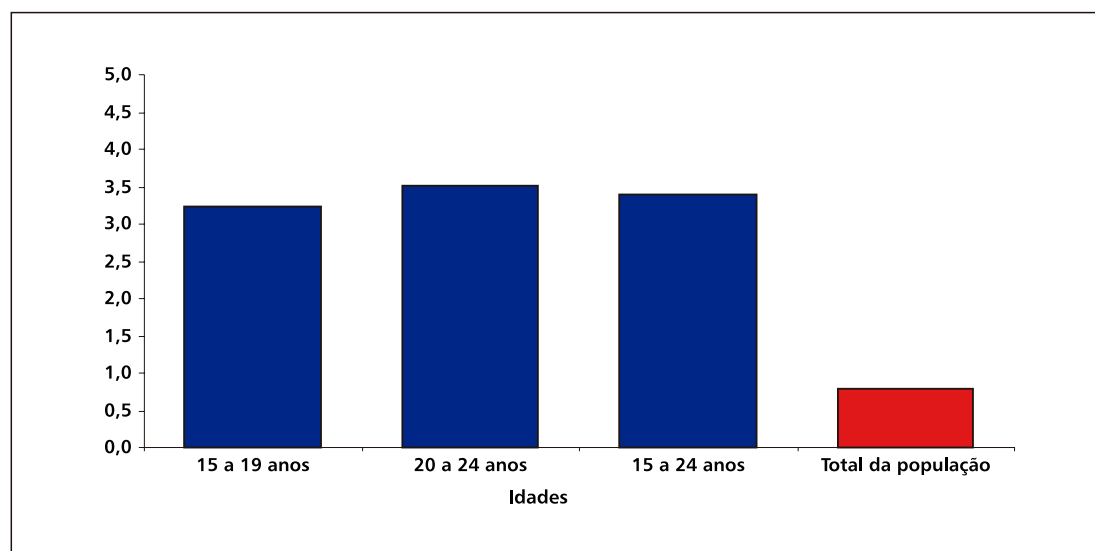
Fonte: Dados extraídos do site <http://www.claves.fiocruz.br/cenepi.htm>, em janeiro de 2005.

Gráfico 29 – Participação dos jovens brasileiros no total da população e no total das internações por lesões auto-provocadas voluntariamente, 2003



Fonte: Ministério da Saúde – SHI/SUS.

Gráfico 30 – Porcentagem dos óbitos no Brasil por faixa etária que se devem a lesões autoprovocadas voluntariamente, 2002

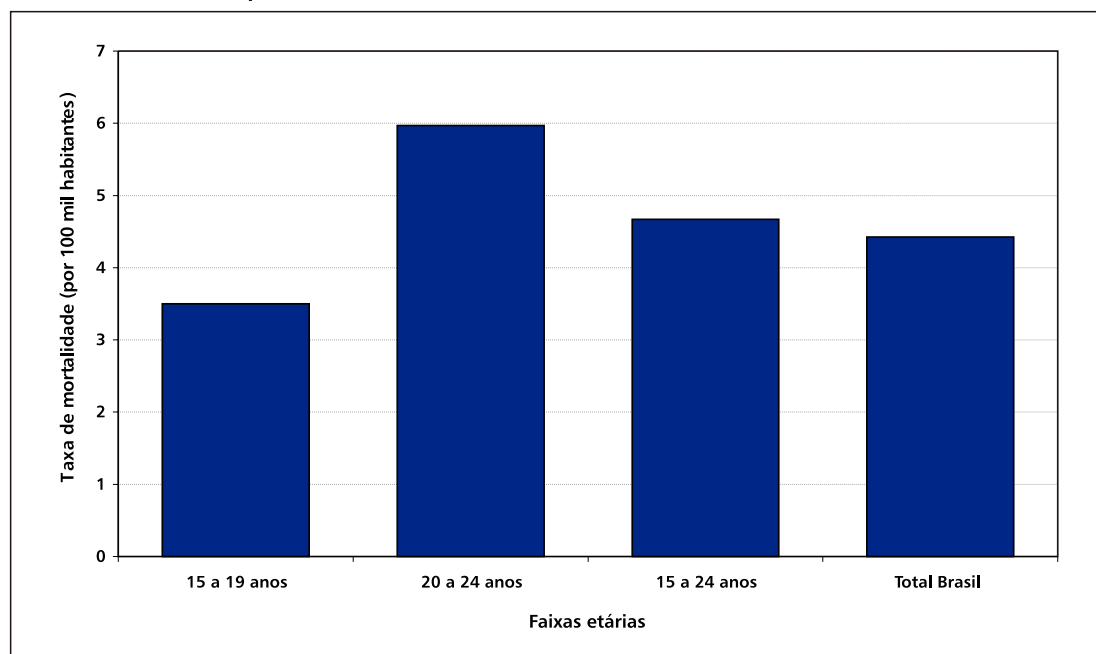


Fonte: Ministério da Saúde – SHI/SUS.

do que propriamente a uma maior taxa de mortalidade neste grupo, o que novamente não se confirma, embora seja um problema real e específico para o subgrupo de jovens maduros (ver gráfico 31).

Na comparação internacional, os resultados são favoráveis ao Brasil. O país apresenta a menor taxa juvenil de mortalidade por suicídio entre os países considerados, e isso vale tanto para homens quanto para mulheres. A tabela 40 mostra esses dados.

Gráfico 31 – Taxa de mortalidade por lesões autoprovocadas voluntariamente, 2002



Fonte: Ministério da Saúde – SHI/SUS.

Tabela 40 – Taxa de mortalidade entre jovens, por suicídio, segundo gênero

(nº de óbitos por 100 mil jovens)

Países	Homens	Mulheres
Brasil	6,0	2,0
Chile	19,9	4,9
Argentina	15,3	5,0
Colômbia	12,7	6,1
México	9,0	2,6
Uruguai	23,1	5,0
Canadá	20,2	5,5
EUA	17,0	3,0
França	12,1	3,6

Fonte: WHO Statistical Information System (Whosis). Dados extraídos do site <http://www3.who.int/whosis/mort>, em janeiro de 2005.
Obs: Anos de referência dos dados: Colômbia, 1999; Brasil, Uruguai, Canadá, EUA e França, 2000; Chile, Argentina e México, 2001.

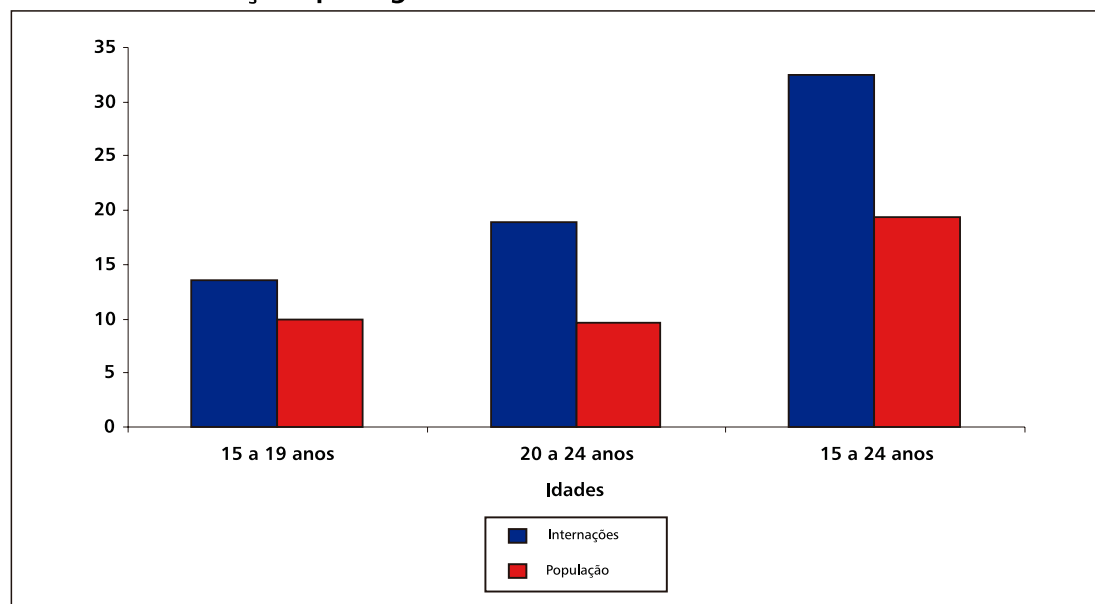
Agressões

Sem dúvida, uma das mais clássicas preocupações com relação à juventude vem das agressões tanto praticadas quanto recebidas. Esta análise trata da importância relativa das agressões para a morbidade e para a mortalidade juvenis. Devido, porém, a limitações de informações, observa-se apenas um lado da história: a juventude como vítima de agressões. A juventude enquan-

to praticante de atos violentos não é aqui enfocada.

Morbidade causada por agressões – Uma análise dos dados sobre interações causadas por agressões indica que a participação de todos os grupos de jovens, no total de interações geradas por esta causa externa, é bem maior do que as respectivas participações no total da população, como aponta o gráfico 32. Essa característica é especialmente marcante para os jovens de

Gráfico 32 – Participação dos jovens brasileiros no total da população e no total das internações por agressões, 2003



Fonte: Ministério da Saúde – SHI/SUS.

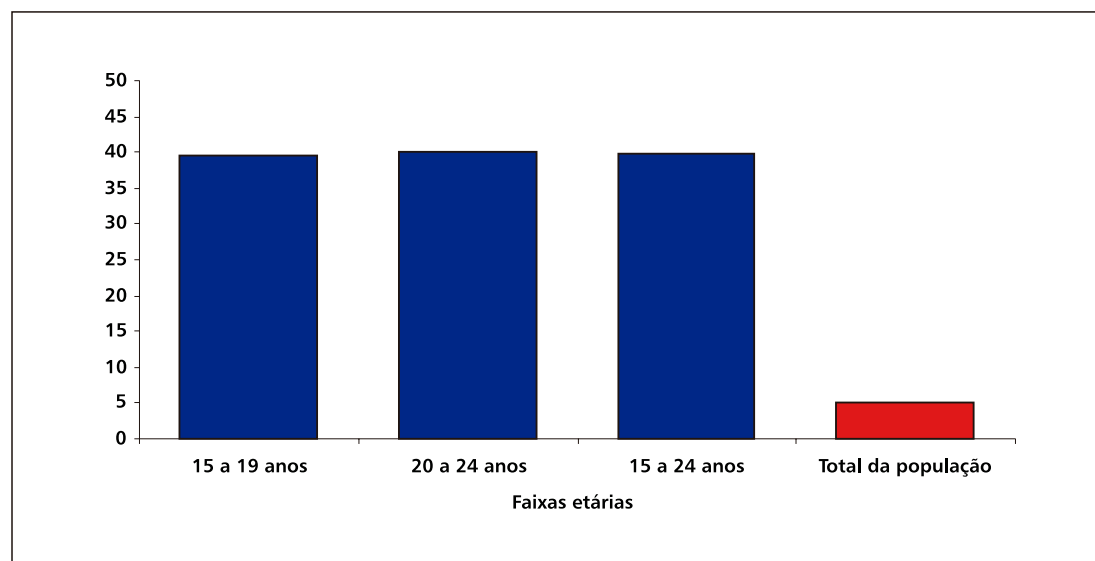
20 a 24 anos, que representam cerca de 10% da população e 18% das internações por esse motivo. Os jovens de 15 a 19 anos, embora também representem cerca de 10% da população, respondem por 13% das internações por agressões.

Mortalidade causada por agressões
 – A mortalidade causada por agressões é particularmente importante para os

jovens. Enquanto 40% dos óbitos de jovens têm nas agressões sua causa, apenas 5% do total de óbitos na população são provocados por alguma agressão. É o que revela o gráfico 33.

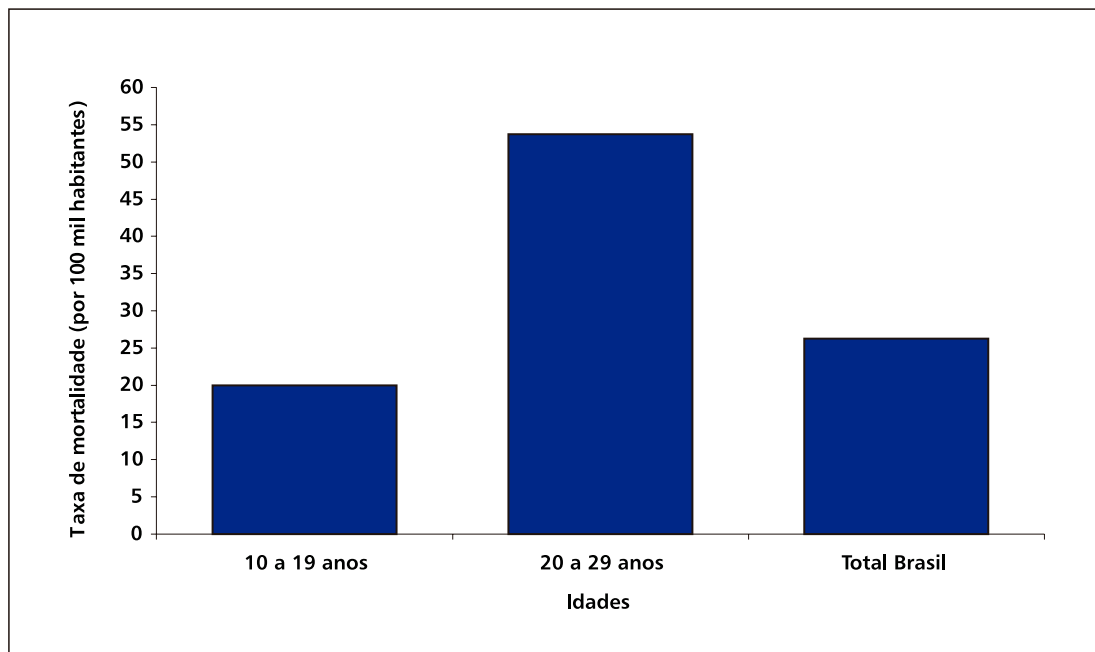
Como foi observado anteriormente, também no caso de agressões, a taxa de mortalidade para os jovens de 20 a 29 anos⁹ é mais de duas vezes maior do que a média nacional (ver gráfico 34).

Gráfico 33 – Porcentagem dos óbitos no Brasil por faixa etária que se devem a agressões, 2002



Fonte: Ministério da Saúde – SHI/SUS.

Gráfico 34 – Taxa de mortalidade por homicídio, 1999

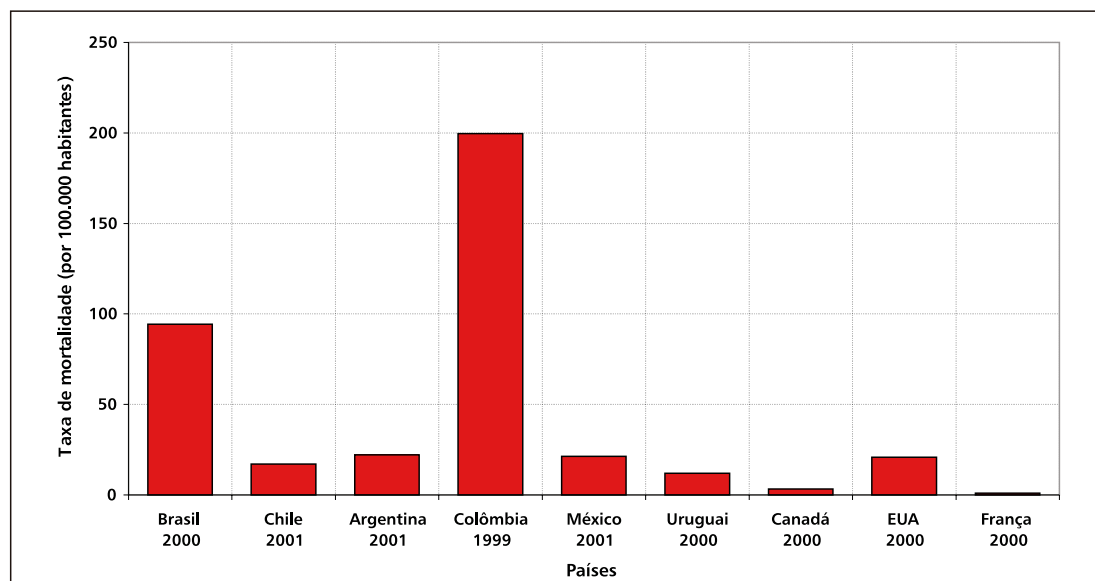


Fonte: Dados extraídos do site <http://www.claves.fiocruz.br/cenepi.htm>, em janeiro de 2005.

A taxa de mortalidade brasileira por homicídio é também extremamente elevada quando comparada à de outros países. No caso dos jovens, é muito superior à de todos os países considerados (no mínimo quatro vezes maior),

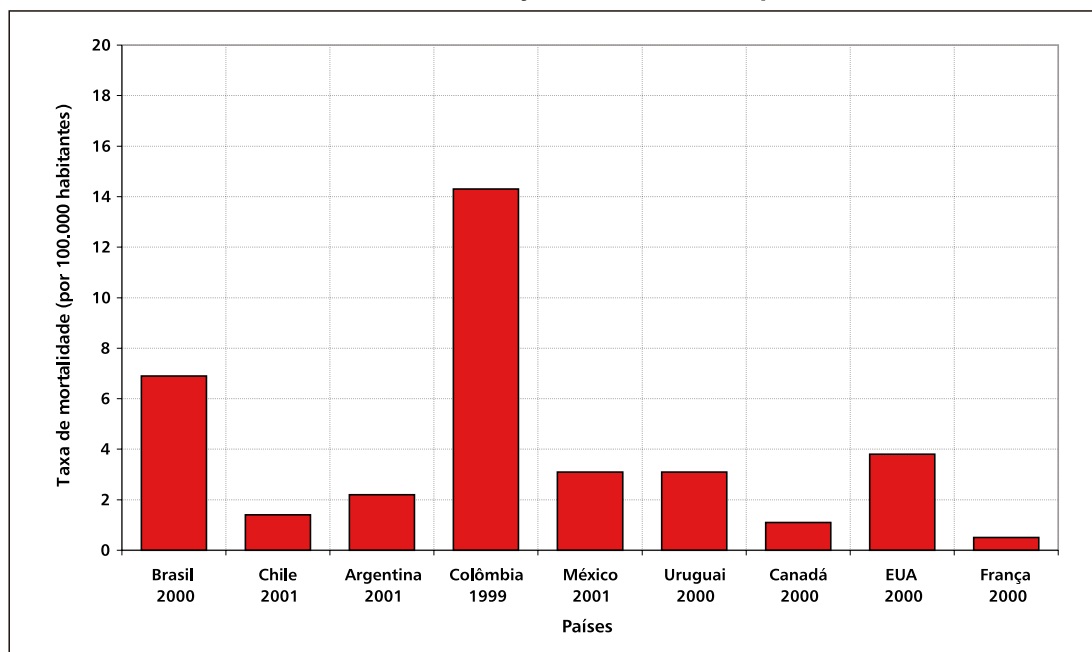
excetuando-se a Colômbia. Talvez mais impressionante seja o gigantesco diferencial por gênero. A taxa de mortalidade masculina entre jovens é mais de 12 vezes maior do que a feminina (ver gráficos 35 e 36).

Gráfico 35 – Taxa de mortalidade de jovens homens por homicídios



Fonte: <http://www3.who.int/whosis/mort> – WHO Statistical Information System (Whosis). Dados extraídos em janeiro de 2005.

Gráfico 36 – Taxa de mortalidade de jovens mulheres por homicídios



Fonte: <http://www3.who.int/whosis/mort> – WHO Statistical Information System (Whosis). Dados extraídos em janeiro de 2005.

5. O DESAFIO

Como se procurou mostrar neste capítulo, na última década, a população jovem apresentou extraordinário crescimento demográfico. Até que essa onda passe, preocupar-se com a juventude é, ao menos demograficamente, justificável. Mas também por inúmeras outras razões a juventude deve ser mais profundamente analisada.

Foram aqui examinadas diversas dimensões relativas à juventude: sua formação educacional, sua inserção no mercado de trabalho, as condições de vida em que se encontra e a violência a que está exposta.

Diante dos elevados graus de desigualdade e pobreza no país, que terminam por se reproduzir entre jovens, oferecer oportunidades iguais para eles deve ser um imperativo governamental que só poderá ser

alcançado se existirem grandes e efetivos investimentos públicos com foco na juventude. Isso significa que, para desenvolver o potencial da população jovem brasileira, um excelente ponto de partida seria poder contar com programas sociais suficientes para assegurar aos mais pobres as oportunidades básicas que as famílias de renda média e alta garantem a seus filhos.

Nesse sentido, os dados e a análise aqui apresentados evidenciaram que, apesar de dificuldades nas diversas dimensões examinadas e da violência nesse grupo etário ensejar séria preocupação, o principal desafio das políticas públicas para a juventude concentra-se na educação. Para tanto, e sem dúvida de forma prioritária, é necessário desenvolver políticas capazes de tornar a escola mais atrativa e com melhor qualidade.

NOTAS

- ¹ Sobre esta questão, ver Amadeo e Camargo (1996).
- ² A taxa de desemprego, que em 1993 era de 6,2%, atingiu, em 2003, patamar da ordem de 10%.
- ³ Pode ser que os jovens brasileiros não tenham acesso à educação por serem obrigados a trabalhar em tempo integral. Aqueles que completaram o ensino médio podem estar enfrentando dificuldades em pagar por sua educação superior em escolas privadas. Neste caso, a ausência de crédito e não de escolas é o principal determinante da falta de oportunidades educacionais.
- ⁴ Para conhecer cada um dos indicadores que compõem o IDF, ver tabela ao lado.
- ⁵ Para uma descrição detalhada deste indicador sintético, bem como da metodologia adotada para seu cálculo, ver Barros; Carvalho; Franco (2003).
- ⁶ Como a desigualdade entre os adultos combina a desigualdade entre os adultos da mesma idade com a existente entre adultos de idades distintas, e como entre os adultos existe um intervalo maior de idades do que entre os jovens, não se pode simplesmente tomar as desigualdades entre os grupos (adultos e jovens) e compará-las, pois essas medidas não são comparáveis. Assim, a medida aqui adotada é a média da desigualdade por idade para o grupo jovem e para o grupo adulto. Desse modo, elimina-se a tendência a que a desigualdade entre os adultos seja maior simplesmente em razão do maior intervalo etário.
- ⁷ Os dados utilizados são da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Como os intervalos etários trabalhados não permitem isolar a população de 15 a 24 anos, aqui o conceito de juventude aparece um tanto quanto ampliado, incluindo a população com idade entre 10 e 29 anos.
- ⁸ Mais uma vez foi necessário trabalhar com um intervalo etário mais abrangente.
- ⁹ Idem notas 6 e 7.

ANEXO: Composição do Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)

Dimensões e Indicadores
Vulnerabilidade
Fecundidade
Nenhuma mulher teve filho nascido vivo no último ano
Nenhuma mulher teve filho nascido vivo nos últimos dois anos
Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens
Ausência de criança
Ausência de criança ou adolescente
Ausência de criança, adolescente ou jovem
Atenção e cuidados especiais com portadores de deficiência e idosos
Ausência de portador de deficiência
Ausência de idoso
Dependência econômica
Presença de cônjuge
Mais da metade dos membros encontram-se em idade ativa
Presença da mãe
Não existe criança no domicílio cuja mãe tenha morrido
Não existe criança no domicílio que não viva com a mãe
Acesso ao conhecimento
Analfabetismo
Ausência de adulto analfabeto
Ausência de adulto analfabeto funcional
Escolaridade
Presença de pelo menos um adulto com fundamental completo
Presença de pelo menos um adulto com secundário completo
Presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior
Qualificação profissional
Presença de pelo menos um trabalhador com qualificação média ou alta
Acesso ao trabalho
Disponibilidade de trabalho
Mais da metade dos membros em idade ativa encontram-se ocupados
Presença de pelo menos um trabalhador há mais de seis meses no trabalho atual
Qualidade do posto de trabalho
Presença de pelo menos um ocupado no setor formal
Presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícola
Remuneração
Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 1 salário mínimo
Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos
Disponibilidade de recursos
Extrema pobreza
Renda familiar per capita superior à linha de extrema pobreza
Pobreza
Renda familiar per capita superior à linha de pobreza
Capacidade de geração de renda
Maior parte da renda familiar não advém de transferências
Desenvolvimento infantil
Trabalho precoce
Ausência de criança com menos de 14 anos trabalhando
Ausência de criança com menos de 16 anos trabalhando

(continua)

(continuação)

Dimensões e Indicadores
Desenvolvimento infantil
Acesso à escola
Ausência de criança de 0-6 anos fora da escola
Ausência de criança de 7-14 anos fora da escola
Ausência de criança de 15-17 anos fora da escola
Progresso escolar
Ausência de criança de até 14 anos com mais de 2 anos de atraso
Ausência de adolescente de 10 a 14 anos analfabeto
Ausência de jovem de 15 a 17 anos analfabeto
Mortalidade infantil
Ausência de mãe cujo filho tenha morrido
Há, no máximo, uma mãe cujo filho tenha morrido
Ausência de mãe com filho nascido morto
Condições Habitacionais
Propriedade
Domicílio próprio
Domicílio próprio, cedido ou invadido *
Déficit habitacional
Densidade de até 2 moradores por dormitório
Abrigabilidade
Material de construção permanente
Acesso a abastecimento de água
Acesso adequado à água
Acesso a saneamento
Esgotamento sanitário adequado
Acesso à coleta de lixo
Lixo é coletado
Acesso à energia elétrica
Acesso à eletricidade
Acesso a bens duráveis
Acesso a fogão e geladeira
Acesso a fogão, geladeira, televisão ou rádio
Acesso a fogão, geladeira, televisão ou rádio e telefone
Acesso a fogão, geladeira, televisão ou rádio, telefone e computador

Nota: * Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) somente são considerados domicílios próprios ou cedidos.